



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANTONIO EDSON PARENTE DA SILVA

**“TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO”:  
MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS  
PEIXOTOS (2007-2023)**

CAJAZEIRAS – PB  
2024

ANTONIO EDSON PARENTE DA SILVA

**“TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO”:  
MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS  
PEIXOTOS (2007-2023)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Prof.a Dr.a Ana Lunara da Silva Morais

CAJAZEIRAS – PB  
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

S586t Silva, Antonio Edson Parente da.  
“Tudo era mata, não tinha nada limpo”: memórias da construção do Assentamento Mororó dos Peixotos (2007-2023) / Antonio Edson Parente da Silva. – Cajazeiras, 2024.  
186f. : il. Color.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais.  
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.

1. Assentamento rural. 2. Reforma agrária. 3. Movimentos sociais rurais.  
4. Assentamento Mororó dos Peixotos -Terra Nova - Município - Pernambuco. 5. Memória - Trabalhador rural. I. Morais, Ana Lunara da Silva. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 911.373

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ANTONIO EDSON PARENTE DA SILVA

**“TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO”:  
MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS  
PEIXOTOS (2007-2023)**

Aprovado em: 17/07/2024

**COMISSÃO EXAMINADORA**

*Ana Lunara da Silva Morais*

Prof.a Dr.a Ana Lunara da Silva Morais  
Professora do magistério superior de ensino (Orientadora e presidente da banca)

*Osmar Luiz da Silva Filho*

Prof. Dr. Osmar Luiz Da Silva Filho  
Professor do magistério superior de ensino (Examinador)

*Suzyanne Valeska Maciel de Sousa*

Prof.a Ma. Suzyanne Valeska Maciel de Sousa  
Professora da rede pública de ensino de Pernambuco (Examinadora)

Prof. Dr. Lucrécio Araújo de Sá Júnior  
Professor do magistério superior de ensino (Examinador – Suplente)

**CAJAZEIRAS – PB  
2024**

*Dedico este trabalho a todos os  
agricultores e agricultoras de Terra Nova,  
Pernambuco, em especial, aos homens e  
mulheres do assentamento Mororó dos  
Peixotos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Antônio Eldon e Maria das Dores, por terem me proporcionado o dom da vida e me criado da melhor forma. Obrigado por toda paciência ao longo do tempo, por sempre terem acreditado em meu potencial e me amado incondicionalmente. Eu amo vocês.

Aos meus irmãos, Daniel Allan e Maria Edivoneide, por terem me auxiliado com palavras reconfortantes nos momentos difíceis, e me ajudado financeiramente ao longo dos anos enquanto estive na graduação. Nunca esquecerei das vezes em que vocês mataram minha fome. Meu coração é de vocês.

Aos meus amigos que se reuniram em função de arcar com os custos financeiros da viagem para realizar minha matrícula na Universidade em 2017. Carla de Jesus e José Vanildo, minha trajetória acadêmica também é de vocês.

Ao meu esposo, Francisco Dallison, por me proporcionar um ambiente seguro e confortável para a escrita desta pesquisa. Obrigado por ouvir meus lamentos e preocupações e por compartilhar comigo nossos melhores momentos.

Aos meus colegas de graduação, que pela obra maravilhosa do destino se tornaram eternos amigos. Obrigada Luciana Abrantes, por me incentivar a escrever e acreditar na minha capacidade enquanto pesquisador. Manoel Alves, por me oferecer seus conhecimentos metodológicos científicos e tornar a organização da pesquisa mais leve e divertida. Annanda Sales, pela sua doçura e disponibilidade em debater comigo questões referentes ao comitê de ética. Teófilo de Oliveira, pelos momentos de conversa e descontração entre a escrita de um capítulo e outro. Natália Gonçalves, por ter sido luz e leveza na minha vida durante a graduação, e a Damiana Brasil, por ter aberto as portas da sua moradia e me acolhido como uma verdadeira irmã. Todos vocês, não importa onde eu estiver, sempre farão parte da minha história.

A minha querida orientadora, Ana Lunara da Silva Moraes, por todo tempo dedicado e pela gentileza com que me tratou durante nossos encontros. Obrigado pela sua contribuição para esta pesquisa e pela confiança depositada em mim enquanto pesquisador iniciante.

Por fim, agradeço imensamente aos agricultores e agricultoras do assentamento Mororó, por terem tornado esta pesquisa possível. Obrigado por abrirem as portas das suas casas e compartilharem comigo as suas memórias.

*Toda parcela do conteúdo da vida, do  
pensamento, da experiência, por menor  
que seja, pode ser infinitamente  
analisada.*

Henri Lefebvre, 1991.

## RESUMO

Os assentamentos rurais resultantes da Reforma Agrária são territórios conquistados por meio da mobilização coletiva de homens e mulheres residentes no campo, associados aos diversos movimentos sociais rurais, como a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE). Essas iniciativas conjuntas de luta visam combater ativamente a concentração fundiária no Brasil e promover o acesso democrático à terra, por meio de ocupações e estabelecimento de acampamentos que pressionam o Estado a efetivar a tão almejada Reforma Agrária. Esse processo contínuo de reivindicação pela conquista dos assentamentos confere a esses espaços uma significância simbólica como locais de resistência na contenda rural, responsáveis por transformar a realidade e a identidade dos agricultores Sem Terra. Nesse contexto, esta pesquisa visa investigar a origem, desenvolvimento e perpetuação do assentamento Mororó dos Peixotos, situado na zona rural do município de Terra Nova, Pernambuco, buscando compreender quais alterações as identidades dos moradores sofreram ao longo da construção do mencionado espaço. Para estabelecer determinada investigação, usamos as vivências e memórias dos próprios residentes que contribuíram para a formação do assentamento, alicerçando-nos nos conceitos de Memória e identidade, apresentados por Pollak (1992) e Le Golf (1990). A pesquisa se alicerça no cruzamento de fontes variadas, como as atas da associação dos assentados e dados divulgados por diferentes instituições. Ademais, a pesquisa amparou-se no uso da História Oral enquanto metodologia capaz de registrar e perpetuar impressões, vivências e lembranças, conforme defendido por Matos e Senna (2011), possibilitando assim que as memórias dos assentados sejam analisadas e compartilhadas com a coletividade. Diante do estudo conclui-se que o assentamento Mororó dos Peixotos foi construído por meio da luta coletiva impulsionada pela atuação e mobilização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Terra Nova, e que o desenvolvimento do espaço se concebeu principalmente mediante a relação estabelecida com a prefeitura local, que ao longo do tempo tem oferecido apoio às demandas apresentadas pelos assentados. Durante esse processo, as identidades dos assentados sofreram significativas transformações, deixando de serem pautadas na ausência e tornando-se íntimas de sentimentos como orgulho, poder e pertencimento.

**Palavras-chaves:** Assentamento; Reforma Agrária; Movimentos Sociais Rurais; Memória; Identidade.

## ABSTRACT

The rural settlements resulting from the Agrarian Reform are territories conquered through the collective mobilization of men and women living in the countryside, associated with various rural social movements such as the Federation of Rural Workers and Family Farmers of the State of Pernambuco (FETAPE). These joint fighting initiatives aim to actively combat land concentration in Brazil and promote democratic access to land, through occupations and the establishment of camps that pressure the State to implement the much-desired Agrarian Reform. This continuous process of demanding the conquest of settlements gives these spaces a symbolic significance as places of resistance in the rural struggle, responsible for transforming the reality and identity of landless farmers. In this context, this research aims to investigate the origin, development and perpetuation of the Mororó dos Peixotos settlement, located in the rural area of the municipality of Terra Nova, Pernambuco, seeking to understand what changes the residents' identities underwent throughout the construction of the aforementioned space. To establish a specific investigation, we used the experiences and memories of the residents who contributed to the formation of the settlement, based on the concepts of Memory and identity, presented by Pollak (1992) and Le Golf (1990). The research is based on the use of Oral History as a methodology capable of recording and perpetuating impressions, experiences and memories, as advocated by Matos and Senna (2011), thus enabling the memories of the settlers to be analyzed and shared with the community. In view of the study, it is concluded that the Mororó dos Peixotos settlement was built through collective struggle driven by the action and mobilization of the Rural Workers Union of the city of Terra Nova, and that the development of the space was conceived mainly through the relationship established with the local city hall, which over time has offered support to the demands presented by the settlers. During this process, the identities of the settlers underwent significant transformations, no longer being based on absence and becoming intimate with feelings such as pride, power and belonging.

**Keywords:** Settlement; Land reform; Rural Social Movements; Memory; Identity.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Manchete Jornal da FETAPE .....	25
<b>Figura 2</b> - Cisterna da residência do assentado Ednaldo José da Silva, residente do assentamento Mororó dos Peixotos. ....	70
<b>Figura 3</b> - Posto de Saúde Antônio Américo do Nascimento.....	79
<b>Figura 4</b> - Pôster de divulgação do Encontro “30 Famílias em Foco”, realizado em Terra Nova – PE, no dia 20 de julho de 2023.....	122
<b>Figura 5</b> - Calendário de fornecimento de água realizado pelo 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (72º BIMtz) no assentamento Mororó dos Peixotos, entre novembro de 2023 e novembro de 2024.....	125

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Ocupações de terra realizadas no Pernambuco entre 1994 e 2000.....	35
<b>Gráfico 2</b> - Mobilização das Famílias nas ocupações em Pernambuco entre 1994 e 2000. ....	36
<b>Gráfico 3</b> - Ocupações de terra realizadas em Pernambuco entre 2001 e 2022.....	37
<b>Gráfico 4</b> - Tempo médio de liberação dos créditos de instalação nos assentamentos. ....	62
<b>Gráfico 5</b> - Eleições Municipais em Terra Nova – PE entre os anos de 2008 a 2020. ....	83
<b>Gráfico 6</b> - Número de ocupações de terras realizadas no Brasil entre 1992 e 2022, separadas por ano e agrupadas por governos.....	113
<b>Gráfico 7</b> - Número de desapropriações de terras e de criação de projetos de Reforma Agrária dos governos brasileiros entre os anos de 1990 e 2022.....	116

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRC – Companhia de Revenda e Colonização

FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

ICN – Instituto Cidadania do Nordeste

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

OCP – Operação Carro-Pipa

PA – Projeto de Assentamento

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDA – Plano de Ação do Assentamento

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PR – Partido da República

PT – Partido dos Trabalhadores

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TD – Título de Domínio

TDA – Título da Dívida Agrária

UBS – Unidades Básica de Saúde

UDR – União Democrática Ruralista

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I: O INÍCIO DE UM SONHO: A GESTAÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS – PE</b> .....	<b>19</b>
1.1 Fazenda Mororó: A história do surgimento da intenção de criação do assentamento .....	20
1.2 Ligas Camponesas, STRs, FETAPE e MST: Um breve histórico das ocupações de terras em Pernambuco.....	25
1.3 A importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova - PE na estruturação do projeto de assentamento.....	38
<b>CAPÍTULO II: DA BARRACA DE LONA À CERCA DE ARAME: A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS – PE SEGUNDO AS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DOS ASSENTADOS</b> .....	<b>43</b>
2.1 O acampamento dos Sem Terra e a chegada do INCRA .....	44
2.2 Construção e desenvolvimento: o acesso ao crédito no Assentamento Mororó dos Peixotos .....	55
2.3 “Eu preciso, você também, todo mundo precisa de alguém”: A prefeitura municipal de Terra Nova - PE na trajetória do assentamento Mororó dos Peixotos .....	75
<b>CAPÍTULO III: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: AS VIDAS RECONSTRUÍDAS SOB O SOLO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS – PE</b> .....	<b>86</b>
3.1 “O lugar bom é onde você aumenta, você cresce”: A formação da identidade dos assentados do Mororó dos Peixotos – PE .....	88
3.2 “A união faz a força” <i>versus</i> “se você quiser se mexer, se mexa só”: As contradições das relações coletivas frente a identidade Sem Terra .....	100
3.3 “Se fosse por Bolsonaro ele já tinha derrubado as cercas”: o assentamento Mororó dos Peixotos dezessete anos após sua criação.....	110
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>134</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>143</b>
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	143
APÊNDICE B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM OS ASSENTADOS .....	144
1) RELATO DE ANTONIO DE JESUS PARENTE .....	144
2) RELATO DE EDNALDO JOSÉ DA SILVA .....	151
3) RELATO DE FERNANDO JOSÉ RIBEIRO.....	156
4) RELATO DE OSMIR ROBERTO DA SILVA .....	167
5) RELATO DE RAIMUNDA GOMES DOS SANTOS.....	173
<b>ANEXOS</b> .....	<b>179</b>
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	179
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CFP .....	182

## INTRODUÇÃO

Não é incomum encontrar relatos ou testemunhar situações em que trabalhadores rurais se veem obrigados a migrar para os grandes centros urbanos devido à falta de oportunidades gerada pela escassez de terras disponíveis para a agricultura, ou a aceitarem condições precárias de trabalho no campo por não possuírem terras próprias. Paralelamente, é possível observar uma considerável extensão de território concentrada nas mãos de fazendeiros que não fazem uso produtivo da terra, caracterizando o fenômeno conhecido como latifúndio, ou "lugares vazios", como definido por Wanderley (2000 *apud* Sauder, 2005). De acordo com este autor, a existência dos latifúndios impede que milhares de agricultores tenham acesso à terra, relegando-os a uma vida marcada por desafios econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, tais áreas se tornam não apenas instrumentos, mas também locais de exclusão social e marginalização política, exigindo, portanto, medidas de intervenção e conversão para atenuar tais desigualdades.

A Reforma Agrária brasileira emergiu como uma das políticas estatais destinadas a enfrentar a histórica concentração de terras do país, enraizada desde o período das capitânicas hereditárias, passando pelos diversos ciclos econômicos do Brasil: açúcar, mineração, borracha, pecuária e café (Mattei, 2005). Seu propósito primordial reside na redistribuição das terras improdutivas, visando garantir um acesso democrático à terra para os agricultores Sem Terra. Para tanto, o Estado assume a responsabilidade de adquirir e delimitar essas áreas inativas, transformando-as em assentamentos para a residência dos agricultores e suas famílias, além de oferecer-lhes condições legais para o uso e a posse da terra. Nesse sentido, a criação de um projeto de assentamento é “produto formal de um ato administrativo, este expresso no decreto de desapropriação de uma determinada área rural sob propriedade privada para fins de Reforma Agrária” (Carvalho, 1999, p. 6).

Por outro lado, na grande maioria das vezes, especialmente ao longo da história recente, conforme apontado por Carvalho (1998), a criação de assentamentos rurais resulta das intensas lutas conduzidas pelos movimentos sociais do campo, em resposta às demandas sociais dos agricultores Sem Terra. O estabelecimento desses projetos de assentamento requer uma mobilização dos trabalhadores rurais, que enfrentam os poderes políticos em âmbitos local e nacional. Muitas vezes, essas

mobilizações envolvem confrontos com os proprietários dos latifúndios e até mesmo com o próprio Estado, cuja abordagem em relação à Reforma Agrária varia de acordo com a conjuntura política. Nesse contexto, a luta pela conquista dos assentamentos transforma os trabalhadores, anteriormente marginalizados pela sociedade, em agentes políticos ativos. Através dos movimentos sociais do campo, esses trabalhadores se posicionam e reivindicam seus direitos, abolindo assim a passividade frequentemente associada às comunidades camponesas quando se trata de assentamentos rurais.

Diante da constatação de que os assentamentos são lugares formados mediante um processo extensivo de luta, mobilizações e reivindicações, e levando em consideração que parte substancial do meu contingente familiar é formado por Sem Terras que moram em um desses espaços, surgiu em mim a necessidade de compreender como se deu o processo de construção do Assentamento Mororó dos Peixotos, um território localizado na zona rural da Cidade de Terra Nova, Pernambuco, no qual atualmente moram muitos dos meus pares.

Parte do ideal mobilizador para a escolha do Assentamento Mororó e seus moradores enquanto objeto de pesquisa surgiu a partir dos debates a respeito da Reforma Agrária, ainda durante a graduação. Por meio do componente curricular “História do Brasil III”, referente ao período da Primeira República, tive a oportunidade de me aprofundar nas discussões sobre os movimentos sociais de luta no campo, chegando a realizar uma pequena e superficial entrevista com um dos assentados do espaço analisado neste TCC, com a finalidade de realizar uma atividade para a disciplina. A produção do trabalho me trouxe grandes conquistas, como a conclusão da matéria, por exemplo, mas também deixou importantes lacunas nas minhas expectativas e desejos de conhecimento referentes ao tema. Muitas questões passaram a me exigir resposta enquanto acadêmico e pesquisador, como: quem participou da construção do assentamento? Qual o papel desempenhado pela prefeitura da cidade nessa ação? Como os assentados se enxergavam mediante esse processo? A vida dos agricultores de fato mudou?

Foram esses questionamentos que nortearam a escolha do tema e a elaboração da presente pesquisa. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho tornou-se investigar como ocorreu o processo de criação, desenvolvimento e manutenção do assentamento Mororó dos Peixotos, utilizando as memórias dos próprios agricultores assentados para tal. Essa investigação foi pensada a partir de três objetivos

específicos que consistem em compreender como os assentados, através das suas vivências e memórias, se enxergam enquanto construtores e moradores do assentamento; discutir o papel exercido pelos órgãos governamentais responsáveis no desenvolvimento do assentamento; e, por fim, problematizar o contexto político da Reforma Agrária no qual o assentamento foi criado e se desenvolveu.

Com o propósito de atingir os objetivos estabelecidos, a pesquisa segue uma estrutura composta por três capítulos. No primeiro, abordamos a gênese da iniciativa de criação do assentamento Mororó, delineando as entidades responsáveis pela concepção inicial do projeto, o processo de conscientização dos agricultores acerca de sua implementação e a seleção do latifúndio a ser desapropriado. Além disso, conduzimos um levantamento historiográfico dos movimentos sociais do campo em Pernambuco ao longo das últimas sete décadas, com ênfase nas Ligas Camponesas, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), na Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), investigando suas estratégias de mobilização visando as ocupações de terra. Também examinamos a dinâmica de relacionamento entre os assentados do Mororó e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, destacando o papel desempenhado por esta entidade como espaço de formação política para os agricultores do assentamento.

No segundo capítulo, tratamos sobre a fase de ocupação e acampamento dos Sem Terra, destacando as medidas e ações empreendidas pelos camponeses durante o processo de estabelecimento do assentamento Mororó. Examinamos a intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diante da mobilização dos agricultores, bem como as dificuldades enfrentadas por estes durante o acampamento e após a efetivação do projeto de assentamento, incluindo os desdobramentos decorrentes desses problemas. Apresentamos as modalidades de crédito disponibilizadas para auxiliar os assentados em sua instalação, considerando tanto os atrasos quanto às restrições impostas pelo Estado até sua liberação. Por fim, oferecemos um panorama geral do papel desempenhado pela Prefeitura Municipal de Terra Nova na criação e manutenção do assentamento, discutindo os possíveis interesses e consequências da relação estabelecida entre ambas as partes.

No terceiro e último capítulo, abordamos a construção e reconstrução da identidade Sem Terra dos agricultores do assentamento Mororó, a partir dos conceitos

apresentados por Michel Pollak (1992) e Eliane Sebeika Rapchan (1993). Realizamos uma análise do contexto político da Reforma Agrária durante a época de formação do assentamento, averiguando como esse contexto influenciou a formação da identidade dos trabalhadores rurais, e destacando seus principais elementos formadores. Além disso, discutimos os atuais autorretratos dos agricultores enquanto assentados e os desafios enfrentados no assentamento recentemente. Para isso, apresentamos uma análise da política praticada pelo Governo Bolsonaro durante os anos de 2019 a 2023, destacando e problematizando as medidas adotadas pelo governo no âmbito da Reforma Agrária no país. Realizamos também uma avaliação do impacto dessas políticas na vida dos assentados e no desenvolvimento do assentamento Mororó especificamente, identificando as mudanças e continuidades ocorridas no espaço em questão. Por fim, efetuamos uma avaliação da situação atual do assentamento, identificando quais organizações continuam oferecendo assistência às famílias assentadas.

A fundamentação do estudo se baseia em múltiplas fontes, incluindo as atas das reuniões da associação do assentamento Mororó, referências bibliográficas pertinentes ao tema e, sobretudo, nas memórias dos assentados. Esta escolha se justifica pela intenção da pesquisa em investigar a formação da identidade dos Sem Terras, sendo que, nesse contexto, a memória é considerada como elemento constituinte da identidade, conforme sustentado por Jacques Le Goff (1990) e Michael Pollak (1992), e que será melhor aprofundado ao longo do segundo e terceiro capítulo. Tal associação entre memória e identidade é respaldada pela perspectiva dialética que relaciona os dois conceitos, de modo a torná-los indissociáveis. Segundo o antropólogo Jöel Candau (2013), a memória é essencial para a existência do sujeito, visto que, sem ela, o indivíduo se depara com um esvaziamento de suas capacidades conceituais e cognitivas, resultando na perda de sua identidade.

A centralidade da pesquisa na análise das memórias dos assentados é de relevância significativa, dado que tal abordagem facilita uma compreensão social mais profunda. Como destacado por Montenegro (2016), a memória individual não apenas reflete, mas também revela a dimensão social na qual o indivíduo está imerso. Segundo o autor, ao narrar suas vivências e eventos históricos específicos, o entrevistado constrói relatos que são influenciados por experiências compartilhadas por outros membros da mesma comunidade, inseridos no mesmo contexto social, político e cultural. Portanto, o relato individual não é apenas uma expressão singular,

mas também uma manifestação social, transmitindo experiências, valores, ideais e sentimentos que são coletivamente compartilhados.

A incorporação das memórias dos assentados do Mororó na pesquisa foi respaldada metodologicamente pela abordagem da História Oral, descrita por Meihy e Holanda (2015) como uma prática de captação de narrativas por meio de tecnologias eletrônicas e destinada a coletar testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato. Esta definição está alinhada com a proposta do presente trabalho, uma vez que, conforme indicado pelos autores, o cerne é a “apreensão de narrativas”, conferindo um significado crucial às experiências das pessoas envolvidas em um processo social em andamento, no caso, o assentamento Mororó. Nesse sentido, as entrevistas são destacadas como um meio “facilitador” para a compreensão do contexto social que os assentados se encontravam e se encontram atualmente.

Dessa forma, procedemos com a condução de entrevistas junto a cinco assentados do Mororó provenientes de distintos núcleos familiares, compreendendo quatro homens e uma mulher, abarcando diferentes faixas etárias. A coleta dos relatos ocorreu predominantemente no próprio espaço do assentamento, na residência de cada um dos assentados, com exceção de uma entrevista realizada nas instalações da secretaria de agricultura da cidade de Terra Nova. Utilizamos um questionário composto por dezenove perguntas (APÊNDICE A), seguindo a metodologia da entrevista temática. Nesse método, segundo Freitas (2006), as perguntas são formuladas e adaptadas à temática da pesquisa, visando assim obter um volume mais substancial de informações. De acordo com a autora, essa abordagem também permite a comparação entre os depoimentos, destacando divergências, convergências e elementos que sugerem a existência de uma memória coletiva.

Para constituir a amostra da pesquisa, aplicamos critérios de seleção e exclusão específicos. Os participantes selecionados incluem assentados que estiveram envolvidos, direto ou indiretamente, no processo de estabelecimento do assentamento, pelo menos a partir do período de acampamento; agricultores que, mesmo mantendo atividades profissionais na zona urbana, residem de forma permanente no assentamento; e indivíduos engajados em práticas agrícolas e pecuárias no contexto em estudo, independentemente de realizarem essas atividades de forma coletiva ou individual. Em contrapartida, excluimos da pesquisa os assentados que se integraram ao projeto após a construção das moradias definitivas,

assim como os agricultores que estabeleceram residência permanente na zona urbana, abandonando sua associação com o assentamento.

Os elementos e critérios mencionados anteriormente são de conhecimento de todos os entrevistados que participaram do estudo, uma vez que concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento permite que "o sujeito de pesquisa reconheça que entende e aceita todos os aspectos do estudo, incluindo os riscos e possíveis benefícios envolvidos" (Souza *et al*, 2013, p. 201). Também seguimos todos os parâmetros e exigências éticas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que aprovou a realização da pesquisa em 29 de janeiro de 2024. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética encontram-se como ANEXO A e ANEXO B, respectivamente, no final da pesquisa.

Esperamos que este estudo forneça uma contribuição significativa para a visibilidade e compreensão do assentamento Mororó, tornando sua história acessível a pesquisadores de diversas áreas. Ao fazer isso, visa-se não só subsidiar futuras investigações, mas também ampliar o reconhecimento das memórias dos residentes do assentamento além dos limites locais, integrando-as à narrativa nacional. Este processo, conforme delineado por Souza (2022), é reconhecido como um imperativo para os historiadores, que têm o dever de amplificar e preservar as memórias coletivas como parte essencial da construção da identidade histórica de uma nação.

## CAPÍTULO I: O INÍCIO DE UM SONHO: A GESTAÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS – PE

*Está terminando o tempo da inocência e  
começando o tempo da política. Os  
pobres da terra, durante séculos  
excluídos, marginalizados e dominados,  
têm caminhado em silêncio e depressa no  
chão dessa longa noite de humilhação e  
proclamam, no gesto da luta, da  
resistência, da ruptura, da desobediência,  
sua nova condição, seu caminho sem  
volta, sua presença maltrapilha, mas  
digna, na cena da História.*  
José de Souza Martins, 1986.

O termo “assentamento” apareceu primeiramente no vocabulário jurídico e sociológico da Reforma Agrária na Venezuela, a partir da década 1960, e rapidamente se estendeu para outros territórios (Bergamasco; Norder, 1998). A partir do contexto social, político e econômico de luta pelas terras, a expressão acabou ganhando diferentes conceitos e significados ao longo do tempo em outros países, e hoje no Brasil, podem ser encontradas diversas atribuições para o que conhecemos como assentamentos rurais.

Na obra “*Segredos Íntimos: A gestão nos assentamentos da Reforma Agrária*” escrita pelo doutor em sociologia Francisco Gomes Amaro de Alencar (1988), o autor debate que algumas abordagens tendem a analisar os assentamentos enquanto espaços de aplicação de políticas públicas governamentais, destinadas à Reforma Agrária, assim o fazendo com ênfase nas questões territoriais e econômicas<sup>1</sup>. Por outro lado, existem vertentes que colocam em perspectiva o aspecto social desses lugares, elencando em primeiro plano as lutas individuais e coletivas travadas pelos camponeses na busca pelas suas construções, que por sua vez, acabam

---

<sup>1</sup> A obra “*Reforma Agrária - produção, emprego e renda; o relatório da FAO em debate*, escrita pelos pesquisadores Adhemar Romeiro, Carlos Enrique Guanzirolí e Sergio Leite (1994) é um exemplo da abordagem economicista dos assentamentos. No trabalho, os autores definem que esses espaços significam “a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de rendas e etc, beneficiando a camada de pequenos agricultores, que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA” (p. 203)

transformando os assentamentos rurais em espaços de resistência que ultrapassam a dimensão física e econômica.

Um dos trabalhos responsáveis em apresentar e defender os assentamentos rurais enquanto espaços sociais é o livro *“Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”*, escrito por Sérgio Leite *et al* (2004). No citado estudo, estes lugares representam um ponto de chegada para os camponeses Sem Terra, resultado da mobilização e integração dos indivíduos em diversos movimentos sociais do campo, que lutam pela posse da terra. Esse processo, segundo os autores, tem um impacto significativo na transformação de um amplo setor de "excluídos" em sujeitos políticos, introduzindo esses atores na cena social, ao mesmo tempo em que modifica a realidade dos mesmos.

Na tentativa de elucidar como se formam esses espaços, o primeiro capítulo desta pesquisa apresenta e discute sobre as primeiras etapas da construção do assentamento Mororó dos Peixotos – PE, partindo do processo de escolha da terra a ser desapropriada, até a fase de ocupação. Além disso, realizamos também uma breve recapitulação historiográfica sobre as ocupações de territórios no estado de Pernambuco, ligada a problematização dos movimentos rurais de luta pelo acesso à terra e sua importância atualmente.

### **1.1 Fazenda Mororó: A história do surgimento da intenção de criação do assentamento**

Até o ano de 2006, no sertão central do estado de Pernambuco, era possível encontrar parte de uma fazenda conhecida por todos da região pelo nome de Mororó dos Peixotos<sup>2</sup>. Constituído por quase três mil hectares de terras, o latifúndio parecia estar abandonado aos olhos de todos, já que ninguém habitava o espaço e o dono não costumava ser visto. Sua localização não era das mais fáceis, pois se encontrava a vinte e dois quilômetros do centro urbano da cidade de Terra Nova – PE, com estradas cheias de porteiros, consideradas perigosas pelos agricultores em trânsito. Mesmo assim, não deixava de ser um belo terreno.

Seu então proprietário, o agrônomo Antônio Sampaio, pertencia a uma linhagem antiga de latifundiários da região, e desde muito jovem se viu integrado em

---

<sup>2</sup> Na região, existem três fazendas, todas ligadas umas às outras, mas com diferentes proprietários. Pela proximidade, todas elas acabaram ficando conhecidas por Fazenda Mororó dos Peixotos. A distinção entre as mesmas é feita apenas pelo nome do proprietário.

discussões a respeito dos grandes lotes que possuíam sua família. Seu avô, Luiz Antônio de Sá Gonzaga, era descendente dos fundadores da cidade de Salgueiro, Pernambuco<sup>3</sup>, grande polo comercial do sertão pernambucano, e por essa razão, era muito conhecido e estimado pelos indivíduos das cidades circunvizinhas.

Logo após o falecimento de seu pai, o também agrônomo Edmundo de Sá Sampaio, em 1999, Antônio Sampaio e seus irmãos herdaram uma extensa área de terras acumuladas pela família ao longo das gerações. Durante a partilha, ficou estabelecido que a propriedade correspondente à fazenda Mororó dos Peixotos seria mantida sob a posse e administração de Antônio Sampaio.

Segundo o relato dos nossos entrevistados, homens e mulheres que participaram desde a primeira fase do processo de construção do assentamento, entre os anos de 1999 a 2005, a fazenda Mororó dos Peixotos encontrava-se inabitada e improdutiva, uma vez que seu dono, residia na cidade de Salgueiro – PE, e se deslocava para Terra Nova, apenas de tempos em tempos, com o intuito meramente de averiguar os terrenos que possuía, mas sem pretensão nenhuma de estabelecer moradia ou de desenvolver atividades econômicas e/ou comerciais.

Em 2006, com desejos de se mudar para Fortaleza, capital do estado do Ceará, Antônio Sampaio resolveu vender as terras da Fazenda, já que ficaria ainda mais distante delas, e por consequência, não conseguiria tomar conta sempre que desejasse. No entanto, por se tratar de um grande lote, com um preço elevado, não conseguiu encontrar compradores tão rapidamente. Após um tempo de procura, decidiu entrar em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova (STR) para oferecer as terras, tal como o assentado Fernando José Ribeiro, conta em seu depoimento:

Eram quase três mil hectares de terra, não é fácil você vender para uma pessoa só, particular. Então, ele [Antônio Sampaio] tentou vender, por que não queria deixar para ninguém. Ele não tem filhos, não teve nenhum, e não queria deixar para os sobrinhos. Então o que aconteceu? Ele procurou saber se não tinha como o sindicato comprar (Depoimento de Fernando José Ribeiro em entrevista a nós concedida).

---

<sup>3</sup> Segundo dados fornecidos pelo site Genealogia Pernambucana. Disponível em: <https://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=20644#inicioCorpo>. Acesso em 04, jan. 2024.

Em reunião com o secretário de política agrícola e agrária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época, o Sr. Marcos Freire Vasconcelos Muniz, o proprietário da fazenda Mororó dos Peixotos, questionou se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais não teria interesse em comprar sua propriedade. Por sua vez, vendo na aquisição uma oportunidade de utilizar as terras para fins de Reforma Agrária, o secretário resolveu entrar em contato com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), e averiguar a viabilidade da compra do latifúndio.

A FETAPE, que representa e coordena estadualmente os sindicatos dos trabalhadores rurais de Pernambuco<sup>4</sup>, ao tomar conhecimento da venda da propriedade, logo se “organizou para inscrevê-la na Reforma Agrária e assim poder se apropriar”, como narra o assentado Fernando José Ribeiro. A ação, significou, na prática, o cadastramento das terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o órgão do governo encarregado de vistoriar e desapropriar os territórios improdutivos e, desse modo, permitir e sediar a construção dos assentamentos. Segundo a Instituição Federal de 1988, observa-se que:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 2010).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária foi incumbido da aquisição e remuneração das terras pertencentes à fazenda de Antônio Sampaio, empregando recursos federais disponibilizados para essa finalidade. Subsequentemente, a referida instituição encaminhou agentes fiscais para realizar uma série de atividades, incluindo a análise, a orientação e o cadastramento de todos os agricultores que demonstrassem interesse em aderir ao programa de Reforma Agrária do governo. Paralelamente, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) emitiu diretrizes ao SRT de Terra Nova – PE, ordenando a divulgação pública da possível criação de um assentamento e solicitando a convocação dos agricultores interessados em participar desse empreendimento.

---

<sup>4</sup> O site oficial da FETAPE está disponível em: <<https://www.fetape.org.br/fetape>>. Acesso em 2, dez. 2023.

O chamado aos interessados foi conduzido pelo Sindicato da forma mais tradicional e eficiente possível, principalmente nas pequenas cidades do interior, pelo velho boca-a-boca. Os agricultores que residiam na zona rural, eram informados sobre o assunto quando se deslocavam para o centro urbano e visitavam a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o que acontecia e continua a ocorrer rotineiramente às quintas-feiras, coincidindo com o dia da feira do município.

Segundo Sérgio Leite (2004), os Sindicatos Rurais são espaços de sociabilidade entre os agricultores, uma vez que:

A sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi tradicionalmente e continua a ser, juntamente com a feira, o local onde os trabalhadores rurais se reúnem e se identificam dentro da cidade. Podemos dizer que parte dos trabalhadores considera o sindicato como sendo sua casa nesse espaço. Os trabalhadores cada vez que se deslocam à cidade, independentemente da necessidade de a ele acudir para resolver problemas, vão ao sindicato, que é um espaço de sociabilidade, onde os trabalhadores rurais assentados marcam encontros, deixam recados, depositam as compras que realizam, enfim um ponto de referência central dentro da cidade (Leite *et al*, 2004, p. 134).

A notícia rapidamente se disseminou por toda a cidade e pelas áreas rurais circunvizinhas, gerando um influxo de camponeses e residentes locais em busca de esclarecimentos junto ao sindicato. Com inúmeras dúvidas pairando sobre quem poderia participar do processo, a data de criação do assentamento e a possível questão financeira envolvida, a demanda por informações aumentou exponencialmente. Diante do grande número de pessoas em busca de respostas, o sindicato resolveu convocar uma reunião emergencial com o propósito de elucidar toda a situação, antecipando-se à chegada da FETAPE.

Para se qualificar como assentado, era necessário cumprir as regras do estatuto da associação estabelecida pelo STR, um documento que foi lido perante todos os interessados, deixando claro como iria funcionar o assentamento<sup>5</sup>. Era requisito essencial comparecer e participar efetivamente de todas as reuniões, contribuindo com ideias e exercendo o direito de voto, caso fosse necessário deliberar

---

<sup>5</sup> Um das regras do estatuto consistia no pagamento de uma “mensalidade”, a ser utilizada em função da própria associação dos assentados. O dinheiro, que seria administrado por um (a) tesoureiro (a) escolhido (a) em votação, serviria para comprar ferramentas para o assentamento, por exemplo, ou pagar por eventuais passagens que precisassem fazer para determinados eventos.

democraticamente sobre questões relevantes. As reuniões foram agendadas para acontecer sempre na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova – PE, uma vez por mês, no primeiro sábado, às 16h:00<sup>6</sup>. Também ficou acertado que a contabilidade de três faltas consecutivas por parte de qualquer agricultor, configuraria na perda do direito de participação no assentamento.

Sobre os critérios de seleção das pessoas que iriam formar o espaço, o assentado Fernando José Ribeiro conta:

Qualquer pessoa poderia participar, desde que não tivesse terra e estivesse apta ao trabalho. Não poderia ser gente com cargo na prefeitura, ou funcionário seja do que fosse. Tinha que ser uma pessoa com profissão de agricultor e que desenvolvesse alguma atividade na agricultura. Só pessoas agricultoras e acima de dezoito anos (Depoimento de Fernando José Ribeiro em entrevista a nós concedida)<sup>7</sup>.

O processo burocrático para a fundação do assentamento, demandava que no momento da chegada dos representantes do INCRA, o espaço já estivesse identificado por um nome próprio definido, uma diretoria devidamente estabelecida por meio de votação, e uma associação constituída e operante, para que o Estado pudesse repassar os créditos futuros e exercer determinado controle. São por essas razões que, segundo Sérgio Leite *et al* (2004), as associações são os organismos internos mais predominantes dentro de todos os assentamentos e acabam sendo uma exigência do próprio Estado, uma espécie de “personalidade jurídica” como aponta o autor.

Todas essas medidas foram prontamente atendidas pelo SRT de Terra Nova e pelos agricultores. A escolha do presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro foi realizada, assim como o nome definido: Assentamento Mororó dos Peixotos. No entanto, apesar dos esforços conjuntos, o prazo estabelecido para que o órgão governamental aprovasse o projeto não correspondia à urgência e à celeridade assumidas pelo sindicato e pelos futuros assentados. Em seu depoimento, o assentado Fernando Ribeiro relatou: “A FETAPE organizou e deu os procedimentos

---

<sup>6</sup> Informações retiradas da ata de reunião realizada pelos agricultores no dia 10/06/2006, às 17:00h, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Terra Nova – PE.

<sup>7</sup> O depoimento é corroborado pelas informações que constam na ata da reunião da associação dos assentados, realizada no dia 10/06/2006.

tudo que precisava para poder acontecer, mas disse que ia demorar um ano, quase um ano”.

Em 6 de abril de 2006, após meses de espera, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova – PE, tomou a decisão de ocupar a fazenda Mororó, ação divulgada no jornal da FETAPE, conforme demonstra-se na figura 01. O objetivo era pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o governo a garantir o direito à Reforma Agrária. Naquela manhã de quinta-feira, eles ergueram a bandeira da FETAPE e declararam a posse da propriedade.

**Figura 1 - Manchete Jornal da FETAPE**

**Fetape realiza doze novas ocupações nesse início de ano**

*Movimento sindical rural lança seus candidatos ao legislativo*

O movimento sindical rural decidiu, após uma série de avaliações internas, lançar candidatos próprios ao legislativo estadual: Bruno Ribeiro (PT) e José Patriota (PSB). Ambos, com histórias de luta pela melhoria da realidade de quem vive no campo.

Na madrugada do último dia 6 de abril cerca de 200 famílias, todas coordenadas pela secretaria de Política Agrária da Fetape, realizaram seis novas ocupações de terra no interior de Pernambuco. Elas aconteceram nos municípios de Santa Filomena (800 ha); Terra Nova (2.040 ha); Sertania (3.000 ha); Afranio (1.500 ha) e Santa Cruz (2.100 ha); Petrolina, Lagoa do Pedro (1440 ha). “As ocupações são feitas com o objetivo de pressionar o Incra a agilizar o processo de vistoria e desapropriação de terras improdutivas no Estado, com fins de reforma agrária”, esclarece Doriel Saturnino, diretor da secretaria. Ele anuncia mais ocupações para os próximos dias se os processos continuarem emperrados no órgão do governo.

Manoel Santos, presidente da Contag.

**Seminário em Brasília avalia educação no campo**

Página 03

Acampados erguem a bandeira da Fetape.

**FONTE:** FETAPE, 2006.

## 1.2 Ligas Camponesas, STRs, FETAPE e MST: Um breve histórico das ocupações de terras em Pernambuco

A presença de latifúndios no Brasil e o controle das terras produtivas por uma pequena elite, são problemas amplamente reconhecidos e de longa data em nosso país. Desde os primeiros contatos com os europeus, como destacado por Erlando Marques dos Santos (2015), essas questões têm sido responsáveis por alimentar

desigualdades sociais e conflitos relacionados à demanda por acesso e posse da terra agrária.

Ao longo das últimas décadas, vários foram os movimentos que se articularam na luta pela redistribuição democrática das terras e contra a concentração fundiária, mas mesmo assim, ainda é fácil encontrar camponeses tentando a todo custo, dentro da legalidade, conquistar seu espaço para poder plantar, colher e viver com sua família. A classe tem se reinventado na tentativa de se fazer ouvir, e mesmo com tanta repressão e silêncio por parte dos governantes e da sociedade, tem mostrado que é possível lutar, assumindo diferentes formas de atuação para que a tão sonhada Reforma Agrária não fique apenas no papel.

Entre as estratégias de luta adotadas por esses grupos ao longo dos anos, destacam-se algumas: as vigílias, em sua grande maioria pacíficas e simbólicas, realizadas em frente aos prédios do governo como prefeituras e fóruns; as marchas e passeatas, organizadas nos grandes centros das cidades, com o objetivo de educar e conscientizar a população por onde passam; e também as manifestações, planejadas para pressionar o Estado a cumprir e aplicar a legislação vigente.

Contudo, a forma mais antiga e eficaz de reivindicar acesso à terra é por meio das ocupações, conforme observado por Fernandes (2000). Essa prática tem sido uma estratégia de luta desde os primórdios da história do campesinato brasileiro e permanece continuamente presente até os dias de hoje. De acordo com o autor, as ocupações de terras são parte integrante do processo de construção e reconstrução da identidade camponesa.

O conceito de ocupação foi trabalhado por muitos autores e autoras durante os anos e sempre são encontradas maneiras de adicionar mais significados e representações a ele, mediante a gama de agentes envolvidos em sua caracterização. José Gomes da Silva (1991), por exemplo, define ocupações como um ato político realizado a partir do estado de necessidade, com a finalidade de pressionar e chamar atenção das autoridades omissas, para os problemas que afetam um grande número de pessoas. Segundo o autor, essas ocupações podem acontecer tanto na zona rural, quanto na cidade, e não devem ser confundidas com invasões, pois são efetivadas pela própria lei.

Já para Marina Santos (2006), as ocupações representam uma forma de denúncia, anunciada por meio de um ato democrático em busca de direitos, tal como

também o faz um operário que decreta greve por falta de boas condições de trabalho, por exemplo. Nesse sentido, a autora aponta que:

Ocupações são, antes de tudo, formas de denúncia. Por isso se ocupa, para denunciar a penúria em que vive o pobre, no campo e na cidade, e pressionar pela reforma. É um exercício legítimo de democracia, tal qual o de qualquer outro grupo mobilizado. É um exercício de cidadania, tal qual um eleitor que, passado o pleito, deve fiscalizar, denunciar o não cumprimento e reivindicar dos representantes que escolheu seus direitos legítimos. Nisso, campo, cidade e qualquer brasileiro somos todos iguais (Santos, 2006 *apud* Budô, 2006, p. 51).

Ao estudar as apropriações de terras realizadas na América do Sul, com foco no Peru, Erick Hobsbawm (1998) caracterizou e definiu três tipos possíveis de ocupações. A primeira, segundo o autor, corresponde à ocupação dos territórios rurais que já pertenceram aos ocupantes anteriormente, mas que por algum motivo deixaram de pertencer, como acontece nos casos de alienação fiduciária, quando o território é utilizado como garantia de pagamento de dívidas. O segundo tipo, refere-se às ocupações de locais de domínio do Estado, geralmente localizados em áreas de fronteira, realizadas por camponeses e/ou grandes proprietários de terras, estes últimos fazendo uso da grilagem, que corresponde ao loteamento ou registro de terras públicas sem autorização do órgão competente. Por último, o historiador apresenta o tipo de ocupação mais comum no Brasil, e sobre a qual estamos tratando na pesquisa, as ocupações promovidas por agricultores Sem Terra nos grandes latifúndios improdutivos.

As Ligas Camponesas, “protagonistas em um dos mais importantes levantes populares no cenário político e social brasileiro nas décadas de 1950 e 1960” (Araújo, 2010, p. 1), são um forte referencial da prática de ocupação de terras no Brasil. Nascidas em meados da década de 1950, em Vitória de Santo Antão, no Pernambuco, as ligas camponesas foram os primeiros grupos de agricultores a se imporem contra a exploração dos proprietários nas terras arrendadas no estado. Ao se colocarem contra a intransigência dos latifundiários e lutarem pela permanência no território que haviam trabalhado durante toda a vida, as Ligas Camponesas acabaram se tornando “um ícone das reivindicações por Reforma Agrária na região” (Rosa, 2004, p. 474), sendo os pioneiros no Brasil a fazê-la por meio das ocupações de territórios.

O engenho da Galiléia foi a primeira experiência de desapropriação de terras para fins de Reforma Agrária no Pernambuco, ocorrido em 1959, e embora não tenha

significado grande vitória, já “que a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), responsável por organizar a desapropriação do engenho, buscou desmobilizar o movimento” (Porphirio, 2018, p. 21). O episódio foi responsável por evidenciar a necessidade de mudanças no meio agrário, mudanças que só viriam por meio de uma luta mais incisiva.<sup>8</sup>

Auxiliados por grupos políticos de esquerda, as Ligas passaram a estender sua atuação por todo Pernambuco, influenciados pela ampliação das liberdades democráticas do estado que favoreceram a popularização de temas como fome e Reforma Agrária (Morais, 1969). Seguindo essa linha, não tardou muito para que os ideais do movimento se ramificassem para outros estados do país. Em contrapartida, o grupo foi fortemente reprimido, tanto pelos donos dos territórios reivindicados para desapropriação, quanto por segmentos da sociedade que não enxergavam as ocupações com bons olhos. Segundo Porphirio (2018, p. 2) “essa atuação mobilizou ações repressivas por parte de diferentes setores nacionais e internacionais”.

A igreja católica da época, alguns partidos políticos e até mesmo os movimentos sindicais rurais que emergiram ao mesmo tempo que as Ligas, se puseram contra as ocupações camponesas de alguma forma. Todos esses bebiam de influência das ideias do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que “nunca chegou a aceitar por completo as alternativas de revolução camponesa propaladas no processo de expansão das Ligas Camponesas” (Rosa, 2004), e por isso, condenavam as ocupações dos latifúndios como tática para exigir a Reforma Agrária.

Após a consolidação dos sindicatos e o aumento da perseguição política, as Ligas Camponesas rapidamente perderam força e viram sua atuação diminuir. Esse declínio foi agravado pelo golpe civil militar de 1964, que efetivamente encerrou o movimento. Segundo análise de Marco Antônio dos Santos Teixeira, nesse período:

Lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo exército e por organismos policiais do Estado. Outros fugiram ou se exilaram. Terras desapropriadas foram devolvidas aos seus supostos antigos donos e o medo tornou-se um componente na vida dos trabalhadores rurais, que nesse novo contexto não tinham apenas a

---

<sup>8</sup> No “*Livro As Ligas Camponesas*”, de Elide Rugai Bastos (1984), a autora relata os critérios exigidos para obtenção das terras na desapropriação do engenho da Galileia. Segundo a socióloga, o engenho só pertenceria aos camponeses quando todos eles pagassem todas as parcelas do lote. Se pelo menos um não pagasse a prestação anual, o engenho continuaria sendo do Estado. Além do mais, para ter direito, o posseiro não poderia ter nenhuma doença ou “defeito” físico, pois em teoria, a deficiência impossibilitaria a prática da agricultura.

violência dos proprietários e grileiros para se preocupar, mas também do governo que se instalou (Teixeira, 2010, p. 124).

No estado de Pernambuco, assim como em outras localidades da região nordeste, os movimentos sindicais rurais surgiram em paralelo ao aparecimento das Ligas Camponesas na década de 1950. Entretanto, é importante notar que esses movimentos sindicais apresentavam teorias e apoiadores distintos das Ligas Camponesas.

Como elucidado anteriormente, as Ligas valeram-se do apoio de alguns partidos de esquerda para se propagar, enquanto os primeiros STRs de Pernambuco foram organizados sob a orientação de uma parcela importante da Igreja Católica e também do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ambos contrários às ideias revolucionárias das Ligas Camponesas.

Tal circunstância acabou gerando uma espécie de rivalidade e afastamento entre os dois movimentos rurais, que apesar de existirem em função de um mesmo público, possuíam objetivos teóricos distintos (Rosa, 2004).<sup>9</sup> Segundo o autor, enquanto as Ligas Camponesas tinham em seus ideais a luta contra a exploração da terra e dos camponeses, atrelada a proposta de Reforma Agrária, os Sindicatos Rurais do Pernambuco, buscavam legalizar as condições de trabalho dos agricultores nas lavouras da região da mata, sem pretensões, pelo menos até aquele momento, de reivindicar redistribuição territorial.

Outro ponto em que as duas organizações também divergiam, e talvez o mais importante - pois esse influenciou no fim de uma e no prosperar de outra - diz respeito a forma de atuação adotada na luta por seus ideais. Como discutido, muitas das perseguições que as Ligas sofreram foram motivadas pelas ocupações de terras realizadas e pela forma mais incisiva de posicionamento do grupo. Já os sindicatos rurais pernambucanos, de início, assumiram uma postura mais branda, se mostrando contra as ocupações, e utilizando o que eles julgavam ser meios legais para conseguir suas reivindicações, como processos judiciais, por exemplo.

---

<sup>9</sup> Marcelo Rosa (2004, p.475) chama atenção para o fato de que essa divergência nascia e tinha fim no campo teórico, pois no âmbito prático as ligas Camponesas nunca se opuseram aos sindicatos, muito pelo contrário. O próprio líder das Ligas, Francisco Julião, comemorou a criação dos sindicatos, fossem eles de orientação comunista ou religiosa, e incentivou que os membros do movimento a também se filiassem aos sindicatos de trabalhadores rurais.

Dentro da legalidade vigente na época, os sindicatos rurais conseguiram progressivamente expandir sua atuação, ganhando cada vez mais força e influência. Nos primeiros anos da década de 1960, em Pernambuco, observou-se um crescimento significativo no número de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e associados (Rosa, 2004), o que demandou a criação de um órgão estadual para regular a categoria: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), estabelecida em 6 de junho de 1962. Posteriormente, em resposta ao crescimento dos sindicatos em todo o Brasil, foi estabelecido um órgão federal para coordenar as instâncias estaduais, resultando na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em dezembro de 1963.

O fato de serem legalizados e possuírem instâncias estaduais e nacionais que os resguardavam, não impediu que os sindicatos rurais sofressem com o golpe de 1964. Por estarem alinhados a ideias esquerdistas, os STRs também passaram por grande repressão e foram fortemente perseguidos durante o golpe civil militar, uma vez que este trouxe gradativa perda de direitos, principalmente ligados aos meios sindicais (Silva, 2021).

Sobre esse processo o autor Marcelo Rosa pontua que:

Em 1964, logo após o golpe, o governo militar decretou a intervenção na CONTAG e em sindicatos de todo o país, afastando as diretorias eleitas. A intervenção durou até 1967, quando um grupo liderado por um sindicalista pernambucano, cuja formação política se deu nos grupos de evangelização rural, disputou e venceu a chapa dos interventores em uma eleição para a diretoria da confederação. Desde aquele evento, quando se desafiou a ordem imposta pelo governo ditatorial, o sindicalismo rural de Pernambuco tornou-se uma referência para todo o país (Rosa, 2004, p. 476).

Mesmo contando com o respaldo da diretoria da CONTAG, os sindicatos pernambucanos e a FETAPE optaram por adotar uma postura cautelosa durante a ditadura militar brasileira, operando dentro dos limites da legalidade. Isso se deve ao fato de que, naquele momento, qualquer envolvimento político mais pronunciado, como o apoio a movimentos considerados de esquerda, poderia resultar em intervenções e perseguições por parte do governo contra as instituições. Diante desse contexto, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais continuaram a defender os direitos dos trabalhadores do campo, principalmente por meio de batalhas judiciais nos tribunais e através da organização de greves.

Conforme indicado por Cristhiane Laysa Andrade Teixeira Raposo (2018), essas formas de atuação permitiram que os sindicatos se tornassem ferramentas essenciais nas lutas travadas pelos trabalhadores rurais, especialmente naquele período histórico. A respeito desse cenário a autora complementa:

A quantidade de processos instaurados pelos trabalhadores nas Juntas Trabalhistas constitui informações que nos permitiram conhecer a atuação dos sindicatos no tocante à organização dos trabalhadores na luta por direitos, a apropriação e a demanda destes novos espaços de direito no campo. A importância dos Sindicatos na conjuntura das relações de trabalho durante o regime civil-militar possibilitou a sua utilização como instrumento de constituição de espaços de luta no campo, mesmo que sob vigilância da polícia política, transformando a resistência individualizada em reivindicações coletivas por melhores condições de vida na zona canavieira de Pernambuco. Na década de 1960, os sindicatos se empenhavam na conscientização dos trabalhadores para que estes levassem seus conflitos para a Justiça do Trabalho e não para a delegacia de polícia (Raposo, 2018, p. 22).

Durante as décadas de 1970 e 1980, os sindicatos demonstraram sua eficácia ao auxiliar milhares de agricultores na busca por seus direitos por meio do sistema judicial. No entanto, nesse processo, também expuseram sua principal vulnerabilidade: a subordinação às leis e às vontades dos grandes proprietários de terras em relação ao seu cumprimento. Ao reivindicar os direitos dos trabalhadores rurais através da justiça, a FETAPE não tinha garantias de que as determinações seriam cumpridas, pois, em diversos momentos, os latifundiários afirmavam não possuir recursos financeiros para arcar com as obrigações estabelecidas pela lei. Se a justiça determinasse o pagamento de indenização a um agricultor, por exemplo, o latifundiário poderia alegar falência, desobrigando-se de suas responsabilidades de forma legal, processo que inclusive foi amplamente executado pelos fazendeiros pernambucanos no decorrer dos primeiros anos da década de 1990.

Como exemplo dessa prática, podemos citar os desdobramentos ocasionados pela crise no setor canavieiro de Pernambuco durante o governo Collor. Com a retirada dos investimentos financeiros e das vantagens concedidas aos produtores de açúcar e álcool do estado, muitas indústrias da região acabaram fechando. A produção diminuiu gradativamente até que muitos dos engenhos mais importantes do estado precisassem ser abandonados, fazendo com que milhares de agricultores perdessem seus empregos, sem receber nenhum tipo de indenização (Rosa, 2004).

Na tentativa de ajudar os trabalhadores a contornarem a situação, a FETAPE os instruiu a buscarem seus direitos pelas mesmas vias de antes, através de processos judiciais e greves. No entanto, esse tipo de mobilização não surtiu o efeito desejado, uma vez que os donos das indústrias e engenhos alegaram não poder pagar as indenizações pelas demissões pois estavam falidos. Decepcionados com a falta de retorno da justiça e da FETAPE, muitos agricultores rurais começaram a se desfiliar dos STRs de Pernambuco, gerando um processo definido por Santana (2010) como “crise do sindicalismo”.

Segundo Santana (2010), a perda de espaço e de influência vivida pelo movimento sindicalista rural de Pernambuco nessa época, obrigou a classe a incorporar novas pautas e temas em suas reivindicações, assim como também foi responsável pela articulação da mesma com outras redes de movimento como a terra, moradia e etc. Nesse sentido, conforme destacado por Soares (2017), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do estado redirecionaram seu foco de atuação, concentrando-se nas ocupações de terras como estratégia e alternativa para revitalizar sua ação sindical.

As primeiras experiências de ocupações de terras realizadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em Pernambuco tiveram início no ano de 1992, mais especificamente no município de Rio Formoso, localizado na Zona da Mata do estado. Estas ações foram viabilizadas, em parte, pela colaboração do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), recém-instaurado no estado naquela conjuntura.

Fundado em 1984, no Rio Grande do Sul, o MST foi um dos primeiros movimentos de luta pela terra a fazer das ocupações sua principal forma de atuação, e apesar de não ter sido o “responsável pelas primeiras ocupações de terras realizadas em Pernambuco, ele despontou, inicialmente, como principal mobilizador por essas ocupações” (Soares, 2017, p. 72). Segundo Sigaud (2005), a proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra era mobilizar os trabalhadores rurais para ocupar os engenhos de cana-de-açúcar que não estivessem produzindo, e assim foi feito.

Em abril de 1992, dirigentes sindicais e do MST ocuparam as terras do engenho Rio Formoso que se encontrava abandonado, com o intuito de pressionar o governo a tomar alguma atitude em relação à situação de descaso que os trabalhadores da área viviam. Embora a ação não tenha alcançado sucesso imediato,

uma vez que as forças policiais expulsaram os manifestantes do território alguns dias depois, “a ocupação sinalizou para sindicalistas e trabalhadores rurais da região uma alternativa aos modos já tradicionais de luta, como as greves e os processos judiciais”, (Rosa, 2004, p. 8).

As ideologias difundidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundamentadas no lema “ocupação é a única solução”, gradualmente permearam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais à medida que suas lideranças estabeleciam comunicação e parcerias<sup>10</sup>. A partir do ano de 1992, tanto o MST quanto os STRs passaram a pleitear as terras dos engenhos abandonados em Pernambuco, com o objetivo de realizar ocupações e, assim, compelir o governo a efetivar a Reforma Agrária.

Diante da perspectiva de mudanças e avanços referentes aos problemas enfrentados no campo, os Sindicatos Rurais começaram a exigir da FETAPE um posicionamento mais efetivo em relação às ocupações dos territórios, para que essas pudessem ser feitas em maior escala com o apoio da federação. Entretanto, os dirigentes mais conservadores, alinhados com a liderança histórica, resistiram à associação do nome da organização a essa forma de atuação, por entender que estariam trabalhando fora da legalidade.

Sobre a rejeição da FETAPE as ocupações de terra, o autor Marcelo Rosa reforça:

Os dirigentes mais antigos, a quem chamou de históricos, teriam relutado em associar a FETAPE às ocupações de terra. A reticência dos diretores mais antigos e do próprio presidente da FETAPE concentrava-se no fato de que as ocupações, consideradas ilegais e condenadas pelos principais jornais da região, romperiam com a tradição da federação de defender os trabalhadores dentro dos marcos legais. A dificuldade da FETAPE em assumir a bandeira das ocupações também pode ser atribuída à novidade que estas representavam para a região. Tratava-se de uma experiência inédita que, à época, ainda não havia produzido resultados satisfatórios. (Rosa, 2004. p. 482)

---

<sup>10</sup> É importante salientar que o MST se valeu muito da parceria realizada com os sindicatos em 1992 para se firmar no estado de Pernambuco. Antes disso, em 1989, o movimento já tinha tentando se estabelecer no estado, mas foi reprimido pelo governador Miguel Arraes que não reconhecia na organização uma representação legítima dos trabalhadores rurais, representada única e exclusivamente pela FETAPE (Rosa, 2004, p. 480). Em 1992, quando regressou ao Pernambuco, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estabeleceu ligações com os sindicatos rurais, garantindo assim uma forma de adentrar nos espaços do campo e disseminar suas ideias.

Mesmo se mostrando contra as ocupações dos Sindicatos, a FETAPE resolveu criar em 1993 uma secretaria para lidar com questões territoriais. Tal ação foi tomada com propósito de acalmar os ânimos dos trabalhadores e dos STRs, mas, na prática, não representou grandes mudanças para a categoria. A pasta da Reforma Agrária criada pela instituição, se limitou a continuar resolvendo questões jurídicas relacionadas às terras ocupadas, mas não chegou a investir ou reconhecer diretamente as ocupações (Rosa, 2004).

Durante os anos de 1993 e 1994, MST e sindicatos pernambucanos mantiveram uma colaboração mútua, prosseguindo com as ocupações de latifúndios improdutivos sem o aval da FETAPE. Somente a partir do ano seguinte, em 1995, a federação passou a reconhecer a legitimidade dessa luta, especificamente após a promulgação de João Santos como o diretor da pasta de Reforma Agrária. João Santos era um dedicado defensor das ocupações de terra, e trouxe para FETAPE importante contribuição nesse sentido, como evidencia o historiador Marcelo Rosa:

João Santos assumiu seu cargo na diretoria da FETAPE no final de 1995 e, já no início do ano seguinte, a federação passou a assumir publicamente a coordenação das ocupações de terra e acampamentos na região. Da mesma época data a criação da bandeira da FETAPE, para marcar, assim como já fazia a flâmula do MST, a filiação dos agricultores nos seus acampamentos. Sob a coordenação do novo secretário, a federação tratou de incorporar os símbolos até então utilizados somente pelo MST (barracas, bandeiras e ocupações), ampliando igualmente o leque de ações dirigidas à ocupação de prédios públicos, principalmente da sede do INCRA em Recife. [...] sob a batuta de João Santos, a FETAPE retomou seu lugar na vanguarda do sindicalismo rural brasileiro, notabilizada como uma das primeiras federações do país a realizar ocupações de terra. (Rosa, 2004. p. 484)

O ano de 1995 também trouxe grandes mudanças para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que a tempos vinha sendo negligenciado pelo governo federal e estadual de Pernambuco. Exigindo a mudança de diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), integrantes do MST ocuparam a sede da organização, em Recife, Capital de Pernambuco, reivindicando a implementação dos assentamentos rurais de Reforma Agrária no estado (Rosa, 2004). Segundo o autor, a manifestação foi fortemente reprimida pela polícia, mas trouxe frutos gloriosos para o movimento, posto que o então presidente da república,

Fernando Henrique Cardoso, acatou a demanda do grupo e nomeou um novo dirigente para o cargo de diretor do INCRA.

Após conquistar seu espaço político, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adquiriu confiança suficiente para operar de forma autônoma, rompendo seus laços com os Sindicatos Rurais de Pernambuco. Paralelamente, os STRs, respaldados e reconhecidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado, sentiram-se capazes de trilhar seu próprio caminho e desvincularam-se do MST. A nova dinâmica gerada pelo distanciamento entre as duas organizações, possibilitou que os índices de terras ocupadas subissem exponencialmente nos próximos anos, pois de forma impiedante, tanto os Sindicatos, quanto o MST passaram a disputar espaços territoriais e ocupar latifúndios. Durante o período compreendido entre os anos de 1995 e 2000, Pernambuco tornou-se líder nacional em número de terras ocupadas, conforme aponta os dados da Comissão Pastoral da Terra, reunidos no seguinte gráfico elaborado pela pesquisa:

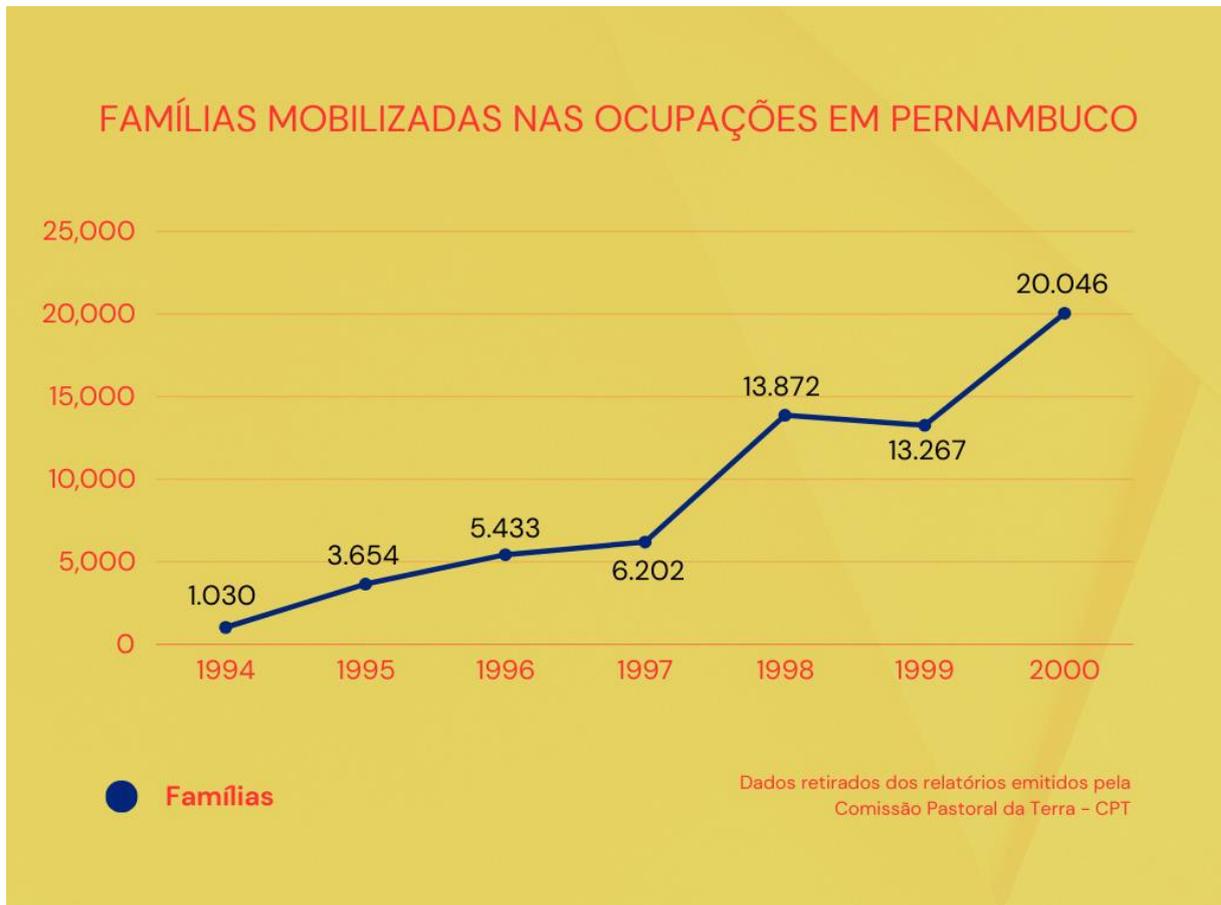
**Gráfico 1** - Ocupações de terra realizadas no Pernambuco entre 1994 e 2000.



**FONTE:** Elaboração própria a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Em um período de seis anos, os números de ocupações em Pernambuco chegaram a contabilizar um crescimento de 1550%, uma marca nunca antes atingida pelo estado. Esse aumento sem precedentes evidenciou a urgência e a magnitude das questões relacionadas à distribuição de terras, assim como à necessidade por moradia digna por parte dos agricultores, já que através da análise dos dados, também foi observada uma tendência de crescimento exponencial na quantidade de famílias envolvidas nos processos de ocupações. Dentre o período correspondente entre 1994 e 2000, mais de 55 mil famílias se mobilizaram em prol da luta pela Reforma Agrária, tal qual evidencia o gráfico 2 a seguir. Os números expressivos refletem não apenas a demanda por terra, mas também as condições socioeconômicas desafiadoras enfrentadas por uma grande parcela da população rural do estado na época, responsáveis por impulsionar a busca por soluções coletivas.

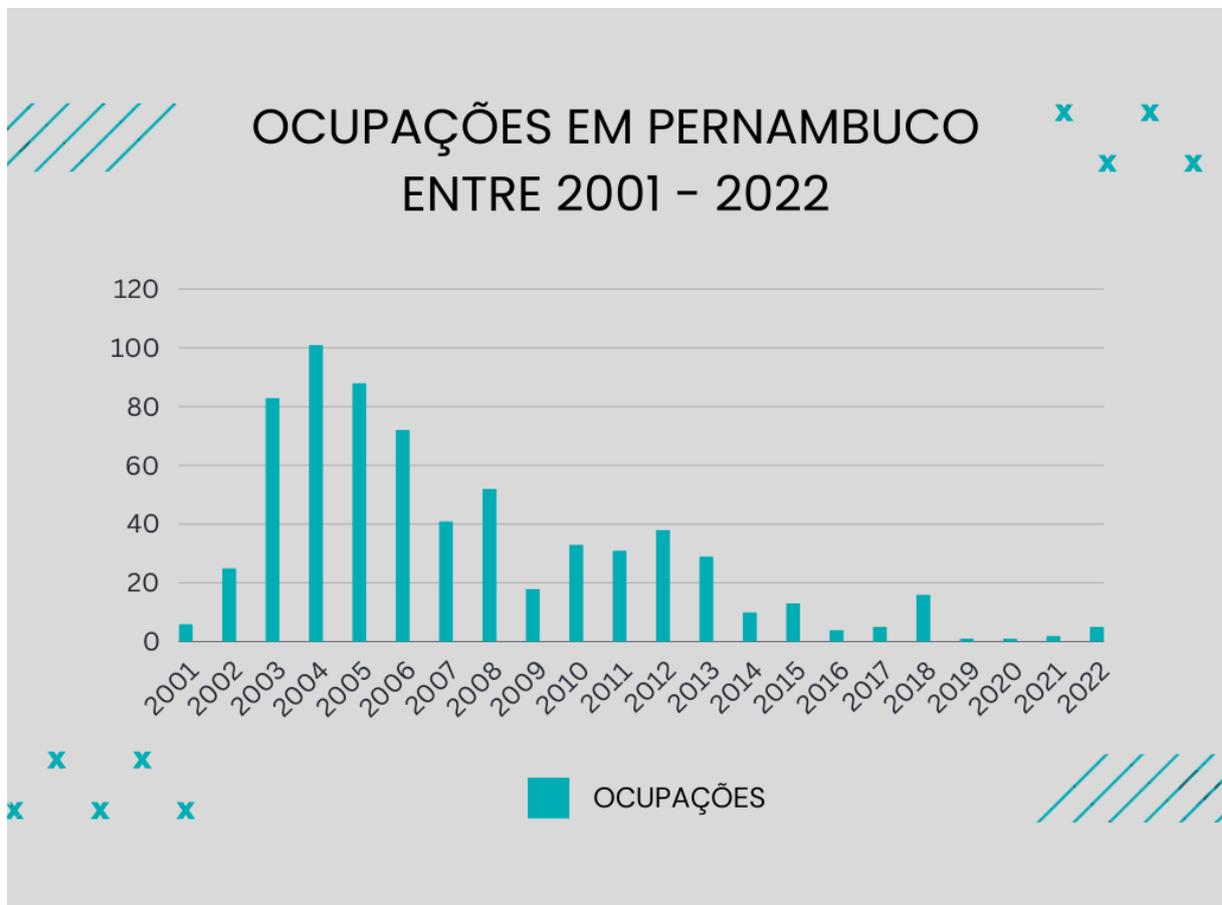
**Gráfico 2** - Mobilização das Famílias nas ocupações em Pernambuco entre 1994 e 2000.



**FONTE:** Elaboração própria a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

O crescimento gradativo das ocupações, no entanto, não se perpetuou por muito tempo. Logo em 2001 já foi possível perceber uma expressiva queda, gerada tanto pela diminuição da atuação da FETAPE, que novamente se encontrava em meio aos conflitos administrativos internos, quanto pela falta de mobilização do MST, que se lançava em outros estados buscando novos espaços. Como pode-se perceber no gráfico 3, a seguir, os lugares ocupados em Pernambuco passaram de 165 em 2000, para apenas 6 em 2001, e desde então, os números nunca mais atingiram ápices tão significativos quanto os obtidos no primeiro ano do milênio.

**Gráfico 3** - Ocupações de terra realizadas em Pernambuco entre 2001 e 2022.



**FONTE:** Elaboração própria a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Atualmente, tanto a FETAPE quando o MST continuam realizando ocupações de terra em todo território pernambucano, mas outros agentes também se aliaram à causa com o passar dos tempos. Em 2006, por exemplo, ano em que os agricultores ocuparam a Fazenda Mororó, além das organizações citadas, é possível perceber o

trabalho da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), em função da luta pela Reforma Agrária no estado. Ao todo foram realizadas 72 ocupações em 2006, ações que mobilizaram 9.963 famílias.

### **1.3 A importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova - PE na estruturação do projeto de assentamento**

É inquestionável que, dentre todas as organizações de mobilização por Reforma Agrária, o MST se tornou a de maior destaque nas construções de assentamentos ao redor do Brasil, pois desde sua criação utilizou as ocupações como maior e mais importante arma de combate à concentração de terra. Oliveira (2001) defende inclusive, que para conhecer o movimento, é necessário entender o processo de luta calcado nas ocupações de terra, pois são indissociáveis. Porém, uma vez reconhecido seu valor, é importante reconhecer também o papel dos outros grupos na criação de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Hoje em dia não é difícil associarem esses espaços única e exclusivamente ao MST, de modo a parecer que só são possíveis de existir se estiverem ligados ao movimento, o que não procede.

A ocupação realizada na Fazenda Mororó em 06 de abril de 2006, que deu lugar ao acampamento e posteriormente a criação do assentamento Mororó dos Peixotos, como iremos tratar nesta pesquisa, foi elaborada e instituída pela FETAPE, com o auxílio interino do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra nova – PE e nada teve a ver com o MST. Reforçar isso é necessário tanto para dar luz as possibilidades existentes na criação desses locais de luta, quanto para conferir aos assentados do Mororó a identidade por eles reivindicada, de grupo associado ao STR, pois como afirma Fernandes (2000), o espaço de resistência e formação de identidade do assentado, começa já durante a ocupação do território. Segundo Fernandes:

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e

a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (Fernandes, 2000, p. 282).

Antes mesmo da ocupação se materializar, já é possível perceber a importância do Sindicato dos trabalhadores rurais de Terra Nova – PE na formação da ideia do assentamento. Todo o tempo que os camponeses passaram frequentando a instituição, as inúmeras reuniões realizadas na sede e as interações proporcionadas entre todos os envolvidos, fez do STR um espaço de socialização política, tal qual conceitua Fernandes (2000), fundamental para a discussão e maturação de ideais, e responsável pelas construções de identidades.

Segundo Fernandes (2000), uma localidade pode ser definida como espaço de socialização política, se essa for formada obrigatoriamente por três dimensões. A primeira é a *comunicativa*, construída a partir das reuniões realizadas no local. É o momento das pessoas se conhecerem, entenderem os objetivos em comum que as trouxeram ao espaço, saberem por que estão ali. As reuniões realizadas são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências, e geralmente tem como conteúdo a recuperação de histórias de vida ligadas aos problemas da Reforma Agrária e o debate das possíveis soluções. Essas reuniões podem durar dois, quatro, sete meses ou até anos, como pontua o autor, tal qual viveram os agricultores que ansiavam pelo assentamento Mororó.

A segunda dimensão apresentada pelo pesquisador é a *interativa*, responsável pela troca contínua de experiências entre os indivíduos e pela construção da identidade Sem Terra. É nessa dimensão que os camponeses conhecem a trajetória de vida uns dos outros, tomam consciência da condição de expropriados e explorados, fazem balanços de possíveis alianças que poderiam formar e dos aliados políticos e econômicos que poderiam ter no direcionamento da sua causa. Como aponta Fernandes (1996), a dimensão interativa é alimentada constantemente e nunca se esgota, estando presente antes, durante e após as fases de ocupações, representando o momento no qual os agricultores:

Desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse da vontade, reconhecendo seus direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado. Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses

processos, práticas e procedimentos colocam às pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem (Fernandes, 1996, p. 63).

A terceira e última dimensão se constitui no espaço de luta e resistência, que deve ser integrado por posicionamentos e ações que vão em direção ao que se foi discutido e requerido nas duas dimensões anteriores. Sendo a construção do assentamento o principal tema abordado nos espaços interativos e comunicativos, é natural que a luta e resistência seja feita no sentido de torná-lo real.

Os agricultores do assentamento Mororó passaram meses se deslocando das suas casas na zona rural, em direção ao sindicato. Reuniram-se todos os sábados na sede para debater questões a respeito do assentamento, e socializando entre si e com os trabalhadores do local, tudo isso de forma mais intensa do que já se praticava antes, pois estavam unidos em nome de um mesmo objetivo e ideal, pelo qual lutaram firmemente. Essas interações possibilitaram o fortalecimento dos laços de amizade, compromisso e confiança entre ambas as partes, e foram responsáveis por incorporar conhecimentos e vontades que até então alguns camponeses não tinham tido. A troca de experiência foi tamanha que um dos assentados, o senhor Fernando Ribeiro, acabou se tornando funcionário do sindicato após alguns anos.

A importância conferida ao STR de Terra Nova pelos próprios assentados foi unânime durante as entrevistas, assim como o sentimento de orgulho em fazer parte de uma localidade criada a partir dele. Questionado sobre quais organizações contribuíram positivamente para a formação do assentamento, o camponês Fernando Ribeiro não titubeia em colocar o STR como primeiro da lista:

O sindicato, como se diz, foi o pontapé inicial. Foi onde organizou, convidou as pessoas que conhecia, que sabia que aquela pessoa não tinha uma terra, vivia trabalhando humilhado nas terras dos outros. Então ele convidou, selecionando as pessoas. Eu fui um dos que quando soube foi, comecei a participar. E foi muito bom a contribuição dele, por que se não fosse o sindicato ter organizado eu mesmo não teria entrado, que não sabia, nem ia saber né (Depoimento de Fernando José Ribeiro em entrevista a nós concedida).

Durante seu depoimento, o assentado Osmir Roberto da Silva, de 40 anos, enalteceu o papel de Marcos Freire Vasconcelos Muniz (secretário de política agrária do Sindicato na época da ocupação) como pessoa que contribuiu para o assentamento: “na minha mente, quem deu a maior força para nós aqui, foi Marcos de Djalma. Eu não esqueço o que ele fez por nós no começo”. Já a assentada Raimunda Gomes dos Santos, de 76 anos, atuante no projeto desde o início, é mais incisiva ao responder a mesma pergunta, afirmando com convicção que “quem construiu o assentamento Mororó foi o sindicato de Terra Nova - PE”.

Tais posicionamentos deixam evidente a função do STR de Terra nova – PE enquanto mobilizador para a ocupação, pois ao ponto que tomamos nota do reconhecimento que os assentados fazem da atuação do Sindicato e seus membros, também é possível perceber a confiança conferida por eles à instituição. Essa confiança foi necessária para que os camponeses se colocassem à frente da iniciativa de ocupar a fazenda Mororó, pois como afirma Fernandes:

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e medo. Para superar o medo o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de, ao defender a ocupação, apresentar ideias e referências que permitam a superação das dúvidas. São os argumentos desenvolvidos nas reuniões dos trabalhos de base, no dimensionamento do espaço de socialização política. Desse modo, os coordenadores, os padres, os sindicalistas tornam-se importantes referências para os trabalhadores indecisos (Fernandes, 2000, p. 284).

Além de toda coragem para realizar as ocupações, é necessário também disposição, garra e muita paciência para enfrentar a próxima etapa decorrente da luta pelos assentamentos: os acampamentos; tendo em vista que, por vezes, estes se estendem por anos (Budô, 2006).

Representando mais um episódio da intensa luta e resistência dos camponeses Sem Terra, os acampamentos, construídos de forma improvisada, são a efetivação da reivindicação pela Reforma Agrária, um método duradouro e eficaz de pressionar o governo a realizar a desapropriação das terras e dar início aos projetos de assentamentos.

O próximo capítulo da presente pesquisa trata da estruturação e das dificuldades enfrentadas pelos camponeses no acampamento dos Sem Terra da fazenda Mororó, assim como dos passos e táticas adotadas pelo INCRA em função da concretização e desenvolvimento do assentamento, tais como o acesso às linhas crédito e as parcerias firmadas com a prefeitura da cidade de Terra Nova – PE.

## **CAPÍTULO II: DA BARRACA DE LONA À CERCA DE ARAME: A FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS – PE SEGUNDO AS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DOS ASSENTADOS**

*Ser acampado é ser Sem Terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o Sem Terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação.*

Bernardo Mançano Fernandes, 2000.

No Brasil, a utilização de acampamentos como forma de luta e resistência pelo campesinato remonta ao período compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX. Durante essa época, especialmente no Nordeste brasileiro, emergiram diversos movimentos sociais rurais, muitos de natureza messiânica, como os casos de Canudos e do Contestado, nos quais os acampamentos tiveram um papel central. Além disso, os posseiros de regiões como Minas Gerais, Goiás e o norte do Pará, assim como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), durante a segunda metade do século XX, também recorreram à estratégia de acampamentos para sustentar suas reivindicações territoriais (Misnerovicz, 2017).

No processo de busca pela efetivação da Reforma Agrária, os acampamentos dos Sem Terra representam espaços emergentes de ocupação, convertendo-se em territórios a partir dos quais os agricultores associados aos movimentos sociais rurais se organizam e reivindicam seus direitos. Socialmente, esses locais assumem uma função transformadora ao substituir o modelo de território baseado na exploração e subordinação (latifúndio), por outro caracterizado pela solidariedade, produção para subsistência e autonomia camponesa (assentamento), como mencionado por Moreira (2009). Nesse contexto, segundo Fernandes (2000), os acampamentos desempenham um papel de transição na luta pela terra, um espaço de mudança e reconfiguração social para os agricultores, geralmente permeado de grandes desafios.

O fato é que, até chegar na fase de assentados, os trabalhadores rurais Sem Terra passam por processos de muita luta e violência, começando pelas ocupações e os acampamentos, construídos sem infraestrutura e nenhum conforto, sendo destruídos por forças latifundiárias muitas das vezes. Mesmo depois de estabelecidos os assentamentos, a luta pelo crescimento do espaço continua, pois, os camponeses trabalham arduamente para transformar o território, até então improdutivo, em um lugar de desenvolvimento econômico próprio para seu sustento. Todo esse processo exige um esforço individual e coletivo dos camponeses para conquistar e manter suas terras, e desse modo, os assentamentos rurais acabam se tornando lugares de resistência.

O capítulo atual aborda e investiga a segunda fase da formação do assentamento Mororó dos Peixotos, concentrando-se especificamente no período em que os camponeses estiveram acampados. Analisamos o papel desempenhado pelos órgãos responsáveis nesse processo e discutimos os passos seguidos até a efetivação do projeto de assentamento. Ao longo do capítulo, são apresentadas as medidas assistencialistas oferecidas pelo governo para promover o crescimento e desenvolvimento do assentamento Mororó, assim como o papel desempenhado pela prefeitura municipal da cidade de Terra Nova nesse contexto. Para fundamentar essas análises, a pesquisa se apoiou nos depoimentos dos agricultores que integram o assentamento, bem como nas atas das reuniões da associação dos pequenos produtores rurais do local.

## **2.1 O acampamento dos Sem Terra e a chegada do INCRA**

A maioria dos acampamentos da Reforma Agrária montados pelo Brasil, são feitos de forma simples e sem muita infraestrutura (Budó, 2006), porém, obedecendo a um nível organizacional rigoroso criado pelas instituições de base na luta pelo acesso à terra, representado no caso do Mororó, pela FETAPE. Uma vez que todas as pessoas que compõem esses espaços estão lutando por um mesmo objetivo, é natural que as regras sejam obedecidas e seguidas, pelo menos até a chegada do INCRA, responsável em dar seguimento ao projeto de assentamento. Sobre a importância dos acampamentos dos Sem Terra, o autor Miguel Carter (2006) disserta:

Esses acampamentos de sem-terra, com a suas tendas provisórias de plástico, seu estilo de vida bem organizado e disciplinado, e bandeiras

vermelhas tremulando no alto, são talvez as mais visíveis, bem conhecidas e engenhosas ações de contestação [...] os acampamentos não apenas tornam a demanda por Reforma Agrária perceptível, eles também facilitam as atividades de conscientização entre os sem-terra, possibilitam a preparação de outras (Carter, Miguel. 2006, p. 139).

O acampamento estabelecido pelos agricultores da cidade de Terra Nova, Pernambuco, no território da Fazenda Mororó dos Peixotos, foi planejado e organizado pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), mas executado pelos próprios camponeses. Com o apoio e incentivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, os agricultores se mobilizaram desde o primeiro dia da ocupação, ainda que de forma improvisada e precária.

Segundo depoimentos dos nossos entrevistados, os camponeses receberam instruções da FETAPE de não sair mais do território ocupado e construir as barracas para acampar o mais rápido possível, pois, se acaso os representantes do INCRA chegassem nas terras para fiscalizar e não encontrassem ninguém, o projeto de assentamento poderia não ser concretizado e todo trabalho teria sido em vão. A federação exigiu também, que o acampamento fosse feito nos arredores da fazenda e não dentro do terreno; o que segundo a instituição, afastaria qualquer indício de invasão que pudessem tentar conferir a ação, e desse modo, não traria problemas para os acampados. Sobre a localização do acampamento, o assentado Ednaldo da Silva, de 47 anos, relata o seguinte: “era lá fora, só podemos entrar aqui quando o INCRA deu ordem. Ficava [o acampamento], daqui [do assentamento] a mais ou menos um quilometro”.

A decisão da FETAPE de organizar o acampamento fora da propriedade teve respaldo tanto das políticas internas da própria organização, que historicamente buscou mitigar os conflitos decorrentes das ocupações, quanto do contexto mais amplo da desapropriação da terra. Segundo Fernandes (2000), as organizações que recorrem às ocupações como forma de luta pelo acesso à terra tendem a ajustar o nível de pressão conforme a conjuntura política e o estágio das negociações. No caso da FETAPE, dado o avanço das negociações com o INCRA, a opção foi evitar confrontos com o proprietário da fazenda, estabelecendo acampamento fora da propriedade, visando não comprometer o posicionamento favorável do instituto em relação à desapropriação do latifúndio.

Em reunião presidida pelo secretário de política agrária do STR, ainda no dia 06 de abril, nas próprias imediações da fazenda, ficou acertado entre os agricultores que cerca de cinco deles ficariam responsáveis diariamente pelo acampamento. Através de um sistema de rodízio semanal, todos os camponeses, obrigatoriamente, teriam que passar o dia nas terras a fim de monitorá-las e perpetuar a ocupação. A instalação desse sistema foi necessária, já que a grande maioria dos acampados tinham que trabalhar de forma autônoma para sustentar suas famílias, como conta o assentado Fernando Ribeiro:

A gente organizou botar cinco por dia, para que todo dia tivesse pessoas, por que a gente tinha que trabalhar, não poderia ficar todo dia lá. Então, a gente fez em forma de rodízio, combinou. Todo dia ia cinco pessoas, quando chegava no final, voltava de novo para o começo. Todo mundo tinha seu dia já garantido. Todo dia da semana a gente já sabia *'eita, tenho que me programar que tal dia é o dia que eu vou'*. Teve reuniões para organizar isso, todo mundo concordou por que foi melhor. Por que em vez de você ir dois, três dias, você ia só uma vez por semana, e estava lá. Tinha alguém lá para se acontecesse alguma coisa, responder. [...] A gente ia de manhãzinha e só voltava de cinco horas da tarde, que não corria risco de ir mais ninguém fiscalizar né. Porque se alguém do INCRA fosse lá fiscalizar e não encontrasse ninguém, ia ver que as pessoas não tinham interesse né, então poderia já não dar certo (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

O sistema de rodízio adotado foi integrado apenas por camponeses adultos do sexo masculino, posto que esses não queriam suas esposas e filhos sofrendo em meio as dificuldades e adversidades existentes no terreno da ocupação. No entanto, mesmo sem estar presente fisicamente, as mulheres acabavam vivendo e participando da luta no acampamento junto com seus cônjuges, pois integravam o mesmo movimento, buscavam pelo mesmo ideal que eles, e constantemente estavam a par da situação que envolvia o futuro assentamento.

A assentada Raimunda Gomes dos Santos, lembra com pesar dos entraves que seu marido enfrentou na fase de acampamento, ao mesmo tempo em que referencia a resistência dele como a sua própria, colocando-se como parte integrante da luta pelo pedaço de chão do assentamento, que foi conquistado pelos dois, no plural:

A gente passou um ano fora da roça, sem poder entrar na roça, por causa que não tinha ordem de poder entrar na roça. Aí fazíamos uma

barraquinha, e ficava na barraca. Agora a gente não vinha, as mulher não vinha, nem os filhos. Quem vinha era meu esposo. Passamos um ano sem entrar dentro da propriedade [...] enfrentamos muita dificuldade, muita dificuldade, muita dificuldade [fala com a cabeça baixa]. Porque a gente ocupou, nem podia sair, nem recebia nada, mas a gente nunca desistiu, porque a gente tinha vontade de ter um palmo de terra e o único meio de arrumar foi assim (Depoimento de Raimunda dos Santos em entrevista a nós concedida).

Por mais que Raimunda ou as outras mulheres não tenham vivido pessoalmente a experiência do acampamento, suas memórias dessa etapa são válidas e importantes, tanto quanto as de Fernando Ribeiro ou de Ednaldo da Silva, pois todas revelam, em profundidades e/ou aspectos distintos, facetas da luta e da resistência travada na construção do assentamento Mororó, um espaço coletivo conquistado por todos.

Segundo Michael Pollak (1992), a memória, tanto coletiva quanto individual, é constituída por diferentes pontos, sendo um deles os acontecimentos vividos em grupo ou “por tabela” como define o autor. As memórias adquiridas por tabela, referem-se às lembranças que as pessoas pertencentes a um determinado grupo têm, de acontecimentos dos quais ela nem sempre participou diretamente, mas que no seu imaginário foram tão importantes e significativos, que ficam gravados nas suas memórias. Desse modo, é natural que tudo que foi presenciado no acampamento dos Sem Terra, por mais que realizada por uma parcela restrita dos agricultores, tenha se ramificado para todos os integrantes do grupo e se transformado em memórias frutos de um fenômeno social e coletivo, composto por características variantes e marcos imutáveis, tal qual define Pollak (1992).

Em matéria de infraestrutura, o acampamento montado na fazenda Mororó não oferecia conforto algum. As barracas construídas de madeira cortadas das próprias árvores ao redor e cobertas com lona preta, que absorve muito calor; faziam do espaço um verdadeiro forno, aquecido mais ainda pelo clima quente do semiárido. Além disso, os agricultores tinham que lidar com as dificuldades no transporte para se locomover entre a zona urbana e o território da fazenda, que ficava a 22 quilômetros de distância.

Sobre as dificuldades enfrentadas durante a fase de acampamento, o hoje assentado Osmir Roberto da Silva relata:

O transporte para nós vir para cá era muito difícil, porque ninguém tinha, praticamente. Era tudo de bicicleta. Era algum que tinha uma motinha, o resto era tudo de bicicleta. Para vir, tinha que passar o dia só e voltar, porque não tinha como dormir (Depoimento de Osmir Roberto da Silva em entrevista a nós concedida).

O depoimento de Fernando Ribeiro, corrobora e complementa as informações apresentadas pelo assentado Osmir da Silva:

A dificuldade era grande, por que a gente morava numa região muito longe de lá, era o que? 22 quilômetros, ou até mais um pouco, da localidade [...] foi muito dificultoso, muito difícil, que aquele tempo o principal transporte que a gente tinha era uma bicicleta velha. Ninguém tinha moto, ninguém tinha carro, ninguém tinha nada. Eu ia de bicicleta, quando chegava lá cansado não tinha nem como a gente fazer nada, ia só para a rede, comia e se deitava para ver se criava coragem para voltar de tarde. Ai assim, não podia entrar de jeito nenhum na propriedade, se não poderia ele [o proprietário] se arrepender e a gente perdia né [...] foram criados barracos de lona, um barraquinho de lona quente, aquela lona preta que era pegando fogo. A gente ficava, fazia um fogo lá próximo que não ficasse muito forte para não queimar, não dá incêndio. A gente cozinhava comida, outros levava boia fria né, levava cozida de casa, e a gente cozinhava lá mesmo. Levava água. Muito difícil a situação, mas ficava lá. Aí descansava, quando fosse à tarde voltava de novo. Era muito longe para ir e voltar de bicicleta (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

As dificuldades enfrentadas pelos acampados durante esse período não se limitaram somente a questões de cunho físico, como a sede, o calor e o desconforto em geral. Muitos agricultores, infelizmente, ainda sentiram na pele o peso do preconceito, disseminado por parte da população do município, que não entendia, ou mesmo desacreditava da ocupação e dos motivos do acampamento montado pelos Sem Terra, tal qual revela o relato do assentado Fernando Ribeiro:

A gente enfrentava muito preconceito. O pessoal falava quando a gente passava nas estradas: “para onde que vocês vão?” A gente dizia “a gente vai ali para um acampamento de um assentamento”. Aí eles rebatiam: “vocês são doidos? Isso aí nunca vai acontecer, vocês nunca vão ganhar nada”. Desestimulava né. [...] (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida)

Principalmente no início da montagem do acampamento, não era difícil ouvir, nas conversas informais que acontecem nas calçadas das cidades pequenas,

palavras e expressões pejorativas a respeito da ação e dos próprios camponeses. Segundo relato dos agricultores, algumas pessoas que nem se quer conheciam o contexto da ocupação, julgavam o ato como “baderneiro” ou “sem-futuro”, organizado por “desocupados”, termos que obviamente não tinham nenhum fundamento e só deslegitimavam e diminuíaam a luta travada pela conquista do assentamento.

Segundo Budô (2006) é comum que as ocupações realizadas pelos movimentos sociais de acesso à terra, sejam vistas com maus olhos pela população, pois mesmo estando em conforme com a lei, acabam sendo relacionadas a atos criminosos. Este fato é facilmente percebido ao analisarmos uma pesquisa realizada entre outubro e novembro de 2009 feita pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) que constatou que 92% dos entrevistados consideram ilegais as ocupações, enquanto 75% repudiam esta iniciativa como principal solução para obtenção de terras para produção agropecuária e assentamento de famílias (Canal Rural, 2009).

As opiniões negativas criadas sobre os Sem Terra que existem pelo Brasil, são formadas e disseminadas pela população, a partir de uma ideologia de criminalização criada e impulsionada pelos grandes meios de comunicação em conjunto com as elites brasileiras. TV, jornais, rádio e *internet* se aliam às elites econômicas que não querem mudanças, e apresentam os movimentos sociais como “desordeiros” na tentativa de manter seu *Status quo*. (Franzen, 2005 *apud* Paula; Rodrigues, 2018)

Em outras palavras, como pontua Caldart (2004, p. 27): “as elites brasileiras tentam induzir a ideia de que a ocupação do latifúndio é incompatível com a índole pacífica do povo brasileiro”, pensando em impedir que a justiça social no campo seja feita, e assim continuar garantindo a perpetuação dos seus privilégios. Esse cenário acaba trazendo grandes prejuízos para a atuação dos movimentos sociais, pois, além de se preocupar com a luta contra uma ordem de exclusão econômica existente, também passam a se ater na luta pelo fim do preconceito e da discriminação na sociedade. No caso da ocupação no Mororó, os efeitos nocivos da má informação foram sentidos de forma dura por alguns dos agricultores, que não sabendo lidar com a negatividade e o preconceito da população, chegaram até mesmo a abandonar o acampamento.

Ao analisar as atas das reuniões, no período correspondente entre abril e novembro de 2006 - fase em que os agricultores estiveram acampados - foi possível

perceber uma diminuição nas assinaturas registradas, o que aponta para uma redução no quadro de pessoas interessadas em fazer parte do assentamento. Posteriormente, durante as entrevistas com os assentados, revelou-se que um dos possíveis motivos seria justamente a pressão psicológica que alguns deles sofreram na época por conta dos comentários negativos tecidos pelas pessoas do município. É o que conta Fernando Ribeiro na continuação do seu depoimento:

[...] aí tinha muitos que era um pouco fraco, ficava querendo desistir. Eu que sempre fui o coordenador da associação, o presidente, às vezes eu também achava que não ia dar certo. Mas eu não desanimava porque eu dizia assim: “minha gente, nós não temos nada a perder [...] se acontecer, maravilha, e se não acontecer, o que nós estamos perdendo”? [...] Muito pessoal dizia: “a que não dá certo”, mas eu dizia: “vai dar certo”. Às vezes eu também achava, mas eu não dizia, porque se você disser vai desmanchar. Muita gente desistiu... desistiu e entrou outros, sabe? Começou aí, quando viram a dificuldade [...] aí alguém dizia: “não vai não, isso é besteira, não dá certo vocês ganhar nada lá”, e aí teve gente que saiu. Teve gente que saiu e depois voltou [...] teve gente que saiu, aí depois entrou outras pessoas no lugar e depois não teve mais como voltar (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

As saídas e substituições de camponeses narradas por Fernando, também se referiam a questões burocráticas estabelecidas pelo INCRA em função da formação do assentamento. Como dito anteriormente, o único critério para se tornar um assentado, seria possuir a profissão de agricultor. No entanto, ao longo do processo foi revelado que todos os integrantes da família precisariam ser agricultores e não apenas um só, como se acreditava desde o início. Além do mais, para continuar participando do projeto, os agricultores não poderiam possuir nenhum imóvel na zona urbana em seu nome.

Tais imposições obrigaram a retirada voluntária de alguns homens e mulheres que possuíam residência na cidade e/ou cônjuges que exerciam outras profissões. Foi exatamente o que aconteceu com João José da Silva, um agricultor que esteve presente desde as primeiras reuniões e na ocupação, mas que durante o acampamento teve que deixar o projeto, pois sua esposa exercia o cargo de diretora em uma das escolas do município. Sobre algumas dessas alterações na composição dos membros da associação, pode-se ler na ata de uma das reuniões:

[...] também será decidido as substituições de alguns sócios os quais estão presentes para se justificar. Sendo essas pessoas cadastradas na próxima visita do INCRA. São elas: Edvaldo José da Silva, assumirá a vaga de Edvan Mendes dos Santos, o qual desistiu por sua própria vontade, por sua própria decisão. Otavio Roberto da Silva, assumirá a vaga de Erasmo Carlos, o qual não teve como continuar por motivos pessoais. (Complicações com as casas cedidas pela prefeitura). Marcia Graciete Alves Ribeiro, assumirá a vaga de Francisco Freire, o qual não teve como ficar devido as casas cedidas pela prefeitura. John Fabio Rodrigues assumirá a vaga de Maria de Fatima Ferreira, que desistiu por motivos pessoais. Todas essas substituições serão incluídas no novo ofício que será enviado ao INCRA, solicitando a presença do seu representante (Ata da reunião realizada na sede do STR, no dia 06 de maio de 2006).

As substituições eram realizadas, tanto na tentativa de manter o sistema de rodízio em ordem no acampamento, quanto para continuar exercendo o mesmo nível de poder de persuasão sobre o INCRA, demonstrando que havia pessoas interessadas. Nessa etapa, geralmente, era o próprio agricultor que estava se retirando do projeto que escolhia o próximo a ocupar sua vaga, optando, na maioria das vezes, por familiares, fosse de primeiro ou de segundo grau. No caso de João José da Silva, por exemplo, quem ocupou sua vaga foi justamente seu irmão, Ednaldo José da Silva.

Antônio de Jesus Parente, de 72 anos, também foi um dos agricultores que entraram no acampamento a partir do surgimento de uma vaga gerada pelas desistências impostas pelas regras do INCRA. Sobre a forma que conseguiu entrar no projeto de assentamento, o agricultor relata:

Quando o INCRA veio e organizou, surgiu uma história de que quem tivesse uma casa na rua, não podia ter um lote aqui. Aí fizeram uma nova eleição para 17 que não podia ser. Para 17 não, para 7 que não podia ser. Aí foi quando houve uma eleição lá na rua e eu entrei nesse assentamento. Foi quando eu vim para aqui (Depoimento de Antônio Parente em entrevista a nós concedida).

Por mais que a chegada de novos membros significasse a perpetuação do projeto de assentamento, motivo pelo qual todos os agricultores estavam reunidos, nem sempre a união e a unanimidade se faziam presente quando o assunto era receber novos acampados. Ao longo de algumas substituições foram aparecendo conflitos internos entre os camponeses, que por diferentes pretextos, não concordavam ou não aceitavam a entrada de determinados membros.

Durante as entrevistas, o assentado Osmir Roberto, narrou a forte objeção que sofreu por parte de alguns agricultores, ao tentar ocupar a vaga cedida pelo seu cunhado e filiar-se ao movimento:

Eu era doido para entrar aqui e os colegas daqui dizia que não tinha mais vaga. Aí quando foi um certo dia, meu cunhado que já andava para cá precisou sair, porque disseram que não podia beneficiar duas pessoas da mesma família ao mesmo tempo. Aí quando ele disse que ia sair, eu disse: “rapaz, pois se você ceder sua vaga para mim, eu dou nem que seja uma feira depois quando as coisas melhorar. Te dou um negócio aí”. Ele disse: “Se for para ceder para outra pessoa de fora, eu cedo para você que é meu cunhado”. Mesmo o pessoal daqui sem querer, ele disse que só cedia se fosse para mim. O pessoal daqui não queria que eu entrasse, só queriam colocar o pessoal da barra [sitio do município], a panelinha deles, mas todos quebraram a cara, porque meu cunhado disse que só cedia se fosse para mim. Aí cedeu. E eu comecei a andar para cá (Depoimento de Osmir Roberto em entrevista a nós concedida).

Os conflitos também aparecem como pautas nas atas de algumas reuniões analisadas: “foi comentado que um dos sócios, João Paulo está falando algumas coisas que provocou discussão, como reclamações, de achar que manda na terra”<sup>11</sup>, e se estenderam para o âmbito político, quando os assentados precisaram escolher a presidência para a associação dos trabalhadores rurais, por exemplo. O depoimento do assentado Antônio Parente torna evidente as disputas políticas vivenciadas durante a fase de acampamento:

Aqui sempre se candidatava um presidente do assentamento, foi quando um dia eu me botei a me candidatar para presidente. Aí nessas alturas, parece que os outros não queria eu, não sei por que, e botaram mais dois [candidatos], mas eu ganhei dos dois deles. E foi por aí que o assentamento começou a sair, durante esse tempo que eu passei sendo presidente, por que isso aqui, na receita federal, não constava assentamento, aqui constava só mata (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

Segundo Nogueira (2007), tais conflitos são comuns nos assentamentos, nas suas variadas fases, pois apesar de representar um espaço de luta e resistência coletiva, também abrigam seres individuais com subjetividades e desejos próprios. O processo de formação dos assentamentos, é permeado por experiências de vida e

---

<sup>11</sup> Ata da reunião realizada na sede do STR, no dia 06 de outubro de 2006.

trajetórias de trabalhos variadas, enquanto a sua organização é feita por membros que exercem liderança e outros não vinculados à direção do movimento. Desse modo, mediante uma heterogeneidade de tantos agentes e culturas, é inevitável que haja conflitos. Ainda segundo Nogueira:

Supomos que tais conflitos sejam resultantes da heterogeneidade cultural, caracterizada por diferentes experiências e formações técnicas/ideológicas sobre o trabalho na terra e ainda advindos do nível de organização política no assentamento. Nessa perspectiva, o assentamento torna-se também um espaço de contradições culturais, de projetos distintos, econômicos e políticos, em que o conflito coexiste entre os assentados, as lideranças e os representantes (Nogueira, 2007, p. 31-42).

A nova sociabilidade imposta pelo acampamento e pelas reuniões dos Sem Terra, faz surgir um modelo novo de interação que até então os agricultores não tinham vivido. A partir das relações cotidianas entre eles, desenvolveram-se conflitos comuns a produção de um espaço de práticas e estratégias coletivas, práticas essas que trazem no seu interior questionamentos sobre o futuro desses sujeitos. Dito isso, é esperado que as incertezas individuais, a serem superadas pela ação coletiva, acabem gerando disputas de poder entre os próprios acampados, pois cada um está a depender da luta de todos. A superação desses conflitos acaba produzindo nos Sem Terra valores e identidades, coletivas e individuais, que os transformam em sujeitos sociais, fazendo do assentamento um espaço social, pois o processo de acampamento e assentamento, produz sonhos, esperanças, mas também frustrações, tensões e conflitos em virtude das expectativas das pessoas que os integram (Souza, 1999).

Muitas dessas frustrações as quais o autor se refere, estão diretamente ligadas ao tempo de permanência nos acampamentos que pode ultrapassar anos até a instauração do projeto de assentamento. Essa espera, muitas vezes, é responsável por inflamar os ânimos entre os acampados e gerar sensação de impotência, e só termina quando o INCRA entra em cena, com a emissão de posse das terras.

O primeiro contato direto dos agricultores terranovenses com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ocorreu no dia 2 de novembro de 2006, cinco meses após a ocupação. Na sede do STR de Terra Nova, estiveram presentes dois representantes do órgão vindos de Petrolina – PE. Segundo a ata da reunião, os funcionários do INCRA discutiram o andamento da negociação para criar o

assentamento e falaram sobre o funcionamento do espaço, apresentando quais seriam os direitos e deveres dos seus futuros integrantes, assim como os créditos que teriam acesso.

As terras da fazenda Mororó a serem desapropriadas haviam sido avaliadas em R\$ 137.210,00 (cento e trinta e sete mil duzentos e dez), valor que deveria ser pago ao proprietário - caso esse aceitasse a proposta – pelo governo federal, por meio de Título da Dívida Agrária (TDA)<sup>12</sup>. Após devidamente comprada, a propriedade seria dividida em lotes iguais de 4 a 10 hectares e distribuídas entre os camponeses cadastrados, que obrigatoriamente teriam que residir no território.

O cadastramento das famílias no programa de Reforma Agrária do governo aconteceu 14 dias após a primeira visita do INCRA, também na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, desta vez sob a orientação de uma representante do instituto. No dia 25 do mesmo mês, um dos funcionários do INCRA que já havia visitado o STR, regressou ao mencionado espaço para avisar que a documentação para emissão de posse do assentamento estava toda correta, e que os trâmites legais a partir de então dependeriam exclusivamente do juiz a cargo.

No dia 19 de dezembro de 2006, após exatamente 257 dias desde o início da ocupação, foi emitido o termo de posse da fazenda Mororó dos Peixotos. O documento garantiu a entrada dos camponeses no território, e fez dos homens e mulheres até então acampados, oficialmente assentados. Logo mais, em 3 de janeiro de 2007, o assentamento Mororó dos Peixotos, assim nomeado pelos próprios assentados, foi criado e devidamente registrado pelo INCRA, abrigando um total de 30 famílias.

No dia 6 foi dada a emissão de hasteamento da bandeira de lá, no dia 06 de abril de 2006. E só veio a pessoa lá do INCRA para dizer assim: “pode entrar”, no dia 19 de dezembro de 2006 [...] Foi um oficial lá, e no papelzinho disse: “pronto vocês podem entrar. Entrem, pode fazer lá alguma coisa, fazer algum plantio”. Foi em dezembro de 2006 (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

Apesar de significar uma grande vitória na luta dos Sem Terra, a desapropriação dos latifúndios e a formação dos assentamentos está longe de representar a linha de chegada da realização da Reforma Agrária. A promulgação do

---

<sup>12</sup> Título criado pelo Governo Federal em 24 de junho de 1992, através do decreto Nº 578, objetivando a captação de recursos destinados à execução de medidas para promoção da Reforma Agrária e política agrícola.

projeto de assentamento, ou simplesmente P.A., como o INCRA se refere, traz consigo grandes desafios a serem enfrentados pelos assentados, como o de dar forma ao espaço e desenvolvê-lo.

No próximo tópico, será realizada uma análise detalhada da fazenda enquanto território de assentamento, explorando os desafios enfrentados ao longo desse processo. Serão abordadas questões cruciais, como a infraestrutura disponível no local, os recursos e as condições de trabalho dos assentados. Além disso, serão discutidos os obstáculos enfrentados na adaptação ao novo ambiente, incluindo questões relacionadas à organização social, à gestão dos recursos e às políticas de desenvolvimento rural. A análise também contemplará os esforços e estratégias adotados para superar esses desafios e promover a sustentabilidade e o bem-estar dos assentados no território da fazenda.

## **2.2 Construção e desenvolvimento: o acesso ao crédito no Assentamento Mororó dos Peixotos**

A fase de instalação no projeto de assentamento é sempre incerta e cheia de dificuldades para os assentados, principalmente para aqueles que não estavam acampados dentro da propriedade desapropriada, pois encontram tudo por fazer (Leite, 2004). Na grande maioria dos casos, esses espaços precisam ser limpos e fertilizados a fim de oferecer um mínimo de estrutura para moradia e plantio, mas sem dinheiro para adquirir ferramentas e insumos necessários, os assentados por vezes continuam a viver uma extensão da fase de acampamento por um determinado tempo. Mediante esse contexto os autores Norder e Bergamasco explicam que:

A condução da produção agrícola pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados nem sempre possuem quando iniciam suas atividades na terra conquistada (a maioria de baixa fertilidade). A aquisição de tratores e equipamentos, fertilizantes, sementes, combustíveis e mesmo de alimentação até a primeira colheita pode se tornar impossível para uma família isolada (Bergamasco; Norder, 1997, p. 56-57).

Para enfrentar essa situação e estabelecer uma infraestrutura básica que possibilite o assentamento se tornar um local verdadeiramente habitável e produtivo, os assentados necessitam de acesso a linhas de crédito específicas e de subsídios de instalação fornecidos pelo INCRA. Como enfatizado por Leite *et al.* (2004), ao criar

o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo, quer os agentes estatais estejam dispostos a aceitá-lo ou não. Desse modo, o desempenho de um assentamento é, em última instância, um reflexo do próprio Estado.

Neste sentido, para dotar as famílias de condições iniciais mínimas para sua inserção social, econômica e produtiva, o INCRA oferece aos cadastrados no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) recursos que permitem a instalação e o desenvolvimento de atividades produtivas no assentamento, os chamados créditos de instalação ou implementação. Ao todo são ofertadas dez modalidades de crédito: Apoio Inicial, Fomento, Fomento Jovem, Fomento Mulher, Semiárido, Florestal, Recuperação Ambiental, Cacau, Habitacional e Reforma Habitacional (Inkra, 2020). Segundo o próprio Instituto:

O Programa de Crédito Instalação atua com uma equipe multidisciplinar de técnicos nas Superintendências Regionais e Unidades Avançadas do INCRA. A aplicação dos recursos é realizada com a participação das associações ou representantes dos assentados, orientadas pela Assessoria Técnica na escolha e no recebimento dos produtos. Estes são pagos diretamente ao fornecedor – mercados locais, lojas de material de construção e de implementos agrícolas, mediante a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal (INCRA, 2007, p. 33).

Em teoria, os créditos de instalação deveriam estar disponíveis o mais rápido possível, pois são a primeira, e muitas vezes a única fonte de acesso financeiro que os assentados dispõem para construir o assentamento e desenvolver não só o espaço, mas sua própria vida. No entanto, os impasses burocráticos do Estado e a falta de recursos humanos dentro do INCRA, acabam atrasando muito esse processo, fazendo com que os camponeses tenham que continuar lutando e resistindo sempre.

Desde setembro de 2006, antes mesmo da emissão do certificado de posse das terras, o INCRA já vinha anunciando as possíveis modalidades de créditos de instalação que os assentados do Mororó teriam direito, inclusive mencionando seus respectivos valores<sup>13</sup>. Essa anúncio criou entre os agricultores, a expectativa de que no ato da instituição do projeto de assentamento, fosse liberado também algum crédito, sem nenhuma dificuldade, o que infelizmente não aconteceu. Após quatro meses da criação do PA, nenhum dos assentados havia conseguido acesso a esses recursos financeiros.

---

<sup>13</sup> Ata da reunião realizada na sede do STR, no dia 2 de setembro de 2006.

O primeiro registro oficial que menciona a aprovação de crédito para as famílias assentadas do Mororó data de 25 de abril de 2007, durante uma reunião realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nesse encontro, os assentados discutiram os impasses enfrentados para o recebimento da modalidade de crédito conhecida como fomento, como consta no trecho da ata de reunião:

Também na reunião foi comentado sobre o crédito fomento, que está já aprovado, faltando apenas a documentação da associação para que se providencie o pagamento do recurso. Foi falado também que a associação terá de abrir conta no Banco para que sejam depositados os futuros recursos e que as pessoas terão de frequentemente estarem no assentamento (Ata da reunião realizada na sede do STR, no dia 25 de abril de 2007).

A proposta apresentada pelo INCRA era de liberar R\$ 2.400 (dois mil e quatrocentos) para cada família de assentados na modalidade de crédito fomento, recurso destinado especificamente para o impulsionamento da produção agrícola no assentamento. Com o acesso a esse tipo de recurso, os trabalhadores poderiam comprar sementes, contratar tratores para preparar a terra e assim iniciar o plantio, o que chegou a ser feito de forma precária, pois antes, os assentados precisavam de melhores condições de vida dentro do espaço do assentamento.

Até então, os moradores continuavam a viver como se estivessem acampados dentro da propriedade, abrigados apenas por barracos de lona e sem qualquer infraestrutura. O crédito destinado à habitação para a construção das casas ainda não havia sido anunciado. Além disso, os agricultores não dispunham das ferramentas necessárias para o cultivo, como enxadas, foices, picaretas e pás. O único crédito recebido, proveniente do fomento, estava designado exclusivamente para a aquisição de insumos agrícolas e vacas leiteiras, e devido à sua quantia limitada, não seria suficiente para a compra das ferramentas indispensáveis, por mais que os assentados quisessem.

A sequência em que as modalidades de créditos foram liberadas no assentamento Mororó, não condizem com a proposta teórica defendida pelo próprio instituto<sup>14</sup>, e muito menos com a necessidade inicial dos recém assentados. Pensa-se

---

<sup>14</sup> Na cartilha de gestão do INCRA, publicada em 2007, o instituto descreve as fases de liberação dos créditos de instalação, começando pelo apoio inicial e seguindo pelas modalidades de habitação e por último o fomento. (Relatório de Gestão do INCRA. Exercício 2007. Disponível em: <

que antes de tudo, a moradia deveria ser prioridade, e que logo após viesse o investimento em alimentação e nas ferramentas agrícolas, acolhidas pela liberação do crédito na modalidade apoio inicial. Apenas depois dessas etapas superadas, é que os assentados teriam de fato sustentação psicológica e financeira, para iniciar o cultivo.

A liberação do fomento como primeira linha do crédito, parece estar destinada a atender mais aos fins lucrativos do Estado do que aos próprios assentados, pois impulsionando o trabalho rural - meio pelo qual os agricultores poderão adquirir condições de pagar esses créditos - o governo tenta diminuir as chances de inadimplências, ao mesmo passo em que ganha tempo até a liberação de outro recurso, sem precisar ater-se a questões que não trarão retornos tão imediatos, como as construções das moradias, por exemplo.

O geógrafo e sociólogo Francisco Amaro Gomes de Alencar alerta desde 1998 que a abordagem na elaboração dos projetos para áreas de Reforma Agrária está ultrapassada. Segundo o autor, é necessário rever com urgência as políticas de construção de assentamentos rurais, pois, desenvolver projetos sob uma lógica estritamente bancária, na qual a capacidade de pagamento ou a viabilidade econômica/financeira são consideradas suficientes, é o mesmo que condicionar esses espaços a ausência de sustentabilidade econômica, social, ambiental e política. Na contramão disso, o pesquisador propõe que sejam adotadas abordagens mais holísticas e sensíveis às nuances locais, observando as necessidades dos assentados, de modo a garantir que os projetos atendam verdadeiramente às aspirações das comunidades e não aos interesses bancários e do Estado.

Nessa perspectiva, é essencial que o INCRA adote uma abordagem que una agilidade e eficiência logística durante o processo inicial de estruturação do assentamento. Tanto a demora na liberação dos recursos quanto a ordem de sua distribuição exercem uma influência significativa na formação desses espaços e no estilo de vida de seus habitantes. Portanto, ao agilizar os procedimentos burocráticos e garantir uma distribuição eficiente dos recursos, o INCRA pode contribuir de maneira significativa para o estabelecimento bem-sucedido e sustentável dos assentamentos, permitindo que seus integrantes tenham acesso rápido aos recursos necessários para construir uma vida digna e próspera.

No assentamento Mororó dos Peixotos, o apoio inicial, destinado para aquisição de alimentos, ferramentas e animais de pequeno porte, só chegou em agosto de 2007. De acordo com a ata da reunião do dia 23 de agosto, dos R\$ 2.400 (dois mil e quatrocentos) liberados no apoio inicial, R\$ 800,00 (oitocentos) deveriam ser utilizados na compra de alimentos<sup>15</sup>, enquanto o restante, R\$ 1.600 (mil e seiscentos), seriam destinados para aquisição de ferramentas agrícolas e animais pequenos, como cabras, ovelhas e bodes.

Na mesma ocasião estiveram reunidos o técnico de divisão do assentamento do INCRA, os assentados e o dono do mercadinho Sá Menezes, comércio escolhido para realização das compras. Para liberação do apoio inicial, todos os envolvidos na reunião tiveram que assinar um documento declarando estarem de acordo com a seleção do mercado escolhido, mas em nenhum momento, foi explicado os critérios utilizados para tal. Sobre o processo de escolha do comércio, consta na ata do assentamento o seguinte:

Foi assinado um contrato do INCRA com o dono do mercado para que seja tudo correto. Após, foi feita uma declaração de que todos estavam satisfeitos com tudo que foi lido, esta declaração foi assinada por todos. Esta reunião estendeu-se para o outro dia, data de 24 de agosto, sendo discutido sobre a compra das ferramentas e como pode ser o processo de licitação, foi explicado o que pode ser comprado, será escolhida a loja e será feito um novo processo. Foi feita uma visita ao mercado que foi escolhido, o mercado Sá Menezes e foi tudo conferido ficando tudo ok. Teve uma visita no assentamento com a presença do técnico do Incra e de alguns sócios (Ata das reuniões realizadas na sede do STR, nos dias 23 e 24 de agosto de 2007).

Já no que tange a escolha do comércio de ferramentas agrícolas, o processo foi bem mais transparente. Cada assentado fez uma lista dos utensílios que precisavam, e mandaram para as empresas de materiais agrícolas da cidade de Terra Nova, que haviam demonstrado interesse em participar do processo de seleção aberto pelo INCRA. O comércio que oferecesse um orçamento menor das ferramentas, conseguiria a licitação e passaria a ser o fornecedor do material para o assentamento. Segundo a ata da associação do dia 2 de outubro de 2007:

---

<sup>15</sup> Os oitocentos reais liberados para compra de alimentos, deveria ser utilizado somente em alimentos de fato, estando vetado a compra por parte dos assentados e a venda por parte do dono do mercado, de bebidas alcoólicas e produtos de limpeza. Esses termos estavam presentes no contrato assinado entre Francisco de Assis Sá Menezes, proprietário do comércio, e Wellington, técnico agrícola do INCRA.

Ata de assembleia geral extraordinária do assentamento Mororó dos Peixotos, do município de Terra Nova - PE. Aos 02 dias do mês de outubro de 2007 às 10;40 minutos, estiveram presentes as pessoas abaixo relacionadas com o objetivo de abrirem a cotação de preços para a compra de implementos agrícolas para o P.A Mororó dos Peixotos. Iniciando a reunião, a mesma foi aberta pelo senhor presidente Fernando José Ribeiro, que agradeceu a presença dos representantes da Comercial Jatobá (M.C. Clementino Lopes de Sá e Cia Ltda. CNPJ 71956528-000132), Casa da Construção (Cleiton Alves de Carvalho CNPJ 4109940900194) e T.N Agrícola (Eduardo Callou Filho M.E CNPJ 24385966000126). Aberta as cartas, na presença dos concorrentes e da diretoria do assentamento, verificou-se que o Comercial Jatobá foi a ganhadora da cotação de preços com o valor de R\$ 48.000,80 (quarenta e oito mil e oitenta centavos). A segunda colocada foi a T.N Agrícola com o preço de R\$ 48.703,50 (quarenta e oito mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos) e a terceira colocada a Casa de Construção com 48.995,20 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e cinco e vinte centavos). O senhor Amilton Alves de Sá da Comercial Jatobá se comprometeu de entregar os materiais no prazo máximo de 15 dias (Ata da reunião realizada na sede do STR, no dia 2 de outubro de 2007).

A análise das atas que tratam sobre o apoio inicial, torna evidente a forma lenta de trabalho exercida pelo Estado no assentamento Mororó. O crédito de instalação que deveria ter saído quando o espaço foi criado, ou seja, em janeiro de 2007, ficou disponível apenas em agosto, oito meses depois. Como se já não bastasse a demora, o processo de liberação ainda envolveu duas etapas diferentes, postergando o acesso aos recursos em mais dois meses, já que a escolha da empresa agrícola aconteceu apenas em outubro. Além disso, o Comercial Jatobá só enviou as ferramentas para os assentados no dia 3 novembro, ultrapassando o prazo de 15 dias que havia dado.

No total, foram necessários nove meses desde a criação do assentamento e mais de um ano e meio desde a ocupação para que os agricultores pudessem começar o plantio e a criação de animais. Isso ocorreu sem que houvesse uma estimativa clara sobre quando ocorreria a divisão dos lotes e a construção das casas, como revela parte do depoimento do assentado Fernando Ribeiro:

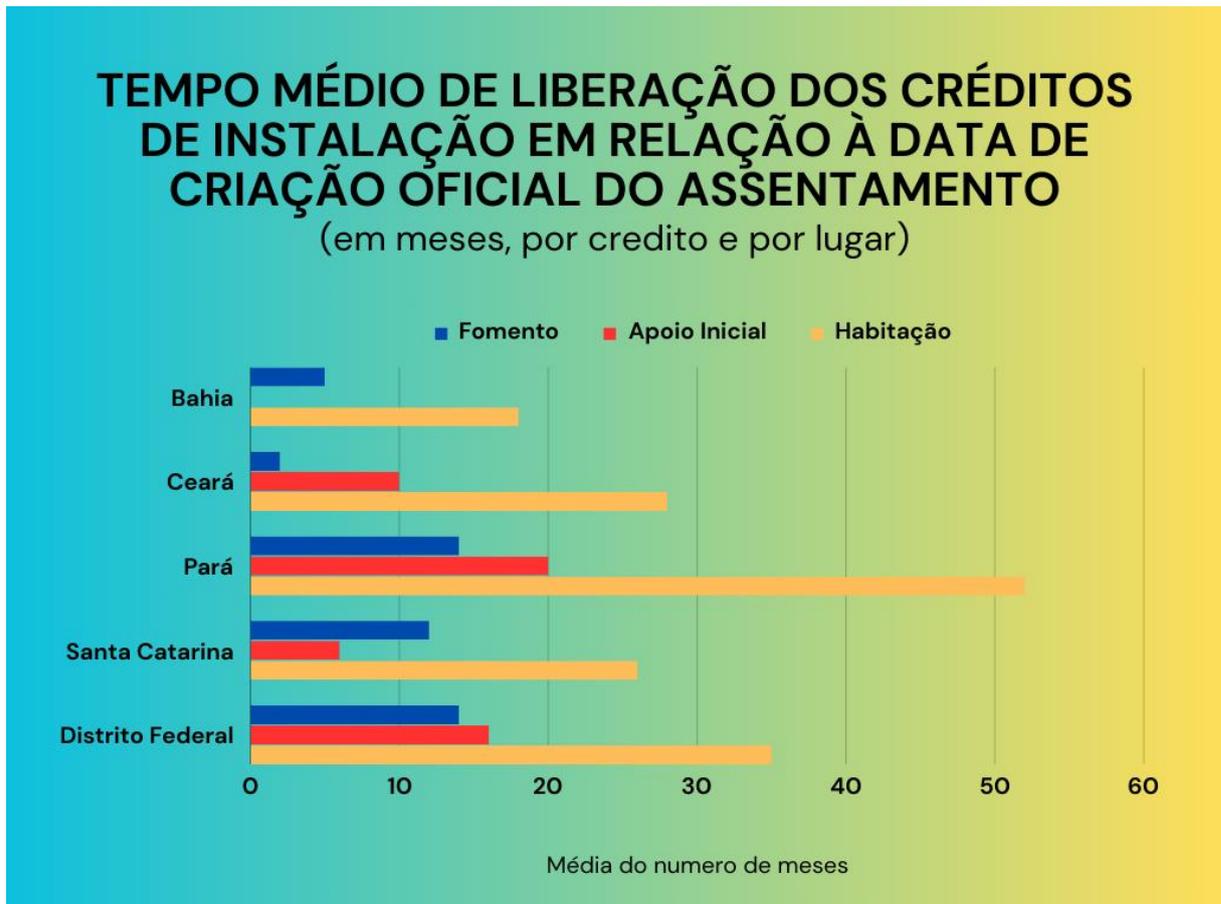
Antes a gente não sabia nem qual era a terra, a gente sabia que tinha uma terra, mas não sabia onde era, não tinha sido demarcada [...] não se podia fazer nada por que de repente você ia fazer alguma coisa, depois aquilo não era seu, podia pertencer a outra pessoa. Então a

gente ficava de mãos amarradas, sem poder fazer nada (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

O atraso enfrentado na liberação dos créditos de instalação, principalmente na modalidade habitação, é uma realidade existente na maioria dos projetos de assentamentos espalhados pelo Brasil como aponta pesquisa realizada por Sérgio Leite (2004) em diferentes estados. Segundo o pesquisador, a média de liberação dos recursos, partindo da data de criação do P.A., chega a nove meses no crédito fomento e no apoio inicial, e ultrapassa dois anos na modalidade moradia. Quando se leva em consideração a data de entrada das famílias no território, essas médias sobem ainda mais, chegando a três anos até a liberação do fomento, quatro anos para o apoio inicial, e cinco para a habitação. Perante Leite (2004) toda essa demora na execução das políticas estatais torna ainda mais árdua a fase inicial de formação dos assentamentos e compromete severamente as condições de instalação das famílias assentadas.

Como é possível identificar a partir do gráfico 4 a seguir, em todos os lugares estudados por Leite (2004), o crédito na modalidade fomento foi liberado antes do que qualquer outro, o que reforça a ideia apresentada anteriormente de que o Estado parece estar direcionado para os possíveis frutos gerados pelo acesso a esse tipo de crédito e não para a aplicação e efetivação da Reforma Agrária de fato.

**Gráfico 4** - Tempo médio de liberação dos créditos de instalação nos assentamentos.



**FONTE:** Leite, Sergio. 2004, p. 89. Adaptado

No final das contas, são os assentados os mais prejudicados nessa dinâmica de protelações do Estado na liberação dos recursos, o que contribui para que muitas vezes, os agricultores sintam-se negligenciados, esquecidos e até mesmo enganados pelo governo. A demora na saída do crédito para habitação no assentamento Mororó dos Peixotos, deixou muitos dos camponeses revoltados, ao mesmo tempo em que despertou novamente o sentimento de frustração vivido ainda na fase de ocupação. Mesmo após dois anos desde a criação do assentamento, a sensação era de que o projeto não seguia. Como aponta a seguinte ata da associação:

O Sr. Presidente José Fernando Ribeiro, deu início falando sobre o INCRA que tinha falado em aumentar as casas e pediu um prazo não muito longo. Ficou de dar uma resposta logo, assim que Bosco [funcionário do Incra] resolvesse. As pessoas que estavam lá ficaram muito revoltadas com a demora, porque ia chover e não tinha como começar a construção das casas. Ficou definido para se reunir outro dia com os outros associados que faltaram, porque o INCRA estava fazendo eles de palhaços. Ficaram de combinar para se reunir para

combinar a viagem a Petrolina fechar o INCRA, só assim tomam uma providência por que estamos cansados de tantas promessas (Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 5 de setembro de 2009).

Na tentativa de pressionar o INCRA a realizar as construções das casas, os assentados do Mororó ocuparam algumas vezes o prédio do INCRA, assim como anunciaram fazer na reunião acima citada. Auxiliados pela FETAPE, os agricultores se deslocavam mais de 300 quilômetros em destino a sede do instituto, na época localizada em Petrolina - PE, em busca de mudanças, como comprova um trecho do depoimento do assentado Fernando Ribeiro:

Sempre que precisava, a gente se articulava. A FETAPE juntava os sindicatos das regiões tudo, arrumava os ônibus e vinha de Serra Talhada para cá. Então a gente ia de madrugada, precisava sair de madrugada para chegar lá cedinho, e juntava com os que estavam lá [em Petrolina]. Quando tinha uma negociação, que íamos reivindicar alguma coisa, só entrava aquela pessoa. Tinha uma comissão que entrava para falar lá com o chefe. A gente combinava antes de ir: “olha, se precisar chamar, você quem vai, e vocês [restante do grupo] vão para somar, para ajudar”. Então, ia a pessoa da FETAPE, juntamente com a pessoa lá do INCRA e alguma daquele assentamento, o representante do assentamento. Íamos para reivindicar alguma coisa, alguma melhoria (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

Outra frustração vivida pelos assentados, advinha da demora na demarcação e divisão dos lotes que até então, também não havia sido realizada. Sem saber qual pedaço de terra lhes pertenciam de fato, muitos dos agricultores não se sentiam seguros em começar o plantio ou criar cercados para os animais, pois tinham receio de que com a divisão do território, todos os seus trabalhos fossem perdidos.

Na pretensão de ganhar tempo, o INCRA estabeleceu uma parcela de terra em comum, onde todos os agricultores poderiam cultivar, mas isso gerou conflitos entre os próprios assentados, uma vez que não havia limites de território nesse espaço, e alguns deles passaram a utilizá-lo mais do que outros.

Para superar o impasse e ganhar autonomia, alguns dos camponeses organizaram novamente outra viagem à sede do INCRA, dessa vez com o intuito de pressionar o órgão a realizar a divisão das terras. Não obtendo a resposta esperada perante suas solicitações, os assentados decidiram dividir as terras por si mesmos,

de forma igual, mesmo sem o consentimento do Instituto. Esse processo é revelado tanto pela ata de reunião, quanto pela narrativa do assentado Antônio Parente:

Começamos falando sobre organizar uma comissão para ir até Petrolina para cobrar a divisão das terras para que possamos começar a trabalhar, cada um em sua área [...] o Sr. Osmir deu a sugestão de dividir o terreno de forma particular, sem a presença do INCRA para que possamos começar a desmatar (Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 9 de julho de 2011).

[...] ali era uma roça comum, para todos. E o chefe do INCRA, que dava assistência daqui, não aceitava se dividir. Lá ninguém podia se dividir [...] e eu fiz aquela roça desse lado aqui. A primeira que foi feita aqui foi ela. Eu fiz sem ordem deles [INCRA]. Aí os outros começaram fazer. Fernando fez aquela de lá e começaram a fazer [...] quando o [chefe do Incra] chegou aqui deu brabo: "quem foi que fez isso daqui?". Disseram: "foi Antônio Parente". Ele baixou o carro aqui, parou bem ali [aponta pro portão de entrada do lote]. "Com qual ordem você fez aquela divisão?". Aí eu fui e procurei a ele: "o que é que o senhor acha? [...]" "Eu crio aqui umas cento e tantas cabeças de bode e a outra parte do assentamento não cria uma galinha. Minha criação come esse pasto todinho, e eles não se lucram. Eu inventei de fazer aquilo ali [divisão do terreno] e cada um tá fazendo o seu. Quem não cria nada, eu compro o pasto dele, ele tá se lucrando também". Aí ele [representante do INCRA] disse: "pois vamos pra uma reunião". Aí fomos, lá pra baixo daquele pé de imburana. Quando chegamos lá ele fez uma pergunta ao povo: "o que vocês acharam dessa opinião dele de dividir isso aqui?". Aí todo mundo respondeu por uma boca só: "muito bom, foi bom demais, por que eu não crio nada, mas ele compra o pastinho que tem aqui, meu pasto tá me dando uma rendazinha" (Depoimento de Antônio Parente em entrevista a nós concedida).

A falta de água para irrigação no assentamento também levou os agricultores a promoverem protestos na sede do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), órgão estadual encarregado de oferecer assistência técnica e infraestrutura hídrica aos agricultores de base familiar. Em reunião presidida pelo então coordenador da associação Antônio Parente, ficou acertado que os agricultores ocupariam o lugar, pois era o único meio de reivindicarem seus direitos<sup>16</sup>.

As necessidades apresentadas após a criação do PA, como moradia, divisão dos lotes, acesso a créditos, água, saúde, educação e infraestrutura no geral, fazem surgir entre os assentados novas demandas, que possivelmente só serão atendidas por intermédio de reivindicações e protestos, assim como ocorre na fase de ocupação.

---

<sup>16</sup> Ata da reunião realizada no Assentamento Mororó dos Peixotos, às 8h00, do dia 6 de outubro de 2013.

São as construções de conhecimentos pautadas nas realidades dos grupos de famílias e nas lutas travadas ainda no processo de acampamento, que possibilitam aos assentados aprenderem a fazer suas lutas, após a conquista da terra.

As chamadas lutas de referência, como define Fernandes (2000), dão a experiência necessária para que os assentados se imponham e resistam perante a negativa ou apatia do Estado as suas exigências. Em vista disso, pode-se perceber como as manifestações realizadas pelos assentados do Mororó dos Peixotos, posteriores a criação do projeto e mediante suas novas demandas, acabam expondo o caráter contínuo da luta e da resistência dos agricultores dentro do assentamento. Uma luta que não tem fim com a sua criação, podendo na verdade se intensificar ainda mais depois dela.

O cientista político e sociólogo Luiz Antônio Cabello Norder e a agrônoma Sonia Maria Bergamasco (1997) explicam que após a conquista da terra, muitos agricultores ainda enfrentam uma série de desafios para estabelecerem-se como produtores agrícolas bem-sucedidos. Embora tenham alcançado a posse da terra, eles ainda carecem de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e moradia, assim como a recursos produtivos, como terras férteis, assistência técnica e apoio financeiro. Esses elementos são cruciais para o desenvolvimento e sucesso dos assentamentos rurais. Portanto, a batalha pela terra é apenas o primeiro passo em uma jornada contínua em direção à consolidação da posse da terra e à criação de condições favoráveis para a prosperidade econômica e social dos agricultores assentados (Bergamasco; Norder, 1996).

Ao mesmo tempo, essa batalha ininterrupta pelo desenvolvimento, somada às desesperanças e frustrações adquiridas durante o processo de criação do assentamento, influi para a formação de alguns problemas dentro desses espaços, como a evasão. A desistência de agricultores motivadas pela falta de estrutura nesses lugares é uma realidade, tal qual comprova a pesquisa realizada por Leonilde Medeiros e Regina Bruno (1998). Durante o estudo executado em 59 assentamentos rurais, ao longo de 22 estados do país, as autoras observaram que os números de assentados evadidos são maiores durante o início dos assentamentos, devido à demora no recebimento dos créditos para o plantio e à decepção das condições encontradas. No trabalho realizado pelas pesquisadoras observou-se que:

A demora na regularização/demarcação dos lotes, os critérios de definição do seu tamanho, de seleção de candidatos, o atraso ou mesmo a não implementação da infra-estrutura básica, a irregularidade na liberação dos primeiros recursos, o não acompanhamento ou a falta de incentivo dos órgãos diretamente responsáveis são os fatores apontados pelos entrevistados como motivadores das saídas (Medeiros; Bruno, 1998, p. 45).

Além das desistências percebidas durante a fase de acampamento, também foi possível identificar através das análises das atas, importantes retiradas de assentados após a criação do assentamento Mororó dos Peixotos. Na reunião realizada no dia 7 de fevereiro de 2009, dois anos após a efetivação do PA, foi percebido a substituição de nove agricultores que desistiram pela falta de recursos e possibilidades de crescimento dentro de uma localidade “abandonada e sem vida”, como define um dos próprios desistentes.

Essas alterações na composição do assentamento - que já estava registrado oficialmente no Programa de Reforma Agrária - não aconteciam da mesma forma como na etapa de ocupação, na qual os camponeses evadidos tinham o poder de escolherem seus próprios substitutos. Agora, todo o processo deveria ser supervisionado pelo INCRA, e a escolha do novo ocupante seria feita por meio de votação:

Reuniram-se todos os associados para formalizar uma eleição que se deu por desistência da Senhora Márcia Graciete Ribeiro, formando assim com os dois candidatos que são o senhor Francival Vieira Nunes e o senhor Manoel Josimar Parente. Sendo feita a votação, o ganhador entrará na casa logo depois que for aprovada e registrada. O ganhador terá que se comprometer a vir morar, caso não seja cumprido, será convocada uma nova reunião onde ficará sendo o suplente o dono da mesma (Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 21 de julho de 2013).

O crédito de habitação destinado às construções das moradias no assentamento Mororó dos Peixotos foi liberado em três parcelas, sendo a primeira paga ainda em 2009 (logo após o protesto realizado no INCRA); a segunda em 2010 e a última em 2011, todas depositadas na conta da associação. Com projeto avaliado em R\$ 10.000 (dez mil), a ser executado pelo Instituto Cidadania do Nordeste (ICN)<sup>17</sup>,

---

<sup>17</sup> Todos os assentamentos necessitam da presença de uma instituição de assistência técnica e extensão rural (ATER) para fornecer suporte no que tange às questões estruturais como edificação das habitações, construções de poços artesianos, açudes e/ou cisternas e também nas divisões dos lotes.

cada uma das casas deveria ser edificada obedecendo as medidas máximas de 58m<sup>2</sup> de área construída, dentro de um perímetro com 100 metros de comprimento e 40 metros de largura.

A empresa vencedora da licitação para fornecer os materiais necessários foi a Rocha Construções e Industria LTDA, da cidade de Salgueiro, Pernambuco, com a proposta de orçamento individual no valor de R\$ 11.961,48 (onze mil novecentos e sessenta e um e quarenta e oito centavos).<sup>18</sup>

As obras começaram ainda em 2009, quando a primeira prestação foi paga, mas foram paradas muitas vezes por falta de materiais, visto que a Rocha só os liberava conforme o pagamento do INCRA. A falta de mão de obra disposta a trabalhar no assentamento, que ficava demasiado distante da zona urbana também foi um empecilho a ser superado na construção das casas<sup>19</sup>, para isso, alguns dos assentados que anteriormente tinham exercido função de pedreiro ou servente em serviços autônomos, passaram a organizar mutirões nos finais de semana no intuito de agilizar o processo<sup>20</sup>. Acerca da importância do trabalho realizado pelos mutirões nos assentamentos, Bergamasco e Norder apontam:

As formas de trabalho conjunto nos assentamentos trazem vantagens econômicas, sociais e políticas, pois permitem que os poucos recursos produtivos, inclusive a qualidade e quantidade de terra, sejam utilizados mais adequadamente por todos, além de reforçar sua capacidade de reivindicação para resolver problemas sociais e econômicos. Mutirão, associação e cooperativismo estão entre as práticas sociais que frequentemente têm contribuído para o melhor desempenho dos assentamentos (Bergamasco; Norder, 1996, p. 59).

Mesmo com toda mobilização, os assentados só conseguiram chegar perto de finalizar as construções das casas em 2011, quando finalmente tiveram a liberação da última parcela do crédito habitação. Nesse mesmo ano, alguns dos agricultores passaram a residir nas habitações recém levantadas e ainda inacabadas, enquanto outros, optaram por esperar até 2013, quando definitivamente todas as moradias

---

Essas empresas são contratadas pelo próprio INCRA e trabalham para o órgão de forma terceirizada, fazendo visitas aos assentamentos e acompanhando o desenvolvimento desses espaços. O ICN esteve presente no assentamento Mororó dos Peixotos desde sua criação, até o ano de 2013, pelo que consta nas atas, e atualmente atua nos territórios da Mata Sul, Agreste Central, Meridional, Setentrional, Sertão do São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central e do Moxotó do Estado de Pernambuco.

<sup>18</sup> Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 26 de setembro de 2009.

<sup>19</sup> Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no mês de julho de 2010.

<sup>20</sup> Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 11 de dezembro de 2010.

foram concluídas. Referente ao processo de moradia, o assentado Fernando Ribeiro esclarece:

A moradia começou a se articular em 2008; 2009 começou a construir e em 2011 passamos a morar. Aí tive os primeiros moradores. O primeiro morador foi Antônio Parente, seu tio, e depois João Raposo mais Cleidinha. Eu fui o terceiro. Eles eram lá na outra rua, deserta, não tinha ninguém. O povo dizia que eu não ia, mas eu dizia: “minha gente, se não for perde, tem que ir”. Aí diziam assim: “duvido que ele vá, ele diz assim mas ele não vai”. Eu dizia: “eu vou, para dar exemplo”. Aí quando foi dia 11 de abril de 2011 eu fui, tô lá até hoje. Depois outros começaram a chegar (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

Durante o período de construção das casas, foi apresentado aos assentados o Plano de Ação do Assentamento (PDA), documento elaborado pela prestadora de assistência técnica e extensão rural (ATER), o ICN, e aprovado pelo INCRA. Em reunião com a técnica do Instituto, os agricultores tomaram conhecimento da estrutura física do espaço, visualizando pela primeira vez o mapa e os elementos que o formavam<sup>21</sup>.

Segundo o Plano de Ação, o assentamento seria constituído por 30 lotes, possuindo uma casa cada, além de um quintal produtivo, onde os camponeses poderiam tanto criar animais de pequeno porte como galinhas e porcos, quanto cultivar árvores frutíferas de sua escolha como manga, acerola, goiaba e etc. Cada assentado teria direito a uma agrovila, um espaço cercado destinado a criação de caprinos, ovinos e bovinos, com capacidade para até trinta e cinco animais. O lugar também seria composto por uma área em comum onde os agricultores poderiam plantar e colher praticando a coletividade, um riacho denominado Traíras, e uma área de preservação permanente medindo 52 ha, aproximadamente 520.000 m<sup>2</sup> <sup>22</sup>.

Ainda em 2011 foi aprovado a escavação de trinta cisternas no assentamento, uma para cada família, com capacidade de armazenamento de dezesseis mil litros, suficientes para abastecer uma família de até 5 pessoas por oito meses. Esses reservatórios, deveriam ser construídos com os R\$ 2.000 (dois mil) liberados através do crédito de instalação na modalidade semiárido, destinado exclusivamente na

---

<sup>21</sup> Ata de reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 24 de dezembro de 2010.

<sup>22</sup> Informações obtidas através da ata de reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos, no dia 24 de dezembro de 2010, em conjunto com a análise dos documentos cedidos pelo Secretário da Agricultura do município de Terra Nova - PE, o Sr. João Bosco.

aplicação de recursos hídricos para os agricultores. A água utilizada para abastecer as cisternas seria fornecida pelo programa federal *Operação Pipa* do exército<sup>23</sup>, e deveria ser usada para consumo próprio dos assentados e/ou para irrigação do quintal produtivo. Tais questões foram tratadas na reunião do dia 19 de fevereiro de 2011, constando na ata que:

O Sr. José Luiz [representante do INCRA] falou da importância da cisterna como depósito de água para os gastos da casa e também para, na falta, irrigar o quintal produtivo [...] O assentado Sr. Antônio Parente fez perguntas ao senhor Jackson [engenheiro agrônomo INCRA] sobre o prazo que ele daria para construção das cisternas e o Sr. Jackson apresentou o seu projeto, mostrando como seria feita a cisterna através da escavação. Até a conclusão, relatou que o prazo dado para cada cisterna seria de 08 dias. Logo em seguida foi concordado que seria feita as trinta cisternas com o dinheiro do semiárido (deixo eu bem claro que esse processo foi aprovado por 19 assentados que equivale a maioria) (Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos - PE, no dia 19 de fevereiro de 2011).

O modelo de cisternas adotado para as residências dos agricultores do assentamento Mororó dos Peixotos foi o de Alvenaria, o tipo mais comum entre as famílias no Nordeste, principalmente da região do semiárido, que precisam armazenar uma maior quantidade de água por conta dos extensos períodos de estiagem. Basicamente construídos de tijolos, cimento e cal, os reservatórios são um dos modelos mais resistentes, exigindo um espaço considerável na propriedade a ser edificada, dado seu grande tamanho. A seguir, na figura 2, é possível visualizar a imagem de uma das cisternas construídas no P.A Mororó.

---

<sup>23</sup> Programa emergencial de distribuição de água potável no semiárido brasileiro criado em 2012, atuante em 873 municípios nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

**Figura 2** - Cisterna da residência do assentado Ednaldo José da Silva, residente do assentamento Mororó dos Peixotos.



**FONTE:** Acervo Pessoal, 2023.

Apesar do plano de ação do assentamento ter sido apresentado entre 2010 e 2011, a efetivação da demarcação dos lotes só veio ocorrer no ano de 2017, depois de uma exaustiva negociação entre os assentados, a DELTA Construções (nova prestadora de serviços técnicos ao assentamento), o INCRA, e o Banco do Nordeste (financiador dos empréstimos agrícolas).

O valor da licitação que cobria a delimitação das terras foi estabelecido pela DELTA em 25.000 R\$ (vinte e cinco mil), a maior quantia liberada até então para cada assentado, e teria que ser paga rigorosamente, uma vez que sua inadimplência poderia influenciar diretamente na relação do assentado com seu próprio lote, ou pelo menos era isso que as três empresas responsáveis, aparentemente, queriam fazer entender. Segundo o relato de alguns assentados, a falta de compromisso para com as parcelas adquiridas pelo empréstimo, vigentes até hoje, poderia significar a perda do espaço que custou tanta luta e esforço para ser conquistado, tal qual revela a narrativa da senhora Raimunda dos Santos:

Nós estamos aqui porque nós já recebemos 25 mil, e a gente paga 1.800 por ano, dos 25 mil que a gente tirou. Pronto, estamos pagando. Quando nós terminar de pagar, aí o terreno é nós. Agora o que eles dizem [INCRA, DELTA e Banco do Nordeste] é que quando a gente sair, quem for embora, ou para de pagar, vai sem nada, perde tudo que fez aqui. Dizem que é, agora não sei. (Depoimento de Raimunda dos Santos em entrevista a nós concedida).

Existem diferentes motivos que podem levar os assentados da Reforma Agrária a perderem de forma definitiva o direito de acesso ao lote, e dependendo do caso, além de ser excluído do programa, não tendo mais direito a participar de nenhum outro assentamento, o agricultor ainda pode ter que responder judicialmente. No entanto, nenhum desses motivos estão ligados, direta ou indiretamente, à falta de pagamento de qualquer tipo de crédito adquirido pelos assentados ao longo da sua trajetória enquanto Sem Terra. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

Após uma vistoria no assentamento, o Incra verifica quem está descumprindo cláusulas contratuais. Se o descumprimento não for grave, o assentado firma um termo de ajustamento de conduta e se compromete a reparar o dano ou a mudar o comportamento. Se o caso for grave, uma sindicância é aberta. É considerada falta grave o abandono do lote, o arrendamento total ou parcial da área, a reconcentração fundiária e a negociação do lote ou suas benfeitorias. Nesses casos, o lote pode ser restituído ao Incra (Incra, 2011).

A consequência advinda da falta de pagamento das parcelas, é a impossibilidade de o assentado conseguir outros empréstimos, visto que seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) fica inscrito no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Tal situação pode acabar dificultando a vida do agricultor no assentamento, que sem acesso aos recursos financeiros oferecidos pelos bancos, poderá passar a viver uma estagnação na produção e desenvolvimento do seu lote. Todavia, mesmo sem a quitação das parcelas e desde que o camponês não tenha cometido nenhuma falta grave, como abandonar, arrendar ou vender o lote, o mesmo não pode ser afastado da sua terra.

A informação apresentada pela senhora Raimunda dos Santos, revela na verdade uma das artimanhas utilizadas pelos financiadores para que os agricultores não deixem de pagar a dívida adquirida com eles. Anunciando que em caso de inadimplência os camponeses perdem seu território, justamente o bem material mais

precioso que eles já conquistaram, é certo que os mesmos farão de tudo dentro do possível para pagar a prestação e assim manter seu pedaço de chão. Sendo assim, os bancos garantem o recebimento do dinheiro emprestado, as prestadoras de serviços técnicos aos assentamentos mantêm seu contrato com o INCRA e esse consegue se impor como um órgão realizador do que propõe.

A prova cabal de que o empréstimo de vinte e cinco mil reais liberado pelo Banco do Nordeste nada tem a ver com a permanência dos agricultores no assentamento, reside no fato de que nem todos os assentados conseguiram ter acesso a ele, e mesmo assim, são moradores do espaço da mesma maneira. O Sr. Ednaldo José da Silva, foi um dos camponeses que não se beneficiaram do recurso liberado pelo Banco:

Eu não tive acesso aos 25 mil, mas tem gente que teve. Eu não tive acesso a projeto nenhum. Isso por que eu fui burro, que botei o nome da mulher também, botei o nome da mulher no cadastro, aí só sai se ela assinar. Eu nunca fui casado, mas ela pra vê minha ruína não assina, pro nome dela sair. O INCRA disse que com cinco anos saia, já tá bem com 20 anos. Isso foi em 2017 e até hoje nada (Depoimento de Ednaldo da Silva em entrevista a nós concedida).

Mesmo sem o suporte financeiro do projeto, o assentado conseguiu que a demarcação do seu lote fosse concretizada, tal qual prevê a política de Reforma Agrária do INCRA (mesmo que no assentamento Mororó isso tenha demorado quase dez anos para acontecer). Isso comprova que a liberação do empréstimo tratado não foi destinada a gastos advindos da delimitação dos territórios, pois nesse caso, o agricultor não teria tido direito ao lote, visto que as questões burocráticas o impediram de acessar o empréstimo.

Na época em que o assentamento Mororó dos Peixotos foi criado, só era possível tornar-se beneficiário da distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária, homens e mulheres que, independentemente de casamento, vivessem em uma união conjugal estável. Ednaldo José da Silva, assim como todos os outros assentados, se encaixava nesse critério, mas por volta de 2011, o agricultor separou-se da sua esposa, não tendo mais contato com ela desde então. Segundo o camponês, o cadastro do nome da ex-mulher junto ao seu no INCRA, impossibilita até hoje que ele receba os créditos dos projetos oferecidos pelos bancos, pois para tal, é necessário a assinatura de ambos.

O problema burocrático que impediu o acesso de Ednaldo José da Silva aos recursos na época, em teoria, já foi revisto e superado pelo INCRA, uma vez que atualmente, homens e mulheres, independentemente do estado civil, podem se tornarem assentados, segundo o artigo 189 da constituição. No entanto, a situação vivida pelo assentado Ednaldo da Silva, evidencia uma das desconexões estabelecidas ao longo do tempo entre as políticas de Reforma Agrária e a realidade dos agricultores, que em determinados casos são excluídos injustamente de políticas públicas por conta da rigidez dos critérios de elegibilidade para adquirir empréstimos. Tanto a divisão e demarcação das terras, quanto a oferta de subsídios financeiros e medidas assistencialistas para instalação e desenvolvimento dos lotes, são deveres do INCRA, e nesse sentido, nenhuma família assentada pode ter esse direito negado.

O dinheiro cedido pelo Banco não foi oferecido por meio das modalidades de crédito instalação, realizadas de forma coletiva. Foi na verdade um projeto de financiamento agrícola criado em parceria entre a Delta Construções e o Banco do Nordeste, pensado na aplicação de melhorias que visavam o desenvolvimento do assentamento, destinado individualmente aos assentados interessados. O recurso poderia ser utilizado para criação de currais, cercado das terras, aumento das casas já construídas, compra de animais ou qualquer outra melhoria que o beneficiário pudesse praticar dentro dos limites do seu lote. Por ser um empréstimo privado, existiram assentados que não puderam acessar, enquanto tiveram outros que simplesmente não se interessaram, por conta das taxas de juros.

Coincidentemente, ou não, as demarcações das terras aconteceram na mesma época da liberação dos empréstimos, e nesse período o assentamento viveu um grande desenvolvimento na infraestrutura e nas práticas agrícolas dos assentados. Por outro lado, conforme afirmam os relatos dos agricultores, o suporte informativo dado aos moradores do assentamento pelos técnicos e técnicas da DELTA a respeito de todo processo era muito superficial, e por vezes permeado de ambiguidade, o que pode ter influenciado os assentados a acreditarem que o recurso adquirido foi utilizado para pagamento da delimitação e cerceamento dos lotes, quando na verdade não foi.

Esses posicionamentos confusos e muitas vezes tendenciosos por parte dos técnicos, como analisa Alencar (1998), são reflexos de uma abordagem financeira voltada para o retorno de capital e não para a formação e capacitação política e econômica dos assentados. Segundo o autor:

Os técnicos, em geral, que trabalham com os assentados, têm uma formação escolar deficiente, teórica e prática: na primeira, ele adquire uma orientação para a administração rural nos moldes da escola americana, que é voltada para a empresa rural-padrão privada. Tal postura favorece o surgimento de carência dos elementos de microeconomia, necessárias ao novo modelo de gestão das áreas de Reforma Agrária [...]. Com relação à prática, os técnicos devem ter clareza do seu papel de extensionista rural, na perspectiva de uma capacitação constante e mútua, nos aspectos técnicos específicos, o que é fundamental para um processo de Reforma Agrária. É a partir da junção da teoria e da prática que se constrói o conhecimento, o saber, produção que é cotidiana, prática e teoria instrumentalizadores da libertação e emancipação dos assentados e técnicos (Alencar, 1998, p. 152).

O único agricultor entrevistado que não relacionou a demarcação dos lotes com o empréstimo do Banco do Nordeste foi José Fernando Ribeiro, que de uma forma ou de outra, sempre fez parte da diretoria da associação e atualmente trabalha no STR de Terra Nova - PE, posições que lhe possibilitam maior acesso às informações de cunho burocrático e técnico. Os demais assentados, mesmo aqueles que não receberam o crédito, como Ednaldo da Silva, pensam até hoje que o valor adquirido foi convertido e aplicado nas suas terras.

A assentada Raimunda dos Santos deixa exposto a precariedade dos serviços de assistência técnica e do próprio INCRA ao relatar que após a liberação do crédito “para criação dos lotes”, os agricultores estão por conta deles mesmos. Segundo a aposentada, a presença do instituto no assentamento nunca foi muito efetiva, mas diminuiu bastante após a demarcação das terras em 2017. Paralelamente, a relação entre os assentados e a prefeitura do município, estabelecida após a criação do assentamento, foi se estreitando cada vez mais, de modo que os agricultores do PA Mororó dos Peixotos, reconhecem e agradecem o apoio, como assim o faz a Senhora Raimunda dos Santos: “Graças a Deus que a secretaria de Terra Nova - PE dá muita atenção a nós. O prefeito quando era Laerte, e agora Aline do mesmo jeito. E nós somos muito bem recebidos pela prefeitura”.

### **2.3 “Eu preciso, você também, todo mundo precisa de alguém”<sup>24</sup>: A prefeitura municipal de Terra Nova - PE na trajetória do assentamento Mororó dos Peixotos**

É certo que na dinâmica do acesso à terra a partir da Reforma Agrária, o governo federal é o maior responsável em promovê-la, no entanto, a operacionalidade de construção de um assentamento rural demanda responsabilidades advindas também de outras esferas de poder, como o estadual e o local.

Ao INCRA fica incumbida a tarefa de providenciar créditos, assistência técnica, divisão dos lotes, construção das moradias, estradas e rede elétrica, como já discutido; enquanto às prefeituras municipais, compete o dever de ajudar o instituto a realizar tais obras, repassando recursos monetários, combustíveis e máquinas, além de promover a integralização dos assentados aos serviços públicos de educação, saúde e assistência social do município (Zanella, 2019).

O primeiro contato da prefeitura de Terra Nova, Pernambuco, com o P.A. Mororó dos Peixotos, é datado - segundo as atas das reuniões analisadas - de fevereiro de 2008, mais de um ano após a desapropriação das terras e criação do assentamento. Esse diálogo, torna evidente que o município não participou do processo de escolha da terra a ser ocupada e nem esteve presente durante a fase de acampamento dos assentados, revelando assim parte da dinâmica da relação inicial entre poder federal e municipal, pautada no afastamento, como indica Zanella e Piccin (2019):

Os municípios não são envolvidos em processos prévios de planejamento para implementação dos assentamentos rurais, algo que é próprio das incertezas na aquisição de um imóvel rural para fins de Reforma Agrária. É após a aquisição da área para fixar um assentamento rural que os poderes federais e municipais constroem canais de diálogo para viabilizar políticas públicas aos beneficiários (Zanella; Piccin, 2019, p. 44).

Um dos canais utilizados para se estabelecer uma conversação entre prefeitura e assentamento, se deu por meio das reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, realizadas na cidade de Terra Nova, Pernambuco, das quais o presidente da associação dos trabalhadores rurais, Fernando José Ribeiro e o suplente, Raimundo Nonato da Silva, passaram a participar<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Trecho da música *Canção Da Noite (Todo Mundo Precisa De Alguém)*. Composição: Lucas Silveira. 2010.

<sup>25</sup> Ata da reunião realizada no Assentamento Mororó dos Peixotos – PE, no dia 2 de fevereiro de 2008.

O convite para que os assentados pudessem compor o conselho veio do próprio prefeito, na época, o Sr. Pedro Freire de Carvalho, filiado ao Partido da República (PR), com quem os agricultores passaram a estabelecer um estreito vínculo de comunicação, em função das necessidades e carências existentes no P.A. A inclusão dos agricultores no Conselho Municipal foi bastante significativa, pois, como defende Ferrante (2011), a ação implica no reconhecimento da legalidade e da legitimidade das vozes dos assentados perante o poder local. Segundo o autor, isso demonstra um avanço no sentido de promover a participação ativa e democrática dos moradores rurais no processo de desenvolvimento municipal, ao mesmo tempo em que promove uma maior inclusão social e econômica, assegurando que as demandas do assentamento sejam consideradas nas decisões tomadas pela prefeitura.

Dentre as tantas demandas que surgiram com a formação do assentamento Mororó, uma das mais urgentes foi a construção das estradas, que inicialmente só permitiam acesso por meio de motos, bicicletas ou a pé. Com a liberação dos créditos de instalação pelo INCRA e a conseqüente compra de ferramentas, insumos agrícolas, animais e materiais de construção, os assentados precisaram de estradas mais largas, capazes de permitir o trânsito de veículos de grande porte, como caminhões, tratores e carros pipas. Nesse sentido, a prefeitura de Terra Nova – PE exerceu importante ajuda, pois em primeiro momento disponibilizou máquinas para expandir as rodagens,<sup>26</sup> e posteriormente elaborou um projeto mais amplo, criando um novo acesso ao assentamento.

O projeto foi solicitado pelos próprios assentados, que encontravam dificuldades em se locomover pelas rodagens, mesmo após as reformas. O terreno, basicamente formado por areia branca escorregadia, oferecia alto grau de periculosidade aos motoristas, principalmente os que pilotavam motos, e em períodos de chuva, ficava bastante alagado, dificultando mais ainda o trânsito necessário entre zona urbana e rural. Assim sendo, em reunião com o prefeito da cidade, foi legalizado a construção de uma nova estrada:

A reunião teve a participação do Sr. Pedro Freire de Carvalho, prefeito da cidade de Terra Nova – PE. Ele iniciou o seu comentário explicando aos assentados sobre a legalização das estradas e registro das entradas. Na ocasião ele falou e também ouviu os assentados que discutiram entre si e fizeram perguntas ao mesmo (Ata da reunião

---

<sup>26</sup> Ata da reunião realizada no Assentamento Mororó dos Peixotos – PE, no dia 6 de junho de 2009.

realizada no assentamento Mororó dos Peixotos - PE, no dia 3 de dezembro de 2011).

O investimento municipal nas estradas, garantiu maior segurança aos trabalhadores rurais, que antes para chegar ao centro urbano, eram obrigados a atravessarem as fazendas vizinhas, abrindo e fechando as cancelas que as separavam. O ato de descer do seu transporte para manusear as porteiras, despertava nos agricultores o temor de serem assaltados, como já havia acontecido outras vezes. Com a execução da obra que abriu um novo acesso ao assentamento, denominado pelos camponeses de “corredor”, a prefeitura possibilitou que os assentados transitassem livremente, sem que fosse necessário abrir e fechar tantas cancelas, como narra o assentado Fernando Ribeiro:

A prefeitura foi fundamental por conta que ajeitou as entradas, fez os acessos que a gente não tinha, porque como você sabe lá é muito difícil. O pessoal quando falava para ir para o assentamento, até um carro pipa para ir deixar água, dizia: “lá no Mororó eu não vou não”, por que a estrada era ruim. Quando eu comecei a ir para lá, eram 7 cancelas. Quando você abre e fecha 7 cancelas, daria 14, e eu passei os anos tudinho abrindo essas cancelas e fechando todo dia. Mas aí depois, conseguimos a liberdade, através da prefeitura que fez esse corredor. Essas cancelas faziam medo. Eu ia de moto, às vezes a noite, aí você tinha que parar. Se alguém quisesse lhe esperar? Você tinha que parar de todo jeito. Hoje não! A gente *munta* numa moto aqui, vai num carro, não tem esse negócio de você descer e está abrindo nada. E foi a prefeitura que fez as estradas e arrumou o arame para a gente fazer o cercado, uma parceria muito boa, que também se não fosse, a gente não conseguiria não (Depoimento de Fernando Ribeiro em entrevista a nós concedida).

O poder local também esteve presente durante a fase de superação das dificuldades hídricas no assentamento, oferecendo primeiramente os serviços de um Barragista<sup>27</sup>, responsável em construir reservatórios de água para dar de beber aos animais; e posteriormente complementando o abastecimento das cisternas dos assentados com carros pipas, uma vez que o programa federal do exército, se mostrou insuficiente perante o consumo dos trabalhadores rurais.

Com a maioria das casas construídas, abastecidas com água potável, e o projeto de abertura do “corredor” efetivado, grande parte dos agricultores passaram a

---

<sup>27</sup> Barragista é o termo que os engenheiros civis especialistas no projeto e construção de barragens e diques de contenção recebem.

morar definitivamente no assentamento a partir de 2011. A chegada de famílias inteiras, compostas por crianças, adolescentes, adultos e idosos, trouxe novas demandas e necessidades para o P.A.. Uma das principais reivindicações foi a necessidade de transporte escolar para levar as crianças e adolescentes à zona urbana, onde se localizavam as escolas mais próximas.

Além disso, a comunidade também expressou a urgência de estabelecer um posto médico no assentamento para atender as necessidades de saúde dos cerca de 77 residentes distribuídos entre as áreas de assentamento na época. Diante desse cenário, os agricultores se organizaram e formalmente solicitaram à prefeitura a disponibilização de um veículo para o transporte dos estudantes. Essa solicitação foi registrada em ata de uma reunião da associação do assentamento, realizada em 3 de dezembro de 2011:

O vice-presidente [da associação do assentamento] Fernando, em nome de todos os assentados, perguntou ao prefeito como seria resolvido o problema das escolas, então, o Sr. Pedro Freire disse para os assentados que fizessem a relação dos alunos para que fosse entregue a ele, para fazer a licitação dos carros dos alunos, aí sim para o ano, ter o transporte escolar regularizado (Ata da reunião realizada no assentamento Mororó dos Peixotos - PE, no dia 3 de dezembro de 2011).

O transporte escolar oficial da prefeitura começou sua atividade no assentamento Mororó dos Peixotos ainda em 2012, como anunciou o prefeito, porém, sua liberação não coincidiu com o início do período letivo do município. Durante alguns meses, a locomoção dos estudantes para as escolas de Terra Nova, teve que ser facilitada por alguns dos próprios trabalhadores rurais, que levavam os alunos até o ponto mais próximo onde o carro escolar passava. O assentado Antônio Parente, figura importante nesse contexto, relembra das dificuldades enfrentadas:

Tinha uns meninos aqui que estudava, como os filhos de João Raposo ali. Mas não tinha carro para ir para a rua. O carro só tinha lá em Djalma [fazenda vizinha]. E eu tinha um carrinho *véi* aqui, que quando eu vim da rua, eu já trouxe um carrinho *véio* para aqui. Era *véim*, mais trouxe; e eu era quem levava esses alunos lá pra Djalma, todo dia, sem ganhar nenhum tostão. Meu carro era tão velho que eu andava era no boião, três quilômetros daqui [do assentamento]. Três quilômetros daqui lá, e eu todo dia colocava eles dentro. Eles nunca me deram nem um boião para eu levar esses meninos, e meu carro era a boião, que eu não podia botar gasolina. A vida era aperreada,

mas eu ia deixar eles lá todo dia. Aí está eles para contar a história. Era sofrido, quando nós chegamos aqui, era muito sofrimento (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

No que se refere a construção do posto de saúde no assentamento, a demora foi muito mais longa, tendo os agricultores que esperar até 2022 para que o local fosse levantado e entregue. Nomeado de “Antônio Américo do Nascimento”, (em homenagem prestada ao assentado de mesmo nome que havia falecido), como se pode ver na figura 3 a seguir, o ponto de apoio médico representou uma extensão da Unidade de Saúde da Família Catarina de Sá Barreto Dum, localizada em Guarani, Pernambuco, distrito da cidade de Terra Nova, e ofertou aos assentados o serviço básico de consulta médica.

**Figura 3** - Posto de Saúde Antônio Américo do Nascimento



**FONTE:** Acervo Pessoal, 2023.

Tanto durante o período de espera, quanto após a criação do posto de saúde (visto que esse não atende todas as necessidades dos assentados), a comunidade foi amparada pelos serviços de saúde do município prestados na zona urbana. Por meio de cinco unidades básicas de saúde (UBS) e um hospital, a prefeitura atende os dez

mil habitantes do município, aparentemente de forma satisfatória, oferecendo um serviço de qualidade, que segundo os camponeses: “nunca deixou faltar nada”, desde consulta a exames, e que sempre que precisaram: “foram muito bem atendidos” (Depoimento dos assentados Fernando Ribeiro e Osmir Roberto em entrevista a nós concedida).

A existência de uma infraestrutura sólida na cidade, proporcionou ao poder local de Terra Nova, tempo hábil para que pudessem, com recursos próprios, construir o posto de saúde no assentamento, sem que houvesse manifestações por parte dos assentados, tais como aconteceram mediante a morosidade do INCRA em vários momentos, por exemplo. Além disso, as quatro gestões contínuas de um mesmo grupo familiar partidário<sup>28</sup>, que atendia e continuava atendendo as reivindicações do assentamento, fez surgir dentre os camponeses uma espécie de respeito e consideração pelos seus componentes, de tal forma que esses, passaram a ser enxergados como amigos pessoais dos assentados, como revela o depoimento do agricultor Antônio Parente:

Aqui teve um camarada que ajudou muito nesse assentamento, ajudou a gente a chegar onde nós chegamos, que foi o nosso amigo Laerte Freire. Eu não conto as vezes em que ele comia feijão com farinha aqui, sendo o prefeito de Terra Nova – PE e debaixo desse alpendre aqui. Numa mesinha velha aqui, comendo feijão mais nós e planejando as coisas. Ainda hoje ele ajuda muito, eu precisei de carro para ir para Petrolina – PE com essa mulher [sua esposa], e ele mandava. Quando ele não mandava o carro vir, ele mesmo vinha dirigindo, pegava e levava. Eu não posso negar isso, que para mim foi o melhor prefeito e até hoje, como pessoa, foi um grande homem (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

A gratidão ao poder local, expressada de forma eloquente pelas palavras da maioria dos trabalhadores rurais entrevistados no assentamento Mororó dos Peixotos, pode ser lida como reflexo do enraizamento da cultura da dívida na vida dos agricultores, através da qual direitos sociais tornam-se favores, e as reivindicações tornam-se dívidas concedidas (Vieira, 2013). Com frequência os assentados tendem a se colocar como beneficiários da boa vontade da prefeitura, transfigurando em

---

<sup>28</sup> Pedro Freire de Carvalho (2008-2012); Aloismar Laerto Freire De Sá (2012-2016); Aline Cleanne Filgueira Freire De Carvalho (2016-2020); Aline Cleanne Filgueira Freire De Carvalho (2020-2024).

favores, o que na verdade são seus direitos respaldados por leis. Nessa compreensão, segundo Vieira:

Esses cidadãos ao terem acesso a um direito social, ofertado por políticas públicas, o recebe como um grande favor, uma dádiva do líder local que possibilitou esse benefício. Então, o tem como seu patrono, aquele a quem dará seu voto e de sua família, como forma de gratidão e também um mecanismo para continuar obtendo os benefícios públicos (Vieira, 2013, p. 15).

Por meio da análise das atas e dos depoimentos, ficou constatado que os principais requerimentos feitos no assentamento, foram atendidos pelo município durante conjunturas pré-eleitorais: a entrada dos camponeses no conselho da cidade em 2008; a construção das estradas e disponibilização de transporte escolar em 2012; e a elaboração do projeto de construção do postinho de saúde em 2020. Segundo Choncho (*apud* Ferrante, 2011), a presença de políticos no período eleitoral com o intuito de negociar demandas, pode ser avaliada em uma rede de expressão da cultura da dádiva e também representar faces do clientelismo, um tipo de relação entre dois atores políticos, um de posição social mais elevada, outro de situação inferior, que envolve a concessão de benefício em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto (Carvalho, 1998).

A história dos assentados do Mororó reflete um padrão comum em muitas comunidades rurais que dependem de assistência governamental para seu desenvolvimento. Por muito tempo, esses agricultores enfrentaram a frustração de promessas não cumpridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que deixou o assentamento à mercê de suas próprias iniciativas para alcançar melhorias. O esforço e o cansaço envolvidos em ter que constantemente se impor e superar obstáculos para reivindicar direitos junto ao INCRA criaram uma sensação de desamparo entre os assentados. No entanto, quando o poder local se apresentou como um mediador e facilitador para atender algumas demandas essenciais do assentamento, isso gerou um sentimento renovado de esperança e segurança entre os agricultores.

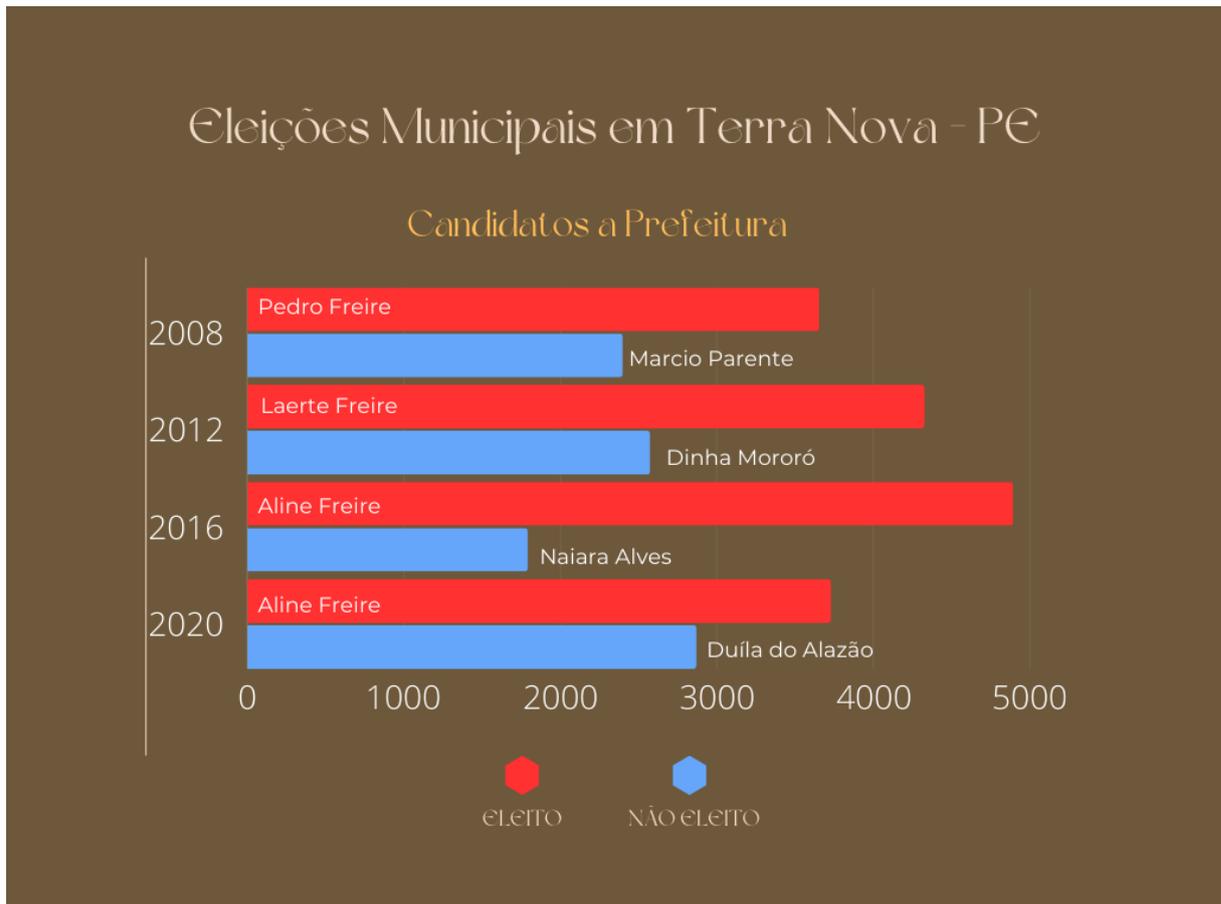
A atuação da prefeitura como um "amigo" em quem confiar representou uma mudança significativa para os assentados, que passaram a ver na administração municipal um aliado na busca por melhores condições de vida. Todo esse cenário ofereceu meios para que tanto a cultura política da dádiva, quanto a relação de

clientelismo entre assentamento e poder municipal pudessem se firmar e perpetuar, posto que o clientelismo tende a se fortalecer em situações de necessidade social, especialmente quando as pessoas se encontram em situações excepcionais e urgentes (Seibel; Oliveira, 2001). Portanto, são nos momentos de fragilidades que os acordos baseados em favores e dádivas se solidificam, criando assim uma dinâmica de dependência entre os beneficiários e os agentes políticos.

Segundo o historiador e sociólogo George Avelino Filho (1994), a relação clientelista oferece uma sensação de segurança aos clientes, pois existe uma expectativa de que suas necessidades sejam atendidas pelo patrono político em troca de apoio ou lealdade. Isso pode gerar uma certa estabilidade em meio a condições de escassez ou incerteza. Já do lado do patrono, como aponta o autor, é exigido uma habilidade em manipular a esperança dos clientes, pois ao oferecer benefícios ou promessas de assistência, ele pode expandir sua base de apoio político, mesmo com recursos limitados. Essa manipulação da esperança é uma estratégia eficaz para manter os clientes engajados e dependentes, garantindo assim sua fidelidade política (Filho, 1994, p. 229).

A prefeitura Municipal de Terra Nova, por sua vez, se beneficiou diretamente da proximidade alimentada ao longo dos anos com o assentamento, pois ao acolher os requerimentos dos assentados, o fazendo sempre por meio da cordialidade e solicitude, acabou criando e cultivando uma base eleitoral sólida, em um espaço formado por trinta famílias; um número bastante expressivo, principalmente em conjunturas eleitorais de pequenos centros urbanos. Tal contingente eleitoral pode ter exercido influência no resultado das quatro reeleições do mesmo partido ao longo de dezesseis anos consecutivos, como evidencia o gráfico 5 a seguir.

**Gráfico 5** - Eleições Municipais em Terra Nova – PE entre os anos de 2008 a 2020.



**FONTE:** Elaboração própria a partir dos dados do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

A conduta da relação estabelecida entre assentamento e prefeitura de Terra Nova, foi fortemente influenciada pelo fato de todos os assentados serem eleitores do município, pois de todo modo, o voto é uma manifestação de poder (Valverde, 2021). Em casos em que os assentamentos são construídos por Sem Terras vindos de outras cidades ou estados, não se costuma observar a mesma mobilização e acolhimento do poder público, experimentada no P.A. Mororó dos Peixotos, muito pelo contrário.

A potencialização das demandas geradas pelos assentados relaciona-se com a sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem. Algumas vezes, seu peso eleitoral leva os governantes a buscarem atender suas reivindicações. Em outros casos, as disputas políticas presentes fazem com que os governantes justamente não atendam estas reivindicações, identificando os assentamentos como “não aliados” (Leite, 2004, p. 141).

No estudo realizado por Leite *et al.* (2004) já referido na presente pesquisa, foi observado que as prefeituras dos municípios nos quais são formados assentamentos constituídos por trabalhadores rurais estrangeiros, tendem a rejeitar os projetos de Reforma Agrária e enxergar a presença dos assentados como um empecilho para a administração local, um peso a mais a ser sustentado pelo orçamento público. Nessa situação:

Os prefeitos tendem a ver as demandas desencadeadas pela criação de assentamentos como um “problema” e, muitas vezes, os percebem como um verdadeiro enclave do poder federal no interior do município, gerando tensão na relação de muitas prefeituras com os assentados (Leite *et al.*, 2004, p. 29).

No levantamento executado por Araújo (1998) em treze assentamentos das cinco regiões brasileiras, também se percebe a mesma situação: Representantes locais - entre eles prefeitos e secretários - que veem na criação desses espaços, um grande obstáculo para a administração municipal. Segundo os entrevistados da pesquisa de Alencar, os assentamentos são responsáveis por gerar um aumento de demanda por políticas públicas nas cidades e por isso não deveriam ser responsabilidade do governo local e sim do federal. É o que defende o secretário da prefeitura do município de Júlio de Mesquita, Rio Grande do Sul, em seu depoimento concedido a Araújo: “O governo federal coloca esse pessoal aí, e depois eles (os assentados) vêm a prefeitura pedir roupa (em tempo de frio), remédios, escola para os filhos, etc. O governo federal nos dá o ônus e fica com o bônus” (Araújo, 1998, p. 51).

As prefeituras que oferecem algum tipo de resistência em integrar os assentamentos e suas demandas ao orçamento público, parecem esquecer ou mesmo ignorar as oportunidades que se abrem no município, mediante a construção desses espaços. O aumento da mão de obra para trabalhos não agrícolas, como a construção das casas e estradas no P.A, por exemplo, acaba se tornando um grande impulsionador na geração de empregos das cidades, aumentando o poder aquisitivo da população em geral e incentivando a economia local. Os municípios se beneficiam também dos créditos de instalação concedidos aos assentados, pois todos os materiais comprados a partir deles em lojas e mercados das cidades, geram impostos

para os cofres públicos municipais e dinamizando o setor comercial. A respeito desse panorama Nogueira (2007) aponta:

O impacto demográfico aciona de forma relativa o mercado local em que se estabelecem os assentamentos rurais, com o comércio de insumos, de equipamentos agrícolas, de bens de consumo, de material de construção e outros, influenciando no aumento do número de estabelecimentos e de empregos concernentes ao setor. Esse processo permite uma maior arrecadação de impostos, de incentivos à produção agrícola e, guardadas as devidas proporções, transforma as relações de poder local (Nogueira, 2007, p. 27).

Para além das transformações financeiras na vida pública municipal e na vida dos assentados, os assentamentos se traduzem em locais de mudança de perspectiva, tanto em relação ao futuro, quanto na direção da própria concepção de existência dos agricultores Sem Terra. São nesses espaços que se constroem e se reconstroem a identidade dos seus integrantes, possibilitando que novas nuances sejam reveladas, adicionadas ou excluídas.

No próximo e último capítulo da presente pesquisa, buscaremos compreender como ocorreu o processo de construção e reconstrução da identidade dos assentados do P.A. Mororó dos Peixotos, e como os próprios trabalhadores rurais se percebem enquanto sujeitos no movimento que deu origem a formação, estruturação e manutenção do referido espaço.

Procuraremos também oferecer elementos que possibilitem a visualização do assentamento Mororó dezesseis anos após a sua criação, evidenciando suas potencialidades e fragilidades, a partir dos depoimentos dos homens e mulheres que o formam.

### **CAPÍTULO III: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: AS VIDAS RECONSTRUÍDAS SOB O SOLO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS – PE**

*A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.*  
Stuart Hall. 2000.

De acordo com o historiador Michael Pollak (1992), a formação das identidades ao longo da vida é influenciada por três elementos fundamentais. O primeiro elemento refere-se à unidade física, que envolve o sentimento de pertencimento a um lugar específico com fronteiras físicas definidas. Este espaço de pertencimento pode ser tanto o corpo físico do próprio indivíduo quanto o contexto do grupo ao qual ele pertence. O segundo elemento-chave na formação da identidade, segundo Pollak (1992), é a continuidade temporal, que engloba a percepção física, moral ou psicológica do passado, presente e futuro do indivíduo. Por fim, o terceiro elemento é o sentimento de coerência, que surge da união entre a fronteira física do indivíduo e sua percepção temporal. Pollak argumenta que este processo de construção da identidade é facilitado e gerenciado pela memória, que estabelece uma sensação de continuidade entre os elementos constituintes da identidade. Assim, a memória em si torna-se um dos elementos fundamentais na construção tanto da identidade individual quanto da identidade coletiva, conforme afirmado pelo autor.

Dentro dessa abordagem, é possível afirmar que a identidade do agricultor é moldada pela interação de diferentes elementos. Primeiramente, há a influência da unidade física, representada pelo pedaço de terra que o agricultor possui. Esse espaço territorial confere um sentido de pertencimento e estabelece as fronteiras físicas da identidade apontadas por Pollak (1992). Em segundo lugar, está a continuidade temporal, manifestada nas aspirações e compromissos do agricultor em relação à sua atividade agrícola, como a preparação da terra para plantio quando as

condições climáticas forem favoráveis, ou a colheita, por exemplo. Essa percepção temporal está enraizada na experiência do ciclo agrícola e na perspectiva de continuidade e renovação dessas práticas ao longo do tempo. Por fim, o sentimento de coerência surge da sincronia entre a posse da terra e a expectativa de utilizá-la para o cultivo, assim que desejar. No entanto, esse processo de construção da identidade não se aplica da mesma forma ao agricultor Sem Terra, pois, como sugere a própria designação, em determinados momentos, esses indivíduos enfrentam a ausência de território próprio e muitas vezes se encontram resignados à falta de expectativas futuras relacionadas à agricultura.

Ao engajarem-se em movimentos sociais voltados à luta pela terra, os agricultores Sem Terra encontram a oportunidade de realizar o desejo de possuir um pedaço de chão, o que desencadeia um processo de reconstrução de suas identidades. Nesse contexto, os assentamentos rurais emergem como locais cruciais para essa reconstrução da identidade camponesa (Sauer, 2005). Neles, os trabalhadores rurais experimentam os sentimentos de unidade, uma vez que estão inseridos em grupos que compartilham o mesmo território e interesses comuns. Além disso, surge a percepção de continuidade, uma vez que agora têm a possibilidade de fazer planos para o futuro, tanto para si mesmos quanto para suas famílias, uma vez que possuem um local para viver, trabalhar e prosperar. Por fim, há o sentimento de coerência, decorrente da convergência entre a posse da terra e a perspectiva de construir uma vida digna e sustentável no campo.

O objetivo deste capítulo é apresentar e analisar o processo de construção/reconstrução da identidade dos agricultores do assentamento Mororó dos Peixotos, examinando os elementos que a compõem desde os eventos anteriores à ocupação até os acontecimentos posteriores ao estabelecimento do assentamento. Investigamos as transformações ocorridas ao longo desse período e identificamos as pessoas, organizações e entidades envolvidas no processo de reestruturação das identidades dos agricultores do Mororó. Ao longo do capítulo, realizamos uma análise crítica do contexto político da Reforma Agrária durante o período de criação do assentamento, bem como ao longo da fase final da pesquisa. Desta forma, buscamos compreender como o espaço do assentamento tem sido preservado, quais as políticas adotadas pela administração federal e local nesse sentido, e, por conseguinte, qual é a situação atual do assentamento Mororó.

### 3.1 “O lugar bom é onde você aumenta, você cresce”<sup>29</sup>: A formação da identidade dos assentados do Mororó dos Peixotos – PE

Antes de viverem a experiência de assentados e todas as etapas que a promulgação do posto envolve, os agricultores do assentamento Mororó, passaram em sua grande maioria, por períodos de carência socioeconômica e privação da sua liberdade agrícola. Foi justamente a necessidade do acesso à terra que garantisse meios possíveis de sobrevivência e promovesse autonomia, que levou os trabalhadores rurais a empreenderem sua luta pelo território do assentamento, tal qual revela os seguintes depoimentos de alguns dos assentados:

Eu me sentia fraco antes, não tinha uma casa, morava numa casinha de taipa pequena, numa tapera, que hoje nem existe mais, e eu não tinha como sair [...] morava numa casa de três cômodos, um quarto que quando tinha duas pessoas, tinha que uma sair para outro poder entrar, não dava para passar um pelo outro. Dois filhos, a mulher e eu, no caso, quatro pessoas dentro dessa casa, era um desconforto. Uma casinha baixa, sem segurança nenhuma [...] você criar filhos, como eu tinha dois meninos pequenos, naquela situação, era muito difícil. A situação era tão difícil na época, que eu criei meus meninos dando leite de cabra. Leite de cabra é maravilha, saudável, mas eu criei com ele, justamente por que não tinha outro leite, e ainda peguei cabra emprestada viu, para você vê a situação como era (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

Eu vivia na roça servindo de alugado para um e para outro quando precisava plantar uma roça de feijão ou cebola. Quando a gente queria era um sacrifício maior do mundo. Não era bom não [...] eu me sentia obrigado, trabalhando de diária para os outros, humilhado, quando queria plantar um pedacinho de roça (Depoimento do assentado Osmir Roberto da Silva, em entrevista a nós concedida).

... depois que me casei vim pra Terra Nova e minha vida em Terra Nova depois que me casei foi muita **pesada** [fala com tristeza e pesar]. Quando nasceu minha primeira menina, que foi Joseane, doente e eu sem ter um tostão. Através do finado João Vidal, comecei a comprar um *bixim*, matando e apurando para pagar o dono, e o *ganhozim* para ir mantendo minha casa, **mas sofrida, muito sofrida essa vida** [fala com ênfase e aumenta a voz] (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

O uso de termos como “fraco”, “humilhado” e “sofrido”, proferidos pelos trabalhadores rurais em suas narrativas, demonstram como a conjuntura de ausência de território, acaba influenciando negativamente na construção da identidade desses indivíduos. Michael Pollak (1992, p. 204), define a identidade como “a imagem que

<sup>29</sup> Trecho do depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida.

uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria”. Nesse sentido, os adjetivos utilizados pelos agricultores, são postos para ilustrar a representação que eles fizeram de si mesmos em dado momento, uma imagem idealizada durante uma época em que ser agricultor ainda era sinônimo de carência e de precisão, formulada mediante as suas próprias vivências em terras alheias, muitas das vezes hostis, com as quais os agricultores não tinham nenhuma identificação pessoal, como exemplifica o depoimento da Sr.<sup>a</sup> Raimunda dos Santos:

Antes de ser assentada eu morava na terra da minha sogra, e eu nunca gostei de lá. Me sentia mal, por que eu nunca gostei de lá. Morei quarenta e quatro anos e não gostei. Não teve um dia pra eu dizer: “eu amo esse lugar”. Nunca amei o lugar, nunca (Depoimento da assentada Raimunda dos Santos, em entrevista a nós concedida).

Essa identidade do agricultor sem nenhuma terra, forjada em primeira instância sob aspectos negativos, traz consigo grande parcela de dor, exteriorizadas pelas memórias narradas. São as próprias memórias “o elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva” (Le Goff, 1990, p. 476), e por essa razão, a reminiscência dos assentados do Mororó dos Peixotos – PE, se torna matéria prima, fonte histórica, insubstituível para a realização da presente pesquisa. A relação indissociável entre ambos os elementos (memória e identidade), só permite que o processo de investigação da construção e reconstrução da identidade dos agricultores do Mororó, seja realizado por meio das lembranças dos mesmos, pois como define Pollack (1992):

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollack, 1992, p. 204).

Em decorrência das variadas experiências históricas que os indivíduos têm durante o seu cotidiano, é natural que apresentem múltiplas identidades no decorrer da sua trajetória, inclusive ao mesmo tempo (Halbwachs, 1990). A essas identidades são incorporados novos elementos ou excluídos tantos outros, desde que as mudanças estejam de acordo com as vivências praticadas ao longo da vida, presentes nas memórias construídas. Em outras palavras, pode-se dizer que a identidade é

constantemente mutável, assim como a memória, que, segundo Pollak (1992, p. 201), é “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.

Eliane Sebeika Rapchan (1993) aponta que a identidade e o reconhecimento do camponês Sem Terra sofrem modificações durante o processo de luta pela Reforma Agrária. Segundo a autora, ao se filiar a movimentos socio-territoriais na busca por um território, os trabalhadores rurais têm a chance de se reconhecer enquanto sujeitos políticos, formando sua identidade de Sem Terra que passa a ser corroborada pelos movimentos e bases sociais de luta, como os sindicatos e a própria FETAPE, por exemplo. Sobre esse processo Rapchan (1993) explica que:

[...] o processo de reconhecimento de seu direito a terra transforma a identidade negativa da ausência, da exclusão, da carência – o sem terra – numa identidade positiva que implica a classificação daqueles que estão excluídos da terra numa outra posição: a da reivindicação do direito à terra, da liberdade, da cidadania (Rapchan, 1993, p. 19 apud COCA, 2015, p. 84).

A identidade dos trabalhadores rurais do assentamento Mororó passou a ser reformulada no momento em que eles tomaram ciência do seu direito ao acesso à terra, uma conscientização proporcionada pela filiação dos agricultores ao Sindicato Rural de Terra Nova, em trabalho conjunto com a FETAPE. A partir desse contato, os futuros assentados passaram a se unir em função de um mesmo objetivo: conquistar as terras do assentamento e garantir seu espaço. Juntos, eles abraçaram o que para muitos, seria a única oportunidade de conseguir um lugar digno para morar e trabalhar, e desse modo, poder reconstruir sua realidade enquanto indivíduo que se sentia “fraco”, “humilhado” e “sofrido”.

Sobre a possibilidade de mudar de vida e sair do contexto precário em que vivia, o agricultor Fernando Ribeiro conta:

Quando eu soube do assentamento eu pensei: “é a chance que eu estava procurando”. Por que jamais eu teria, nem eu e nem ninguém que está lá teria, condições de comprar um terreno daqueles para hoje você dizer que é seu. Então eu não teria oportunidade. Foi a oportunidade boa e a gente abraçou essa oportunidade muito boa (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

Os movimentos de lutas pela terra têm o poder de questionar e denunciar a ordem vigente no campo, ainda baseada na concentração fundiária e ausência de políticas em função da Reforma Agrária. Ao mesmo tempo, também oferecem campo fértil para o desenvolvimento de práticas sociais inclusivas reivindicatórias, uma vez que a participação dos trabalhadores rurais nesses movimentos, motiva o exercício da democracia e luta por direitos. Cândido Grzybowski (1987, p. 59) defende que os movimentos sociais do campo são espaços de socialização política capazes de proporcionar aos trabalhadores tanto o conhecimento dos seus direitos, quanto a tomada de consciência de seus interesses e reivindicações, sendo então convertidos em espaços de formação política. A respeito da reconstrução da identidade a partir dos movimentos sociais, o autor pontua que:

Sem dúvida, a participação de milhares de pessoas até então excluídas de qualquer forma de identidade ou cidadania, através de movimentos sociais, e de um sem-número de programas, contribui para alargar a vida democrática local e para construir uma nova identidade para aquelas pessoas: a de cidadãos com direitos (Grzybowski, 1987, p. 60).

É nesse cenário de reformulação da identidade enquanto sujeito político, que os agricultores acabam modificando seu *status* de sem-terra, termo originalmente empregado com hífen e conotação de falta ou ausência de terra. Ao ingressarem nos movimentos de luta pela Reforma Agrária, os trabalhadores rurais transitam para a categoria de Sem Terra, um nome próprio, grafado em letras iniciais maiúsculas, denotando, conforme Caldart (2003, p. 51), um “movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesmo, um movimento que identifica sujeitos que fizeram uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos”.

Uma vez ingressados nos movimentos Sem Terra, desenvolve-se entre os agricultores um sentimento de pertencimento que aos poucos vai alicerçando a luta e dando suporte durante os incontáveis momentos difíceis vividos no processo de conquista do assentamento. O fato de pertencerem a um grupo, significa que os agricultores não estão mais sozinhos, pelo contrário. A partir de então, serão acompanhados de homens e mulheres que entendem sua luta e passam pelos mesmos problemas, além de contar com ajuda de organizações e dirigentes que oferecem subsídios, morais e políticos, capazes de fazer valer seus direitos.

Segundo Pasquetti (2007), o sentimento de pertencimento é um fator importante na construção da identidade Sem Terra, seja ela individual ou coletiva. O autor explica que o ato de pertencer desenvolve-se de forma autônoma e espontânea entre os trabalhadores rurais Sem Terra, sem que haja necessidade de qualquer aprovação ou intervenção dos movimentos de luta do campo. Ao se tornarem militantes pelas questões agrárias, os agricultores elaboraram, cada um à sua maneira, um sentimento de pertencimento geralmente ligados a estados emocionais como devoção, gratidão e até mesmo a fé, por exemplo. Esses vínculos com os movimentos são fortalecidos pelas relações sociais, políticas e culturais que se estabelecem durante o cotidiano, capazes de gerar padrões de identificação.

No caso do assentamento Mororó dos Peixotos, os sentimentos de pertencimento ao grupo Sem Terra nutridos pelos assentados, estão indissociavelmente ligados ao STR e a FETAPE, organizações responsáveis pelo trabalho de direcionamento da construção e solidificação do P.A. Os vínculos políticos estabelecidos com a Prefeitura Municipal da cidade de Terra Nova, também conferiram certa responsabilidade ao poder local no levantamento do assentamento, gerando entre os agricultores um sentimento de identificação com a administração do município. Ao longo dos anos, os trabalhadores do assentamento cultivaram devoção, gratidão e fé por essas três organizações, fomentando o sentimento de pertencimento que se perpetuou entre eles.

Durante as entrevistas, foi possível perceber a fé depositada no Sindicato, Prefeitura e FETAPE, expressa pelas palavras do presidente da associação Fernando Ribeiro ao relatar que: “Prefeitura, Sindicato e FETAPE. Junta tudo e sei que dá tudo certo”. O assentado Antônio Parente, hoje aposentado, deixa claro em seu relato a gratidão e a certeza de sempre poder contar com o STR narrando: “eu não deixo de pagar o sindicato nunca, por que eu não preciso hoje para mim, mas preciso para o que é meu”. Outro exemplo é a senhora Raimunda dos Santos, que se mostra satisfeita e agradecida “aos céus” pela parceria firmada com o poder municipal, revelando em seu depoimento que:

A gente não pode dizer nada com a prefeita por que ela é maravilhosa. Era um, depois saiu, e chegou o outro. Ainda é melhor. E graças a Deus que a secretaria de Terra Nova dá muita atenção a nós. O prefeito quando era Laerte e agora Aline do mesmo jeito. Nós somos bem recebidos pela prefeitura (Depoimento da assentada Raimunda dos Santos, em entrevista a nós concedida).

No entanto, os sentimentos de pertencimento dos assentados do Mororó não ficam limitados ao contexto sociopolítico local e regional. No decorrer das entrevistas realizadas, percebeu-se que, unanimemente, os agricultores tendem a relacionar a conquista do assentamento também ao Governo Federal da época, representado pela figura do então Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Tal identificação se fez possível mediante a credibilidade depositada pelos trabalhadores rurais no então líder do poder executivo, gerada por uma suposta política de incentivo à Reforma Agrária e apoio aos assentamentos, adotada pelo governo entre 2003 e 2011. Outro elemento de identificação ocorreu pelo fato de o Presidente se colocar abertamente como aliado das causas do campo, como constantemente fazia em seus discursos, por exemplo, a seguinte fala de 2004:

É preciso fortalecer definitivamente a agricultura familiar, fortalecer os assentamentos neste país [...] eu prefiro vocês reunidos com os ministérios, com cada ministério que vocês quiserem se reunir, cobrando e exigindo, do que vocês não terem, como no passado, um lugar para poder extravasar as reclamações que vocês têm do governo. Eu quero que vocês saibam que, mesmo quando tivermos divergências, o governo terá em vocês grandes companheiros para fazer as mudanças que o Brasil tanto necessita, para que a gente possa atingir uma sociedade justa e solidária, sonhada por todos nós (Silva, 2004, p. 6).

Em suas narrativas, alguns assentados elaboram explicações para defender a ideia de que Luiz Inácio Lula da Silva, foi o verdadeiro mentor da criação do assentamento. Também apontam que o ex-presidente foi o total responsável pelas medidas que asseguraram o desenvolvimento do espaço, como a construção das casas e estabelecimento de energia elétrica. Enquanto outros agricultores, conferem a Lula o título de facilitador do processo de reconstrução das suas próprias vidas. Lê-se alguns depoimentos que ilustram essas diferentes perspectivas:

Através do Governo de Lula, as coisas ficou mais fácil pra gente, por que saiu o assentamento. A gente tinha muita vontade de um dia possuir um pedacinho de terra e foi onde eu achei. Eu tenho meus 77 anos e foi o único meio que eu achei durante esses anos tudinho foi isso (Depoimento da assentada Raimunda dos Santos, em entrevista a nós concedida).

Eu estou aqui hoje através de Lula, se não fosse Lula eu não estava aqui. Esse assentamento foi criado por Lula. Eu tenho o começo da

minha história aqui dentro, de uma criatoriozinho, que ainda veio do tempo de Lula. Que ele abriu a mão pra gente fazer uns empréstimos, umas coisas, e nós fizemos, e começamos a criar alguma coisa aqui através de Lula. Se não fosse Lula nós não teria era nada aqui (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

Foi Lula que deu a nós de mão beijada isso aqui (Depoimento do assentado Osmir Roberto da Silva, em entrevista a nós concedida).

O Governo de Lula contribuiu muito para o assentamento, muito, muito. Além de Lula sempre ajudar aos agricultores na pobreza, por que sempre foi sindicalista né, então conhecia o movimento. Ele foi de grande iniciativa para que desse certo, como é hoje (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

Diferentemente do que apresenta as reminiscências dos assentados - provando que as memórias individuais podem ser confrontadas por outras memórias (Pollak, 1992) - o mestre em Sociologia Rural, Wellington Santana Lima (2008), afirma que o Governo Lula, em grande medida, frustrou a esperança de uma Reforma Agrária para os "de baixo", tal qual foi defendida pelo Partido nas campanhas eleitorais. O fato é que muitas famílias de agricultores que se mobilizaram nas ocupações de terra antes mesmo da vitória do PT, não tiveram suas reivindicações atendidas, pois o Governo não se mostrou tão eficiente, no sentido de concretizar um projeto de Reforma Agrária mais amplo, quanto defendia em seus discursos e propostas.

Durante o primeiro mandato (2003-2006), o governo Lula tentou realizar as promessas feitas aos agricultores Sem Terra, elaborando o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) com o intuito de assentar 400 mil novas famílias até o ano de 2006. Todavia, o partido arquivou o projeto logo após a elaboração, pois sua execução entrou em conflito direto com as ideias de governo pretendidas pela burguesia agrária, setor que também havia apoiado a candidatura de Lula.

Diante da força econômica e parlamentar do agronegócio, o Planalto se viu obrigado a favorecer a burguesia agrária e conter o número de ocupações e assentamentos criados (Brito, 2015). Assim sendo, o Plano de Reforma Agrária não chegou a sair do papel e antes mesmo de completar o primeiro ano de mandato, o governo petista já havia atenuado as ações voltadas aos pobres do campo. Sobre o motivo do abandono do Plano de Reforma Agrária, o autor Eduardo Brito (2015) pontua:

Para o governo, as políticas públicas voltadas aos pobres não poderiam se contrapor ao agronegócio e ao capital financeiro. Dessa forma, o carro chefe das políticas sociais não se refere a nenhuma reforma na estrutura econômica do país, mas concentra-se nos programas assistencialistas Bolsa Família e Fome Zero (Brito, 2015, p. 104).

Se no decorrer do primeiro mandato, o Governo do PT limitou-se apenas em colocar em prática medidas assistencialistas aos assentamentos, que se mostraram insuficientes desde o Governo de FHC. Durante a campanha para o segundo governo, o partido excluiu totalmente o tema da Reforma Agrária da sua agenda e dos debates políticos televisionados (Lima, 2008). O foco da propaganda para reeleição passou a ser direcionado para os resultados das políticas criadas pelo Governo ainda no primeiro mandato, o que abafou e permitiu que os temas sociais e econômicos relativos ao campo, fossem cada vez mais postos de lado pelo Governo. Ainda segundo Lima (2008):

Confiante nos resultados das políticas compensatórias fome zero, bolsa-família,... junto as populações miseráveis (maioria numérica) aferidas em pesquisas de opinião pública e seguro de que os movimentos sociais preteririam o candidato e principal adversário eleitoral, Geraldo Alckmin, pelas suas posições sócio-político-econômicas mais retrógradas que as suas, Lula abandonou o programa de Reforma Agrária e aprofundou a conformação da política agropecuária e da macroeconomia em curso, tendo no agronegócio (com atenção especial aos agrocombustíveis) e na mineração para exportação (setores primários da economia) suas pontas-de-lança para gerar superávit nas contas do Brasil (Lima, 2008, p. 47).

Nas práticas concernentes ao campo, o segundo mandato de Lula (2007-2010) foi marcado pela ausência. O governo iniciou a administração sem Ministro do Desenvolvimento Agrário; ignorou a Reforma Agrária enquanto vector de desenvolvimento social para o país quando elaborou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>30</sup>; e desprezou o compromisso estabelecido com o INCRA, que passou um período sem nomeação para sua superintendência. O descaso com as questões do campo foi tão grande, que movimentos de luta pela terra tiveram que se

---

<sup>30</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010 (GOV.BR). Foram selecionados mais de cem projetos de investimento prioritários em rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento e recursos hídricos.

unir para pressionar o Congresso Nacional e a Presidência da República. Consequência desse contexto foi a greve deflagrada por funcionários do INCRA. A paralisação do Instituto chegou inclusive a fazer parte de um dos encontros realizados pelos assentados do Mororó, como consta na ata da reunião da associação do dia 14 de julho de 2007: “O INCRA, ainda continua em greve sem saber quando vai sair. O Sr. Presidente [da associação] se responsabilizou que quando a greve acabar ele irá lá diretamente junto com alguém do Sindicato”.<sup>31</sup>

Quando confrontado pelos movimentos sociais para honrar os compromissos políticos históricos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do ex-presidente Lula, incluindo aqueles estabelecidos durante as campanhas eleitorais, o governo frequentemente recorria a justificativas de ordem estatal. Essas justificativas eram acompanhadas de uma narrativa na qual o governo se apresentava como constantemente ameaçado e chantageado pelas elites, colocando em risco sua governabilidade (Vigna, 2007 *apud* Lima, 2008). Era comum a sugestão de uma conspiração iminente, pronta para ser desencadeada a qualquer momento.

A priorização das elites agrícolas, em detrimento das desapropriações de terras, também se perpetuou durante a segunda gestão do Governo Lula. Entre 2007 e 2011, o poder executivo tentou pôr em prática medidas alternativas para criação de assentamentos que não entrassem em litígio com os interesses do agronegócio. Ao invés de desapropriar as terras que se encontravam sob posse de grandes latifundiários, adquiridas de modo ilegal por meio da grilagem, o Governo Federal passou a comprar territórios para promover a construção de projetos de assentamentos, com o objetivo de evitar o confronto e não gerar atritos com os líderes do agronegócio. Essas novas medidas de incorporação de terras foram denominadas por Fernandes (2008), como “reconceitualização da Reforma Agrária”, sobre a qual o autor explica que:

De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras. O governo Lula investiu muito mais na regularização fundiária de terras de camponeses na Amazônia do que

---

<sup>31</sup> Ata da reunião realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova – PE, no dia 14 de junho de 2007.

na desapropriação de novas terras para a criação de novos assentamentos de Reforma Agrária (Fernandes, 2008, p. 80).

A decepção com o Governo Lula foi sentida pelos movimentos sociais agrários em todo país. Dirigentes da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE), e também do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do estado, chegaram a criticar a administração do Presidente, mostrando suas insatisfações e exigindo um posicionamento mais afirmativo. Representantes da FETAPE e do MST expressaram sua percepção negativa e frustrada sobre a atuação do governo Lula referente às questões agrárias, conforme se pode ler nos seguintes relatos:

O movimento sindical esperava mais atitude e firmeza do Governo do Presidente Lula em seu primeiro mandato. Um Ministério do Desenvolvimento Agrário forte e um INCRA reestruturado e renovado, em sua ação e concepção. Infelizmente, as desapropriações continuaram lentas e o modelo de assentamento não mudou. Portanto, a Reforma Agrária não está na pauta dos governos como uma política de desenvolvimento econômico, social e ambiental, capaz de promover a inclusão social e a soberania alimentar. O Governo tem o dever de cumprir com a Constituição Federal no que se refere à desapropriação pela função social da propriedade, por critérios ambientais, sociais, relações de trabalho e sonegação fiscal e não somente pela improdutividade, como acontece atualmente (Aristides Santos - Presidente da Fetape, 2007, p. 2).

O governo Lula abandonou de vez a possibilidade de fazer a Reforma Agrária e está fazendo praticamente o mesmo que Fernando Henrique fazia. O que o governo faz e resolver o conflito agrário e apoiar o agronegócio. Se há um conflito mais sério; o governo chega lá e procura resolver o conflito, mas não porque está querendo fazer a Reforma Agrária. No discurso de posse do primeiro governo Lula, ele disse que um dos pilares do seu governo seria a Reforma Agrária. Eu acho que esse pilar caiu. No lançamento do Plano Safra o governo faz um discurso e, se orgulhando, diz que liberou nove bilhões pra a agricultura familiar e quarenta e nove bilhões pro agronegócio. Ou seja, pra uma minoria de ricos libera mais de cinco vezes o que liberou pra grande maioria de pobres (Edilson Barbosa - Coordenador Estadual de produção do MST-PE *apud* Lima, 2008, p. 58).

Por mais que a concretização da Reforma Agrária - no sentido da desapropriação de terras pela função social, por critérios ambientais, sociais, relações de trabalho e sonegação fiscal - não tenha sido um ponto forte do Governo, a administração de Lula ofereceu contribuições significativas para as questões dos

assentamentos que podem ter influenciado na imagem positiva construída pelos assentados do Mororó dos Peixotos sobre o presidente.

Durante seu Governo, Lula assumiu uma postura mais complacente perante as ocupações de terra, manifestações que vinham sendo criminalizadas e fortemente reprimidas desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A partir de 2003, Lula trabalhou para diminuir a repressão jurídica e policial que os acampados do Brasil sofriam, o que gerou grande comoção entre os trabalhadores rurais Sem Terra. O chefe do executivo também tratou de estabelecer um canal de comunicação mais aberto com os líderes dos movimentos sociais do campo, oferecendo assistência técnica que os capacitasse na elaboração de projetos para acessar recursos públicos, como os créditos de instalação e empréstimos agrícolas, por exemplo, e na ocupação de cargos de poder, inclusive na esfera federal.

A forma fácil de falar, e o jeito simples com o qual a grande maioria dos agricultores do Brasil se identifica, também pode ser analisada como um fator atenuante da proximidade encontrada entre os assentados com o Governo Lula. O fato de o Presidente possuir uma história de vida humilde, ligada à atuação em movimentos sociais, tal qual os Sem Terra, parece fornecer um ponto de relação com os homens e mulheres do campo, nunca antes encontrado em outro chefe de Estado. A confiança conferida a Lula pelos camponeses, está intrinsecamente ligada à identidade apresentada e transmitida pelo próprio presidente: a de um homem que entende a luta e o sacrifício de se viver na pobreza, comprometido a transformar a realidade de miséria que grande parte da população vivia.

A criação dos programas Fome Zero e Bolsa Família também ofereceu influência positiva na imagem de Lula montada pelos mais necessitados. Não apenas porque ajudou, ainda que modestamente, a modificar a realidade de muitas famílias que viviam na miséria, entre elas a de milhares de agricultores. Mas, também devido a transmissão da mensagem simbólica contida nos dois programas: a de que o Estado se preocupa com as condições de todos os brasileiros, não importa o quão miseráveis e oprimidos eles sejam, como cidadãos, todos têm direitos sociais em seu país. As mudanças geradas a partir do reconhecimento da classe pobre, fez com que Lula e seu partido, despertassem um sentimento de identificação popular no Brasil que acabou se tornando o mais inabalável de seus trunfos políticos (Anderson, 2011).

O acolhimento dos agricultores do assentamento Mororó ao Partido dos Trabalhadores (PT), assim como o sentimento de identificação gerado perante seu

mais famoso integrante, torna evidente que a memória e a identidade são valores disputados em diferentes espaços sociais (Pollak, 1992), seja em nível local, regional ou mesmo nacional. Segundo o autor, a construção da identidade é um processo que pode ser negociado e produzido a partir de critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade, podendo ser disputado em conflitos que opõem grupos políticos diferentes. Visto isso, pode-se avaliar que ao escolher aceitar, admitir e credibilizar o governo Lula pela construção do assentamento e mudança de suas vidas, os assentados do Mororó assim o fazem perante suas próprias memórias, construídas a partir das suas experiências adquiridas ao longo dos dezesseis anos de luta e resistência no assentamento.

Por mais que a figura do presidente Lula estivesse fisicamente distante do espaço social do Projeto de Assentamento Mororó dos Peixotos, seu posicionamento e práticas de assistência (políticas e econômicas), sobretudo as direcionadas aos mais pobres, se traduziram em aconchego e segurança para os agricultores que passavam por dificuldades, algumas delas relatadas no início do capítulo. A conquista do assentamento em 2007, especificamente durante o segundo mandato do governo do PT, fez crescer ainda mais o sentimento de confiança, gratidão e devoção pelo partido, que com o passar dos anos, em função das conquistas vivenciadas – como obtenção de créditos de instalação, construção das casas, cisternas e energia elétrica - só veio a solidificar-se. Indubitavelmente, todo esse cenário contribuiu para que a formação da identidade Sem Terra entre os assentados, estivesse ligada intimamente ao Partido dos Trabalhadores e a Lula.

Outro elemento crucial na consolidação da identidade Sem Terra dos agricultores do assentamento Mororó ao longo do tempo é a ênfase da coletividade. Tal ênfase desempenha um papel essencial na concepção e desenvolvimento de qualquer Projeto de Assentamento, apesar de muitas vezes contrastar com a abordagem predominantemente individualista adotada pela maioria dos trabalhadores rurais não afiliados a movimentos sociais do campo.

O subsequente tópico se dedicará à análise da dinâmica das relações coletivas estabelecidas no contexto do assentamento Mororó, destacando sua integração intrínseca à identidade Sem Terra dos moradores. Serão examinadas as contradições inerentes a essas relações coletivas entre os assentados, bem como os efeitos resultantes dessas contradições na vida dos agricultores do referido assentamento, e de que maneira tais impactos moldam os padrões de vida adotados

por cada unidade familiar. Adicionalmente, abordaremos as interações entre o assentamento e a cidade, e como tais interações influenciam a reconstrução da identidade dos assentados.

### **3.2 “A união faz a força” versus “se você quiser se mexer, se mexa só”<sup>32</sup>: As contradições das relações coletivas frente a identidade Sem Terra**

Antes do início do processo que culminou na ocupação das terras, os homens e mulheres do assentamento Mororó não haviam trabalhado coletivamente, ou muito menos tinham se unido para participar de qualquer outra movimentação social de luta e resistência. Por consequência, também não possuíam memórias capazes de elucidar como deveria ser realizada uma organização de tal porte, e precisaram de direcionamento. Tal suporte foi fornecido pela ação conjunta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova e da FETAPE, que por conta das muitas desapropriações de territórios já concretizadas, estavam familiarizados com o processo, necessidades e obrigações que envolviam a mobilização em torno da conquista de um Projeto de Assentamento.

As memórias de organização coletiva foram postas para os agricultores pelo STR e FETAPE, através de um movimento nomeado por Pollak (1992), como memórias herdadas. Para o autor: “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada” (p. 201). Nesse sentido, ambas instituições foram responsáveis em transmitir suas vivências, experiências e memórias para os trabalhadores rurais, através dos muitos encontros que tiveram. Essa interação permitiu que os agricultores pudessem integralizar a organização coletiva ao seu modo de luta e de vida, como revela o depoimento do assentado Fernando Ribeiro:

A FETAPE, através do sindicato, foi organizando, dizendo como era que a gente ia fazer. A gente teve muita visita da FETAPE, as pessoas que vinham saber como era que estava e dizer como era que a gente tinha que fazer” (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

---

<sup>32</sup> Trechos dos depoimentos da assentada Raimunda dos Santos e do assentado Ednaldo da Silva, respectivamente, em entrevista a nós concedida.

A primeira manifestação coletiva vivida pelos assentados foi a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Mororó dos Peixotos, regularizada antes mesmo da fase da ocupação. Através da associação, os agricultores passaram a eleger seus representantes, adquirir forças mobilizadoras perante o INCRA e participar das reuniões em prol da construção do assentamento. Ao se tornarem acampados, os camponeses iniciaram uma nova etapa do processo coletivo ao qual estavam submetidos, desenvolvendo responsabilidades sociais diferentes das que estavam acostumados a desenvolver em suas vidas anteriores ao assentamento.

Dentro do espaço do acampamento, os camponeses se uniram em grupos para erguer as barracas de lona preta, garantindo a participação de todos os chefes de família nesse processo. Suas decisões eram tomadas considerando o bem coletivo, mediante a escuta e ponderação das opiniões de todos os acampados presentes. Estabeleceram um sistema de rodízio, no qual cinco trabalhadores assumiram diariamente a responsabilidade de fiscalizar a terra. Além disso, organizaram-se diversas vezes para enfrentar as autoridades públicas e reivindicar seus direitos, como exemplificado pelas manifestações realizadas na sede do INCRA em Petrolina, Pernambuco.

As relações sociais estabelecidas no acampamento, em função da reivindicação coletiva por melhores condições de vida, colocam o enfrentamento entre acampados e poderes públicos como fator constituinte da identidade de classe dos trabalhadores rurais, pois como afirma Thompson (2004, p. 10), “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” Já para Ellen Meiksins Wood (2003, p. 76): “as formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem a partir do processo de luta, à medida que as pessoas ‘vivem’ e ‘trabalham’ suas situações de classe”.

Nesse sentido, podemos perceber que tanto a consciência de classe, quanto as lutas de classe assumidas pelos agricultores do assentamento Mororó, se fizeram ainda na fase do acampamento (espaço onde os agricultores viveram e trabalharam sua situação de classe). As dificuldades enfrentadas pelos Sem Terra (homens com identidade e interesses entre si), denunciaram a falta de interesse em realizar a Reforma Agrária assumida pelo Estado (homens cujos interesses diferem), gerando

mobilização entre os trabalhadores rurais. As lutas de classe forjadas no território do acampamento entre poderes públicos e acampados fizeram nascer entre os trabalhadores rurais do Mororó uma consciência de classe, responsável por reconstruir a identidade Sem Terra desses sujeitos. Sobre esse processo Pasquetti (2007) reforça que:

É na experiência cotidiana que os trabalhadores definem suas identidades de classe. As relações sociais estabelecidas no acampamento proporcionam novas posturas dos sujeitos. Não eram apenas despossuídos da terra, eram mais: estavam se transformando em lutadores; começava a ser formada uma organização, que a sociedade relegou ao seu próprio destino (Pasquetti, 2007, p. 72).

Dentro desta perspectiva, além de se tornar um espaço de reconstrução de identidades, o acampamento se torna também território de reconstrução de vidas. Local de sociabilidade, sob o qual as realidades dos agricultores são alteradas pela prática da coletividade. Nos assentamentos os agricultores participam de grupos, aprendem técnicas agrícolas e agrárias diferentes, trocam conhecimentos. Durante o dia a dia vivenciam e praticam valores que transcendem a individualidade. Solidariedade, cuidado com o próximo e preocupação, se tornam sentimentos intrínsecos a identidade Sem Terra, pois os camponeses entendem que “só a união faz a força”, como enfatiza a assentada Raimunda dos Santos em um trecho do seu depoimento.

Por outro lado, a mudança na forma organizacional, de individual para coletiva, demanda muito comprometimento e paciência por parte dos homens e mulheres que lutam por um assentamento, visto que a vida no acampamento também gera situações de afastamento, desentendimentos e conflitos (Pasquetti, 2007). Isso porque, cada indivíduo e família possuem necessidades diferentes, que variam de acordo com a idade e experiências de vida. Nem sempre é fácil ter que lidar com as subjetividades e vontades dos outros, que muitas vezes, batem de frente com convicções e desejos próprios.

Essa dinâmica de rejeição das ideias e posicionamentos coletivos, podem fazer com que alguns agricultores, ao se tornarem assentados, decidam produzir e se relacionar de forma individual, resignando-se a seu núcleo familiar, tal qual ocorreu no assentamento Mororó. É o que revela a fala do assentado Antônio Parente durante seu depoimento: “Aqui são trinta assentados [líderes das famílias]. Vamos dizer que

aqui tem vinte e três. Os outros não mora nem aqui. Dos vinte e três, oito combina bem as coisas e o resto faz por conta própria o que eles acha que tá certo. Aqui hoje não tem união”.

Os distanciamentos da vivência em grupo, percebida entre os trabalhadores rurais do assentamento Mororó, foram influenciados por uma série de fatores. Alguns dos agricultores não quiseram seguir na produção coletiva, por receio da responsabilidade geradas pela aquisição de empréstimos, visto que a prática demandava a obtenção de investimento bancário, como foi o caso do crédito agrícola contratado junto ao Banco do Nordeste, no valor de 25.000 R\$. Outros, decidiram se afastar da associação, por se frustrarem com a suposta falta de ajuda financeira, entendida por muitos como ponto fundamental da coletividade no assentamento.

Sobre uma dessas experiências negativas, o assentado Ednaldo da Silva narra o seguinte:

Nós tava trabalhando nessas casas aqui. João precisou de 100 reais pra fazer uma feira pra seus filhos. Com dez dias ele ia receber o dinheiro. Chegou na associação, pediu cem reais emprestado pra fazer a feira, e a associação disse que não tinha dinheiro, tendo. A gente sabia que tinha. Ai isso aí é associação? (Depoimento do assentado Ednaldo da Silva, em entrevista a nós concedida).

Este caso é um exemplo concreto de como as subjetividades e convicções pessoais influenciam nas relações entre os assentados. O Sr. João, a quem o agricultor Ednaldo se refere, era seu irmão, e havia cedido a vaga ao Sr. Ednaldo ainda durante a fase de ocupação, como já relatado. Após a criação do assentamento, o Sr. João continuou presente no lote de seu irmão, oferecendo ajuda, e inclusive participando do mutirão da construção das casas. Essa parceria despertou muita gratidão no assentado Ednaldo, que passou a entender e acreditar que João também tinha certo direito aos recursos do assentamento, posto que ele havia trabalhado em nome da coletividade, ajudando os integrantes do espaço. A associação, por sua vez, negou o acesso ao dinheiro, por julgar que esse só deveria ser utilizado em função dos integrantes do assentamento. O episódio foi retratado na ata de uma das reuniões da associação da seguinte forma:

Foi decidido que pessoas que não são assentadas, não podem ter o menor direito a benefício. Somente pessoas, que constam o seu nome

na RB<sup>33</sup>, tem direito a gozar de seu benefício. Temos o caso do assentado Ednaldo José da Silva. Ficou resolvido que seu irmão João José da Silva, não tem o menor direito sobre nenhum benefício ou sobre o assentamento Mororó dos Peixotos (Ata da reunião realizada no assentamento Mororó, as 09:20, do dia 02 de outubro de 2010).

Ao analisarmos a situação, percebemos que tanto o Sr. Ednaldo da Silva, quanto os dirigentes da associação dos trabalhadores do assentamento, possuíam definições diferentes de coletividade e dos indivíduos que a integra. A defesa de tal definição, geradora de conflito, revela que o assentamento, apesar de ser um espaço construído pela coletividade, abriga seres individuais, com pensamentos e ideais próprias. No geral, a convivência diária entre os assentados desperta momentos e situações nos quais a identificação e a diferença se apresentam e precisam ser assumidas. A escolha de um lado, positiva ou negativa aos interesses coletivos, dão espaço para que as singularidades desses indivíduos apareçam e aflorem, como podemos perceber no relato do assentado Fernando Ribeiro:

No começo era tudo coletivo, pra poder dar certo. Só que depois que a carruagem já tava decolada, andando, é que aparece situações que a gente precisa de todo mundo, e tem alguns que são resistentes, mas não todos. Mas assim, em todos os setores tem aquelas pessoas que nem vai, e nem quer que você vá. Por exemplo, você fala: “vamos ajeitar ali uma estrada que caiu uma grota pros carros passar”. Ai dizem: “vou não, isso ai é a prefeitura”. Mas quem vai passar somos nós. Quem vai sofrer somos nós. Eu vejo cair um pé de árvore na estrada e as pessoas dizer: “manda alguém da prefeitura vir”. Mas eu vou ficar sem passar, esperando que a prefeitura mande? A estrada é minha, eu que vou passar (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

Quando as oportunidades de conseguir um pedaço de chão se apresentam, os Sem Terra costumam se agarrar sem medir esforços, tal qual fizeram os assentados do Mororó. Nesse movimento, homens e mulheres assumem responsabilidades coletivas e muitas vezes anulam suas subjetividades, por entender que aquela, talvez seja a única chance de mudar de vida, livrando-se do patrão carrasco, do arrendatário explorador, do sentimento de obrigação e humilhação.

Ao se encontrarem no espaço do assentamento, longe das dificuldades que outrora trouxeram desesperança, alguns assentados sentem que a sua liberdade

---

<sup>33</sup> Relação de Famílias Beneficiárias do assentamento.

ainda não está completa, pois mesmo após tantos anos de luta e resistência, continuam precisando submeter-se a encontros, obrigações e relações pautadas na coletividade. Os agricultores passam então a sentir uma necessidade cada vez mais urgente em se expressar e se impor individualmente, trazendo à superfície facetas das suas personalidades que haviam sido abafadas pelas imposições do grupo. É durante o processo de busca por essa liberdade, que muitos assentados decidem abandonar a organização coletiva, focando sua vida e seus objetivos única e exclusivamente na propriedade individual.

Parqueti (2007) argumenta que o afastamento ocorrido entre os agricultores nos assentamentos também é influenciado pela forma em que o Estado administra esses espaços. Segundo o autor, ao dividir a terra desapropriada em lotes particulares, numerados e posicionados com certa distância um do outro, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reforça entre os assentados a ideia de que cada um é dono do seu próprio território, fomentando assim a individualidade entre eles. Além disso, os trabalhadores rurais tendem a se frustrar com a ideologia produtivista e economicista do Estado, que impõe uma série de exigências ao assentamento como a implementação de técnicas agrícolas, modelos de cooperação rural e trabalho em agrovilas. Isso porque o Estado não entende os assentamentos como espaços sociais estruturados sob uma temporalidade dinâmica, formados por projetos familiares, estruturados sob vários aspectos subjetivos e heterogêneos (Farias, 2008).

A cobrança para que o Projeto de Assentamento se torne um local de desenvolvimento financeiro, obedecendo a lógica capitalista, acaba agredindo as múltiplas necessidades e anseios das famílias assentadas, fazendo com que muitas delas se afastem da vida coletiva. Na grande maioria dos casos, os agricultores só estão interessados em viver tranquilos, tirando seu sustento da terra e da agropecuária, da forma que haviam sonhado anteriormente. Nesse sentido, o assentamento se confirma para os agricultores, como um local de obtenção de recursos em função da sua existência e de toda sua família, e não de aquisição de riquezas como parece pretender o Estado.

Parte do depoimento do assentado Antônio Parente revela que o valor de subsistência dado à terra é mais latente entre os trabalhadores rurais do Mororó, do que qualquer outro. Ao falar sobre o seu lote no assentamento, o agricultor afirma que: “foi onde eu comecei a criar meus *bixim*, que eu não trouxe nada da rua. Aqui é onde

eu crio minha vaquinha, eu crio minhas ovelhinhas, eu crio uma cabrinha”. Segundo Farias (2008), o uso do diminutivo em termos como “vaquinha”, por exemplo, visa caracterizar o sustento ao invés da intenção de ampliação do rebanho, e revela que os assentados desenvolvem a terra a partir do sentido de aconchego e fertilidade e não de acúmulo de capital.

Na tentativa de manter a referência de agricultor, gestada na terra enquanto “mãe que tudo produz e sustenta o filho”, os homens e mulheres que não tem pretensão de enriquecer no assentamento, buscam alternativas para se desvincular do modelo economicista exigido e imposto pelo Estado, que a eles trazem prejuízos. (Farias, 2008). Uma dessas estratégias encontradas é justamente o isolamento, a partir do qual os assentados tentam desenvolver uma agricultura baseada na sobrevivência, sem influências de políticas externas, limitadas ao seu próprio lote e afastada das práticas coletivas inerentes ao cotidiano no Projeto de Assentamento.

No entanto, mesmo nas experiências em que viver em conjunto se revela um processo frustrante e conflituoso, a coletividade ainda continuará sendo reconhecida e fará parte da identidade Sem Terra. Durante a experiência de vida dos agricultores, a organização coletiva exerce fundamental papel, levando a conquista da terra desejada por anos, um dos seus bens mais preciosos, responsável por transformar suas vidas. Tal importância e significância não são plausíveis de serem esquecidas pelas memórias dos assentados, e desse modo, continuam a compor a sua identidade indefinidamente. Não obstante, após o afastamento de muitos assentados, a coletividade continua sendo compreendida como fator necessário para prosperidade do espaço, como comprova os seguintes depoimentos dos agricultores do Mororó:

Depois que o povo chegou aqui é cada um por si, mas antigamente era coletivo. Se brincar, era muito melhor do que hoje. Hoje é como se cada um pudesse viver cada um por si, mas a união é muito importante. Se fosse tudo unido, tudo por uma boca só, eu creio que era pra ser muito, muito melhor. O assentamento seria mais desenvolvido, com certeza (Depoimento do assentado Osmir Roberto da Silva, em entrevista a nós concedida).

Aqui não existe esse negócio de brigas, de viver um diferente com o outro. Mas, no ponto de sentar e conversar e dizer o que é que é pra fazer aqui no assentamento, isso não existe. Cada um faz por conta própria. Se todo mundo fosse unido, o assentamento aqui era outro assentamento (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

Outra face da nova identidade assumida pelos agricultores assentados é percebida através da relação estabelecida com a cidade. Ao se tornarem assentados, os trabalhadores rurais passam a ocupar espaços sociais fora do assentamento, principalmente relacionados aos centros urbanos. Com a aquisição dos créditos de instalação, os agricultores movimentam o comércio local, fazendo compras de bens de consumo, insumos agrícolas e materiais de construção. Frequentam mercados, farmácias, postos de saúde e a feira da cidade, tanto para consumir, quanto para comercializar os produtos advindos do cultivo no próprio assentamento. Utilizam as igrejas do município para praticar sua religiosidade, e também se divertem em festas, bares, e pontos de encontro no geral, durante seus momentos de lazer. A interação entre assentamento e cidade, estabelecida através da ocupação desses espaços, possibilita que os assentados expressem e pratiquem sua nova identidade social, podendo refletir diretamente na concepção que os habitantes urbanos têm a seu respeito.

Conforme mencionado anteriormente, os camponeses envolvidos em movimentos de luta pela terra, são frequentemente percebidos sob o prisma da ausência, seja de recursos, ou mesmo de “coragem de trabalhar”, como define muitos moradores dos municípios em que ocupações para fins de Reforma Agrária são realizadas, tal qual ocorreu em Terra Nova. No entanto, ao ver a ocupação ser legitimada pelo Estado, com o estabelecimento do assentamento, e percebendo que os assentados não mais se encontram em situação de pobreza e abandono, alguns moradores que outrora tiveram um posicionamento preconceituoso a respeito dos Sem Terra, passam a rever sua posição. A nova identidade dos assentados, cada vez mais distante da falta de prosperidade, permite que esses indivíduos sejam enxergados a partir do que eles realmente são: homens e mulheres detentores de direitos, capazes de transformar sua existência, desde que tenham as oportunidades e recursos que a lei prevê.

O assentado Fernando Ribeiro, por exemplo, narra com orgulho e satisfação muitas das mudanças ocorridas em sua vida, desde que se tornou assentado:

Antes eu ia pro assentamento numa bicicletinha velha, e hoje eu cheguei a comprar já duas motos, tirada na loja. Tenho um *carrim* pra fazer a feira, o *carrim* não é novo mais serve, então tenho minhas coisas. Meus criatórios que eu não tinha. Lá eu crio de tudo um pouco. Hoje eu tenho vaca, hoje eu tenho cabra, tenho ovelha né. [...] Através do assentamento hoje eu tenho uma casa na rua, ajeitei a casa que

eu morava antes, desmanchei e fiz outra pra quando precisar. Então, tudo isso é coisa que eu jamais imaginava. Hoje quando eu olho assim eu digo: “menino, o que eu já passei”. Hoje minha casa é uma maravilha, boa, eu ajeitei, aumentei, do jeito que eu quis fazer né. Agradeço a Deus sempre por esses acontecimentos. Agora eu me sinto muito bom, me sinto mais realizado (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

Todos os depoimentos recolhidos durante as entrevistas, deixaram evidente que de forma geral, as realidades dos assentados do Mororó dos Peixotos foram positivamente alteradas pela participação no projeto de criação do assentamento. Tanto as concepções próprias, sentimentos e anseios; quanto a vida financeira, social e política, se transformaram em tal medida que, atualmente, os assentados não se reconhecem senão como assentados. A identidade ligada à humilhação, fracasso, dificuldade e obrigação foi totalmente reformulada nas terras do Projeto de Assentamento. O novo espaço proporcionou o nascimento e desenvolvimento de sentimentos como realização, felicidade, reencontro, pertencimento, tranquilidade e segurança, tal qual tornam evidente as narrativas dos assentados:

Quando eu entrei aqui [fase de ocupação] eu não me encontrava em casa, eu era um morador. Mas hoje eu não me encontro mais morador. Hoje eu me encontro dono de uma casa [...] que eu mesmo já reconstruí, com as minhas forças. Já fiz quartos, banheiro, alpendre. Tudo isso com meu esforço daqui [do assentamento], com recurso tirado daqui mesmo, não foi de canto nenhum não, foi daqui mesmo [...] tudo que eu tenho hoje foi adquirido aqui dentro, até meu carrinho, que eu renovei com recurso tirado daqui do assentamento [...] hoje eu me sinto muito bem. Me encontro outra pessoa daquele tempo em que eu vivia lá em Terra Nova, sofrido. Hoje eu me encontro outro homem. Eu morava na rua de aluguel, hoje eu moro no que é meu, por que daqui eu tenho certeza que ninguém me bota pra fora. Hoje eu me encontro com 72 anos, realizado da minha vida. Não quero outra vida melhor pra mim (Depoimento do assentado Antônio Parente, em entrevista a nós concedida).

Aqui tem sossego, graças a Deus. Tem onde a gente criar um porquinho, um bode. A vista do que eu já passei atrás, aqui pra mim eu to no céu, um pedaço do céu aqui, graças a Deus. Quando chove o cabra planta um feijãozinho, um milho, as vezes planta uma melancia. O que eu acho bom é que posso criar em cima do que é meu. A gente quer matar um bixim pra comer, a gente mata. Sem precisar comprar caro que nem os outros compram lá na rua, no mercado [...] hoje eu me sinto feliz, tenho onde criar sossegado (Depoimento do assentado Osmir Roberto da Silva, em entrevista a nós concedida).

Hoje eu me sinto muito bem. Vivo do meu esforço, do meu trabalho e acho muito bom aqui. Foi o único lugar que eu morei e gostei, foi aqui. Eu crio criação, eu crio vaca, eu crio porco, eu crio galinha. E eu queria na minha vida ganhar um pedaço de terra sossegado que eu pudesse cuidar dos meus *bixim*, que eu sempre gostei de criar [...] aqui os vizinhos são todos bons, maravilhosos. Aqui não tem mastigado, não tem conversa, não tem fuxico. Cada cá cuida de sua vida. Quando é de noite ta todo mundo em suas casas, cuidando de suas vidas. Ninguém olha pra vida de ninguém. Agora se você precisar, na hora que você der um grito, chega muita gente pra lhe ajudar, com certeza. Aqui tem essa bondade. Eu mesmo moro aqui e não me arrependo não, nunca me arrependi. Acho tão bonzinho aqui. Hoje eu me sinto bem, tranquila (Depoimento da assentada Raimunda dos Santos, em entrevista a nós concedida).

Hoje em dia, as memórias e identidades Sem Terra dos assentados do Mororó vivem uma conjuntura ou período calmo, como conceitua Michael Pollak (1992), pois, ambas trabalham por si só, e estão suficientemente construídas, instituídas e amarradas. Isso não quer dizer que os assentados estão limitados a serem sempre e apenas assentados, pois suas identidades, assim como as de todos os outros indivíduos, estão em constante movimento e transformação ao longo do tempo. Segundo Ciampa (1987 *apud* Alvaides; Scopinho, 2013), a identidade nunca será algo plenamente concretizado, pois ela se encontra em um eterno processo de concretização. Nesse sentido, a concretude da identidade é, justamente, a sua temporalidade: passado, presente e futuro, que por sua vez, só se esgota com a morte ou com a perda da própria identidade (sentimento de coerência) por meio de eventos patológicos.

A conjuntura ou período calmo a qual se refere Pollak (1992), oferecida aos assentados por meio da experiência no assentamento, reflete o conhecimento e a percepção que os agricultores do Mororó têm de si mesmos nos dias de hoje. No cenário atual, os assentados sabem e reconhecem suas forças. Enfatizam o seu poder de atuação e mobilização, reconhecendo o caminho da luta e da resistência. Enaltecem suas conquistas por entender que elas custam mais caro e exigiram mais esforço, do que para muitos. Têm orgulho da trajetória que construíram, sabendo que a moradia e a sobrevivência dos seus pares, foram forjadas pelos seus próprios passos e escolhas.

A segurança gerada pela conquista da terra, possibilita que os assentados enfrentem os problemas do assentamento de forma positiva, desde que o local permaneça sendo assistido. Tanto o governo federal representado pelo INCRA,

quanto a administração local e estadual, precisam continuar atendendo as reivindicações dos Projetos de Assentamento no intuito de garantir seu desenvolvimento físico e conseqüentemente a prosperidade pessoal e econômica do agricultor. Nesse sentido, assim como a identidade Sem Terra, é ideal que o assentamento seja um espaço em constante movimento e transformação, habilitado a oferecer recursos necessários para concretizar os objetivos dos seus moradores, que também se transformam e se expandem com o tempo.

O próximo tópico averiguará como se encontra o assentamento Mororó dos Peixotos dezessete anos após sua criação. Analisaremos quais organizações, entidades ou pessoas se fazem presente trabalhando para o desenvolvimento e manutenção do território, tentando estabelecer continuidades e rupturas entre a construção do Projetos de Assentamento e os dias atuais. Para tal, continuaremos utilizando os depoimentos dos assentados que residem atualmente no assentamento.

### **3.3 “Se fosse por Bolsonaro ele já tinha derrubado eras as cercas”<sup>34</sup>: o assentamento Mororó dos Peixotos dezessete anos após sua criação**

Entre a sua criação em 2007, até o ano de 2017, quando os assentados conseguiram o último empréstimo agrícola que se tem notícia, é notável que o assentamento Mororó dos Peixotos vivenciou um processo de desenvolvimento marcado pela instauração de infraestrutura básica para os assentados. As construções das casas, de reservatórios de água, instalação de rede elétrica e a delimitação dos lotes com criação de quintais produtivos e agrovilas, trouxeram condições necessárias para que os agricultores pudessem cultivar a terra e criar seus animais, no espaço do assentamento. Durante esse período, o INCRA promoveu reuniões e visitas ao P.A., no sentido de capacitar os agricultores e oferecer incentivos que pudessem contribuir para o crescimento do espaço, tal qual prevê a política de Reforma Agrária. Entretanto, esse cenário se alterou principalmente após o ano de 2018, segundo os depoimentos dos assentados.

Durante as entrevistas, foi unânime entre os trabalhadores rurais o apontamento de que nos últimos anos o INCRA parou efetivamente de atuar no assentamento. Um pequeno contingente de depoentes tende a relacionar o afastamento do instituto com a pandemia do COVID-19, elencando que desde o

---

<sup>34</sup> Trecho do depoimento do assentado Antônio Parente em entrevista a nós concedida.

aparecimento da doença, eles vivem por conta própria, como afirma a assentada Raimunda dos Santos em seu relato. No entanto, a grande maioria dos agricultores entrevistados, começaram a sentir a ausência do INCRA antes do aparecimento do vírus, associando-a especificamente ao início do Governo de extrema direita do ex-presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido), em 2019. O Sr. Osmir Roberto é um dos assentados que defendem esse ponto de vista narrando o seguinte:

O INCRA no começo foi muito bom. Deram assistência a gente e serviu muito, mas de certos tempos pra cá... vamos dizer ai, da época que Bolsonaro entrou, sem querer falar de política. Mas da época que ele [Bolsonaro] entrou pra cá, quebrou as pernas de nós aqui. Praticamente nós *tamo* abandonado [...] Bolsonaro desatualizou o INCRA que era quem dava assistência a nós, quem podia correr atrás, mas por enquanto, fechou as portas mesmo (Depoimento do assentado Osmir Roberto da Silva, em entrevista a nós concedida).

De fato, o governo Bolsonaro (2019-2022) foi um verdadeiro entrave para a efetivação das políticas de Reforma Agrária no Brasil. Desde a campanha eleitoral, Jair Messias Bolsonaro já discursava em prol da criminalização de movimentos sociais do campo, chegando a afirmar que esses eram compostos por marginais que deveriam ser tratados como terroristas (Bolsonaro, 2018). Durante os meses anteriores à eleição, o candidato a presidência defendeu e incentivou o armamento dos latifundiários, assim como o uso da violência contra os integrantes do MST e seus métodos de luta, deixando claro seu posicionamento favorável ao agronegócio e a propriedade privada. Sobre a postura violenta de Jair Bolsonaro frente aos Sem Terra lê-se:

Invasão de domicílio ou de propriedade outra, uma fazenda ou uma chácara, o proprietário pode se defender atirando, e se o outro lado resolver morrer, é problema dele. A propriedade privada é sagrada. Temos que tipificar como terroristas as ações desses marginais [MST]. Invadiu? É chumbo! (Bolsonaro, 2018)<sup>35</sup>.

Em concordância com suas colocações durante a campanha, ao ser eleito, Jair Bolsonaro propôs a Lei 13.870/2019, aprovada em setembro de 2019, que tornava permitido o uso de arma de fogo pelos proprietários rurais em toda a extensão

---

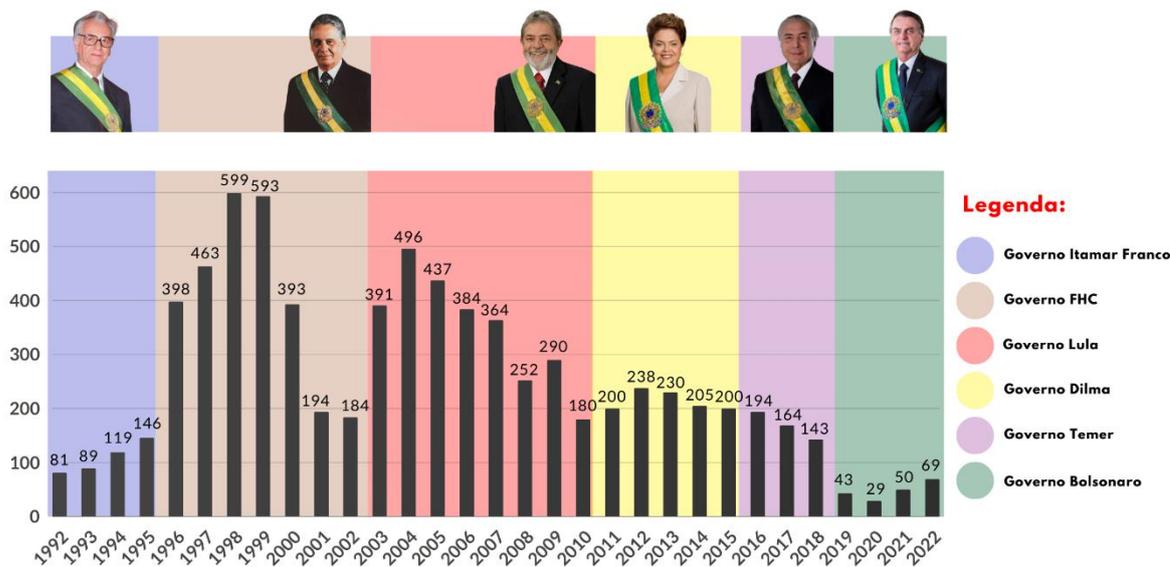
<sup>35</sup> Discurso de Jair Bolsonaro, na época deputado e pré-candidato do PSL à Presidência, proferido em palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro – RJ, em 21 de maio de 2018.

territorial da fazenda e não apenas dentro dos limites da residência, como era antes. A partir do último trimestre de 2019, os latifundiários passaram a ter respaldo na lei caso praticassem manifestações violentas contra indivíduos que ameaçassem sua propriedade privada. Um capítulo sombrio responsável por fomentar mais ainda os conflitos no campo, como apontam os dados da Comissão Pastoral da Terra. Segundo o órgão, em 2019 aconteceram 1.833 conflitos rurais, um aumento de 23% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 1.489. No que se refere ao número de assassinatos, houve um crescimento de 14% (de 28 para 32), enquanto nas ameaças de morte, foi percebido um acréscimo de 22% (165 para 201) em relação a 2018 (Pastoral da Terra, 2020).

A forte repressão e o posicionamento imoderado de Jair Bolsonaro perante os movimentos rurais, tiveram respaldo negativo nas lutas por terras para fins de Reforma Agrária, imediatamente após o início do governo (Fernandes *et al*, 2020). Por receio da violência dos latifundiários, legitimada e incentivada pela administração federal, vários militantes dos movimentos do campo, resolveram diminuir sua atuação no sentido de se resguardar fisicamente. Ao mesmo tempo, organizações e entidades não governamentais que custeavam os projetos de ocupações, passaram a retirar o incentivo financeiro dado aos movimentos, por temer que, ao continuar, sofreriam retaliações do governo e/ou dos representantes mais incisivos do agronegócio (Marque, 2021). Esse conjunto de fatores fez com que o número de ocupações de terras caísse drasticamente durante o governo Bolsonaro, como aponta o gráfico 6 a seguir.

**Gráfico 6** - Número de ocupações de terras realizadas no Brasil entre 1992 e 2022, separadas por ano e agrupadas por governos

## NUMERO DE OCUPAÇÕES DE TERRAS REALIZADAS NO BRASIL ENTRE 1992-2022



**FONTE:** Elaboração própria a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT.

Os dados apresentados pelo gráfico acima tornam evidente a efetivação da perseguição aos movimentos de luta pela Reforma Agrária ao longo de todo o governo Bolsonaro. Durante os primeiros 365 dias de gestão, foram estabelecidas apenas 43 ocupações em todo o território brasileiro, o pior número em 27 anos, caracterizando uma queda de 72% em relação ao último ano do governo Temer, que também já vinha registrando diminuição nos números do mesmo índice. Dentre os quatro anos da administração de Jair Bolsonaro, somente 191 ocupações de terras foram organizadas, o equivalente a apenas 12% das ocupações realizadas durante o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) do Partido dos Trabalhadores, ao qual Bolsonaro declara oposição abertamente.

As poucas ocupações realizadas em 2019 sofreram forte repressão por parte da administração federal e dos ruralistas. Durante o primeiro ano do Governo Bolsonaro, dezenas de militantes foram mortos, territórios ocupados se tornaram alvos de reintegração de posse, e inúmeros casos de despejos foram noticiados em todo

Brasil, a grande maioria seguido por episódios de muita violência<sup>36</sup>. Esse contexto hostil contribuiu para que os números de ocupações diminuíssem mais ainda em 2020, passando de 43 para apenas 20, como mostra o gráfico 6. A exemplo da postura truculenta de Bolsonaro perante as ocupações de terra, pode-se ler a seguinte manchete, noticiada no dia 7 agosto de 2019 pelo Jornal Brasil de Fato:

300 famílias acampadas nas imediações da BR-406, em São Gonçalo do Amarante (RN), são surpreendidas por uma ordem de despejo, que veio acompanhada de uma ação violenta de reintegração de posse: tratores passaram por cima das barracas e pertences dos acampados (Brasil de Fato, 2019).

O governo Jair Bolsonaro tratou também de destituir as ocupações de terras organizadas durante os anos anteriores a sua posse. Em fevereiro de 2019, por exemplo, o Juiz Amarildo José Mazutti, de Marabá - PA, determinou que 212 famílias fossem despejadas do acampamento Dalcídio Jurandir, localizado a 28 quilômetros do município de Eldorado do Carajás, no estado do Pará. A pretensão de despejo das famílias havia sido anunciada ainda em 2008, um ano após a ocupação, organizada durante o Governo Lula. No entanto, a reintegração de posse não chegou a ser efetivada, pois o INCRA, que na época mantinha uma boa relação com os Sem Terra, entrou em contato com a empresa proprietária do território, a Santa Bárbara Xinguara Agropecuária, com o intuito de negociar a compra das terras para fins de Reforma Agrária. O instituto começou uma extensa negociação com a empresa, mas não chegou a concretizar a compra por conta dos altos preços exigidos. Como a aquisição do terreno nunca chegou a ser feita de fato, a proprietária do latifúndio entrou novamente na justiça solicitando a reintegração de posse durante o governo Bolsonaro.

O despejo dos moradores do acampamento Dalcídio Jurandir foi aprovado em 2019, mais de 11 onze anos após a criação da comunidade. Desde 2008, o espaço

---

<sup>36</sup> **28/03:** *Pré-assentamento com mais de 20 anos luta contra ameaça de despejo no Paraná.* Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/28/pre-assentamento-com-mais-de-20-anos-luta-contra-ameaca-de-despejo-no-parana/>. Acesso em: 18, jul. 2024.

**23/04:** *Reintegração de posse em acampamento do MST deixa 400 famílias sem casa em SP* (Brasil de Fato, 2019). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/23/reintegracao-de-posse-em-acampamento-do-mst-deixa-400-familias-sem-casa-em-sp>. Acesso em: 18, jul. 2024.

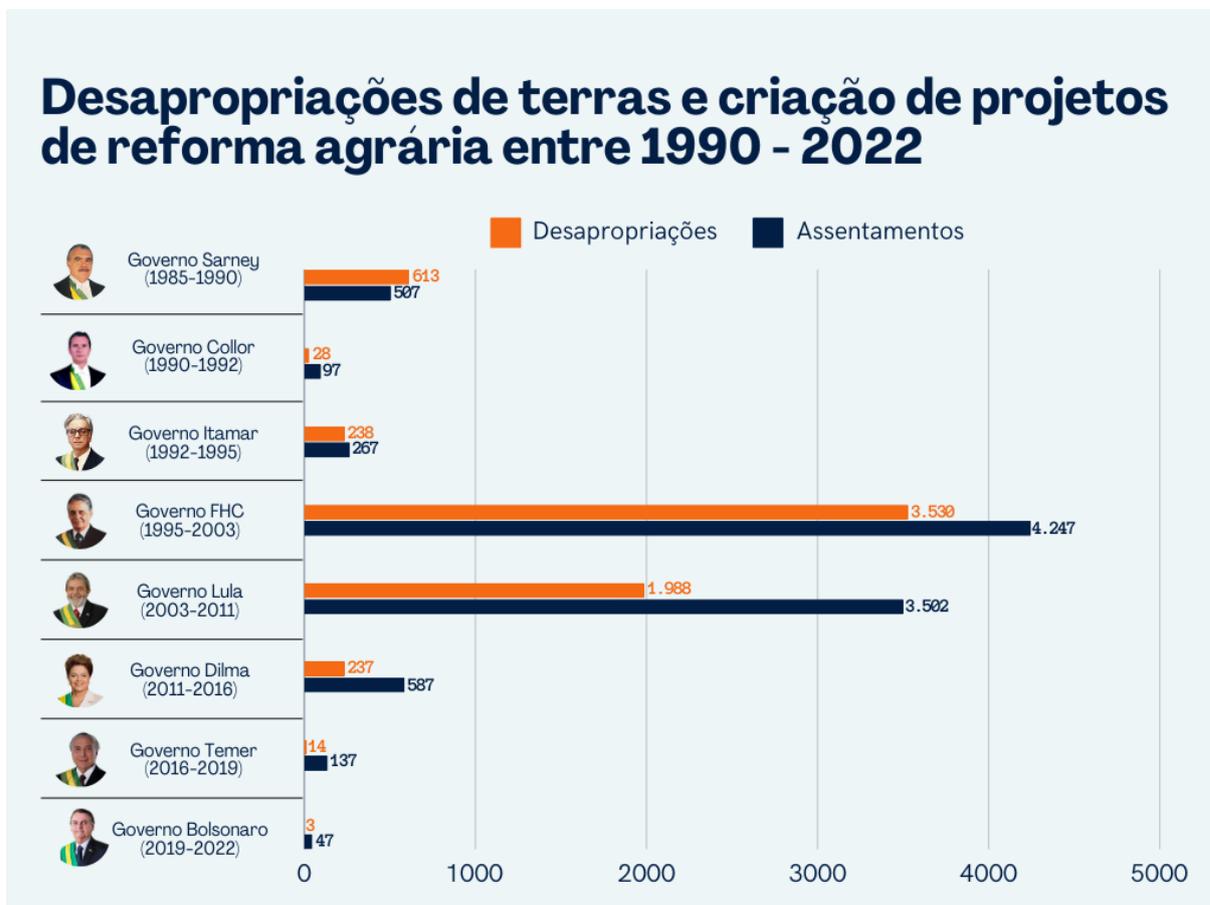
**06/10:** *Incra pede reintegração de posse de centro de formação de agricultores em assentamento de PE* (G1, 2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globorural/noticia/2019/10/06/incra-pede-reintegracao-de-posse-de-centro-de-formacao-de-agricultores-em-assentamento-de-pe.ghtml>. Acesso em: 18, jul. 2024.

vinha se tornando um forte contribuinte para a economia local, um local onde os acampados produziam bens de consumo como farinha de mandioca, peixes, frutas, legumes e hortaliças, e comercializavam em feiras e mercados de cidades vizinhas (*Front Line Defenders*, 2019). Na época em que a desapropriação foi homologada, não houve demonstração de interesse por parte do INCRA em negociar o latifúndio, tal qual havia ocorrido em 2008. A política de contrarreforma agrária de Bolsonaro praticamente paralisou as operações do órgão, não permitindo que o mesmo intercedesse pela comunidade do acampamento Dalcídio Jurandir.

Assim como em todas as instâncias regionais, a situação de enfraquecimento do INCRA, iniciada em 2019, foi sentida também em Pernambuco. Segundo a FETAPE, a partir desse período, o órgão passou a sofrer um desmonte institucional e orçamentário que prejudicou a Reforma Agrária e a agricultura familiar do estado. Cicera Nunes da Cruz, presidente da Federação desde 2018 até a atualidade, e primeira mulher a exercer o cargo, analisa o governo Bolsonaro e seu envolvimento com o INCRA da seguinte maneira: “O governo Bolsonaro sucateou as estruturas de governo e reduziu recursos para que a Reforma Agrária não acontecesse, a exemplo do Incra, que se manteve inoperante durante os seus quatro anos de mandato” (Cruz, 2023, p. 22).

Durante quatro anos de gestão, Jair Bolsonaro tomou decisões e praticou uma série de medidas que influenciaram no desmantelamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Fernandes *et al*, 2020). A primeira ação nesse sentido foi tomada em março de 2019, e consistiu na paralisação de mais de 250 processos envolvendo desapropriações e fiscalizações de terras que deveriam ser utilizadas no programa nacional de Reforma Agrária (Folha de São Paulo, 2022). A promulgação da suspensão se estendeu também para os mais de 1.500 processos de identificação e delimitação de territórios quilombolas. A atitude tomada pelo governo foi determinante para agravar as tensões no campo, inflar as decisões de reintegrações de posses e despejos de famílias acampadas, e reduzir o número de desapropriações de terras e construção de assentamentos rurais em todo o país, como pode ser percebido a partir do gráfico 7 a seguir.

**Gráfico 7** - Número de desapropriações de terras e de criação de projetos de Reforma Agrária dos governos brasileiros entre os anos de 1990 e 2022



**FONTE:** Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Segundo os dados do INCRA, reunidos no gráfico elaborado acima, ao longo do seu mandato, Jair Bolsonaro criou apenas 47 projetos de Reforma Agrária em todo território brasileiro, sendo três em 2019, oito em 2020 e dezoito em 2021 e em 2022. Os baixos números representam o pior índice para um governo desde a redemocratização do país, fazendo de 2019 em específico, a pior época para a Reforma Agrária desde 1985, quando também foram estabelecidos apenas três projetos de Reforma Agrária durante o primeiro ano do Governo Sarney.

Quando se analisa os números de desapropriações, percebe-se que o problema é ainda maior. Em quatro anos, apenas três projetos de Reforma Agrária foram construídos a partir da obtenção de terras improdutivas realizadas pela iniciativa do governo Federal, um índice nunca antes atingido. Em 2019, por exemplo, não foi realizada nenhuma desapropriação de terra no Brasil, uma vez que os três projetos

criados naquele ano, em Sergipe, Paraná e Pará, haviam sido titulados e delimitados em 2017, 2014 e 2018, respectivamente. O papel do INCRA nesses casos foi apenas de reconhecer as áreas, que inclusive, eram territórios quilombolas (TQ) e não projetos de assentamentos (P.A). Nesse sentido, é válido ressaltar que no primeiro ano do governo Bolsonaro não foi criado nenhum assentamento rural, uma comprobatória do empenho do governo em sucatear a agricultura familiar e paralisar a Reforma Agrária.

Outra medida adotada por Bolsonaro que reforça a afirmativa de desmantelamento do INCRA, foram as designações controversas de homens e mulheres ligados ao agronegócio e ao exército, para ocuparem cargos de poder relacionados ao instituto. O posto de secretário de assuntos fundiários do Ministério da Agricultura, por exemplo, chegou a ser ocupado por Luiz Antônio Nabhan Garcia, um produtor rural e inimigo autodeclarado dos movimentos sociais do campo, principalmente do MST. Nabhan Garcia também era presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR), uma organização patronal truculenta, historicamente associada à práticas violentas de combate a ocupações de terra e assassinato de trabalhadores rurais (Alentejano, 2020), e assim sendo, corroborava e fortalecia o discurso armamentista e radical de Bolsonaro contra os movimentos rurais.

Parte do discurso violento de Nabhan Garcia pode ser lido na matéria escrita pela revista *Veja* a respeito da diminuição das ocupações de terra no Brasil. Na ocasião, o secretário de assuntos fundiários afirmou orgulhosamente que o armamento dos fazendeiros e o corte de verbas destinadas a organizações não governamentais, contribuíram para a queda das ocupações, afirmando que:

Se o ladrão souber que o dono da casa está bem armado, é óbvio que ele não vai entrar na casa. Há outro fator fundamental: já avisei aos movimentos de terras que propriedade invadida não será desapropriada, ao contrário do que aconteceu no governo do Fernando Henrique e do Lula. Eles faziam uma apologia à invasão. Não teve mais patrocínio do dinheiro público federal para invasão de terra. Não teve mais convênios. No Pontal do Paranapanema, era invasão toda semana, porque tinha um convênio entre o Incra e o governo do estado, os dois trabalhavam em favor do MST (Garcia, 2021).

A posição contrária à Reforma Agrária, que por Lei deve ser realizada e financiada pelo INCRA, fez com que Nabhan Garcia e Jair Bolsonaro instituíssem uma

extensa diminuição orçamentária no instituto, outra medida tomada pelo governo em função de desestruturá-lo. De acordo com o relatório de gestão do INCRA, em 2019 houve uma redução de orçamento no instituto de mais de 68% em relação ao ano anterior. Enquanto em 2018 foram disponibilizados 357 milhões de reais para as ações de “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária”, “Promoção da Educação do Campo” e Consolidação de Assentamentos Rurais”, em 2019 foram contabilizados apenas 113 milhões. Desse montante, cerca de 80%, ou seja, mais de 90 milhões, permaneceram indisponíveis (bloqueados) até final de novembro de 2019. Nesse sentido, durante o primeiro ano do Governo Bolsonaro, o INCRA dispôs de apenas 23 milhões de reais a serem administrados em decorrência do desenvolvimento dos assentamentos brasileiros, uma quantia irrisória visto a quantidade de Projetos de Assentamentos existentes.

O relatório de gestão expôs ainda, que dentre as ações do INCRA, a mais prejudicada pelo corte orçamentário foi a “Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária” (ATER). A partir de 2019, não foram realizados novos contratos com empresas terceirizadas para prestar assistência aos assentamentos, e todos os contratos que estavam em vigência foram suspensos a contar do mês de maio do referido ano. Tal conjuntura, corrobora a perspectiva apresentada pela grande maioria dos assentados do Mororó dos Peixotos: de que o INCRA parou de dar assistência ao assentamento imediatamente após o início do governo Bolsonaro. Em seu depoimento, o assentado Antônio Parente relata que antes do governo Bolsonaro era comum haver visitas de fiscais do INCRA no assentamento. Porém, o cenário começou a mudar a partir de 2020, uma alteração que o agricultor atribui a administração do ex-presidente.

A diminuição orçamentária do INCRA realizada ao longo do Governo Bolsonaro, se agravou ainda mais em 2021. Segundo dados apresentados por Araújo e Sobrinho (2022), no ano supracitado, houve cortes orçamentários de 99,9% dos recursos destinados à assistência Técnica e Extensão Rural, 94,6% na aquisição de terras, 93,4% na concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas e de 99,5% no capital destinado à Reforma Agrária e regularização fundiária. Em contrapartida, para o mesmo período, foram reservados mais de 2 bilhões de reais a serem utilizados no pagamento de precatórios, ou seja, dívidas com os latifundiários que conseguiram na justiça elevar o valor por terras desapropriadas por improdutividade, um acréscimo de 22% em relação aos números de 2020 (Folha de São Paulo, 2020).

Além de impedir que o INCRA adquirisse terras para construção de novos assentamentos rurais, o governo Bolsonaro tratou também em transformar territórios de assentamentos já reconhecidos em terras públicas novamente. Para tal, o ex-presidente iniciou uma campanha massiva de emissão de Títulos de Domínio (TD), documento que transfere o lote rural de forma definitiva ao assentado. Uma vez de posse do Título de Domínio, o agricultor passa a ter total controle sobre a terra, podendo inclusive vendê-la, enquanto o Estado deixa de ser responsável pela sua manutenção e desenvolvimento. Segundo Cícera Nunes da Cruz (2023), a já mencionada presidente da FETAPE, a titularização de terras isenta o governo da obrigação de disponibilizar benefícios sobre os quais os agricultores têm direito, como os créditos de instalação, por exemplo. Essa situação condiciona muitos assentamentos ao fracasso, principalmente os que ainda não estão consolidados, pois perante a falta de moradia, água potável e energia elétrica, além da impossibilidade de plantar e criar gerada pela falta de recursos, muitas famílias que conseguem o Título de Domínio acabam desistindo da experiência enquanto assentados, sendo praticamente obrigados a vender suas terras e tentar sobreviver em outro lugar.

A comercialização das terras dos assentamentos, desencadeada pelos problemas decorrentes da titularização, resultou na reincorporação desses territórios ao domínio público, promovendo a sua utilização para os interesses do agronegócio e do latifúndio. Segundo Fernandes *et al* (2020), a política de concessão de título de domínio aos assentados praticada por Bolsonaro, visava exatamente esse objetivo: isentar o estado de suas obrigações em relação à Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que fragilizava as vidas das famílias assentadas, obrigando-as a venderem seus lotes. Desse modo, além de fomentar a disputa territorial, os títulos de domínio emitidos entre 2019 e 2022, serviram também para beneficiar o mercado de terras e os interesses dos ruralistas. A respeito desse processo, a Presidente da FETAPE complementa:

Com a documentação da terra em mãos dos assentados e assentadas, pessoas mal-intencionadas que não são público-alvo da Reforma Agrária têm pressionado os trabalhadores e as trabalhadoras a venderem suas terras a “preço de banana”. Muitos deles se submetem e entregam suas terras devido aos problemas econômicos que vivem com suas famílias já assoladas pela crise da pandemia e da economia que o Brasil ainda enfrenta (Cruz, 2023, p. 23).

O panorama de exclusão e abandono ao qual a Reforma Agrária e os assentamentos do Brasil estiveram expostos durante o governo Bolsonaro, teve influência direta no funcionamento e desenvolvimento do assentamento Mororó dos Peixotos. Entre 2019 e 2022, nenhuma fiscalização ou visita do INCRA chegou a ser feita, uma vez que o governo cancelou o contrato com a empresa DELTA, prestadora de serviços assistencialistas ao assentamento. Esse rompimento das relações contribuiu para que o espaço se mantivesse o mesmo em matéria de infraestrutura ao longo de toda gestão Bolsonaro. Durante esse período, os assentados também não tiveram acesso a nenhum tipo de financiamento para trabalhar a terra, adquirir sementes, animais ou matérias agrícolas. A ausência de recursos disponibilizados pelo Estado, fez com que a produção agrícola do assentamento caísse em relação aos anos anteriores, reduzindo o ganho financeiro dos assentados, e paralisando o crescimento do Projeto de Assentamento. O assentado Fernando Ribeiro deixa evidente a situação vivida no assentamento ao longo do governo Bolsonaro enfatizando que: “Dentro do governo Bolsonaro a gente fez foi perder um monte de coisa. Parou, estagnou. A gente não ia pra lugar nenhum”.

O termo “um monte de coisas” ao qual o agricultor Fernando Ribeiro se refere, representa tanto a perda de direitos, negligenciados durante a gestão de Jair Bolsonaro, quanto a perda de bens materiais. No decorrer da crise gerada pela má administração do governo, agravada pela pandemia do vírus SARS-CoV-2, alguns dos assentados do Mororó foram obrigados a comercializar determinadas posses adquiridas através do trabalho no próprio assentamento. Meios de transportes como carros, motos e carroças, e utensílios agrícolas de valor como forrageiras, por exemplo, tiveram que ser vendidos na tentativa de complementar a renda e promover o sustento do núcleo familiar de alguns agricultores.

Outros assentados, impulsionados pelo mesmo objetivo, passaram a investir na criação de animais que em teoria exigiam baixo custo de aquisição e manutenção, como porcos, por exemplo. A prática do criatório suíno, exigiu certa adaptação entre os trabalhadores rurais, já que parte deles não possuíam experiência, e se encontravam privados da assistência técnica do INCRA, que tem o dever de capacitá-los. Nesse sentido, além de serem desapossados de direitos institucionais e de muitos dos seus próprios patrimônios, alguns assentados do Mororó perderam também sua autonomia agrícola e pecuária durante o governo Bolsonaro, pois, foram forçados a trabalhar visando apenas a superação da necessidade financeira gerada pela gestão

deficiente do presidente da república, tendo que abrir mão de suas subjetividades e aptidões, sem a mínima ajuda ou incentivo do Estado. Em seu depoimento, o assentado Osmir Roberto, narra parte desse processo da seguinte maneira:

Eu não gostava de criar porco, mas quando foi um certo dia, eu comprei um porco e uma porca. Quando eu cheguei aqui Antônio [sogro] disse: “Rapaz, eu acho que essa porca tá amojada”. E eu queria matar o diabo da porca e deixar o porco. Mas eu segurei o diabo da porca. Comprei os dois na época, por 450 e ele [vendedor] me deu 15 dias de prazo. Quando a porca pariu, eu vendi a porca com os 5 bacurim por 1.100 conto. Eu tenho nojo de mexer com lavagem. Se eu mexer perto da hora do almoço eu não almoço mais. Se mexer perto da hora da janta eu não janto. Mas aí eu disse: “Eu vou ter que começar a criar nem que seja na ração cara”. Por que mesmo criando na ração cara, quando a porca pare ou o cabra mata, vende e dá pra suprir. (Depoimento do assentado Osmir Roberto da Silva, em entrevista a nós concedida).

A assistência técnica prestada aos assentamentos, só foi restabelecida a partir de 2023, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva reassumiu a chefia do poder executivo do País. Visto pelos movimentos sociais do campo como o único capaz de retomar a Reforma Agrária, o Partido dos Trabalhadores (PT) iniciou sua terceira gestão, recuperando políticas públicas de incentivo aos assentamentos que haviam sido descontinuadas durante a administração de Jair Bolsonaro, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)<sup>37</sup>, e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, por exemplo. Por meio do Plano Safra da Agricultura Familiar, lançado em junho de 2023, o governo federal disponibilizou cerca de 200 milhões de reais a serem aplicados em políticas de assistência técnica e extensão rural. A verba beneficiou tanto as comunidades agrícolas tradicionais, quanto as criadas a partir da Reforma Agrária, como os assentamentos, sendo que do montante total disponibilizado, 20% foi direcionado especificamente para a região do semiárido brasileiro (Anater, 2023), na qual o assentamento Mororó está localizado.

Os incentivos à agricultura familiar e à assistência técnica para os assentamentos foram direcionados ao assentamento Mororó dos Peixotos, já no início do segundo semestre de 2023, um mês após o lançamento do Plano Safra. Em 20 de

---

<sup>37</sup> O Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) é um programa federal destinado aos moradores dos assentamentos brasileiros, responsável em promover o acesso à educação superior, por meio das instituições federais de ensino (GOV.BR).

julho, na Secretaria de Agricultura do Município de Terra Nova, ocorreu um evento denominado “30 Famílias em Foco”, que contou com a participação de representantes do INCRA, do vice-presidente do assentamento e do secretário de agricultura da cidade. O propósito dessa reunião foi discutir e planejar ações para fortalecer a agricultura praticada pelas trinta famílias assentadas, incluindo a renovação de documentos e o acesso a linhas de crédito agrícola. Em relação ao evento, a prefeitura municipal emitiu a seguinte nota:

A pasta da Agricultura recebe suporte [do INCRA] para auxiliar 30 famílias que compõem o Assentamento Mororó dos Peixotos na atualização do CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), Certidão do Assentamento e emissão do espelho do beneficiário assentado. A presente atualização tem o objetivo de permitir que os assentados estejam aptos a acessar as linhas de crédito voltadas para o setor (Prefeitura de Terra Nova – PE, 2023).

**Figura 4** - Pôster de divulgação do Encontro “30 Famílias em Foco”, realizado em Terra Nova – PE, no dia 20 de julho de 2023<sup>38</sup>



**FONTE:** Prefeitura Municipal de Terra Nova – PE, 2023.

<sup>38</sup> À esquerda, de mochila nas costas e óculos sobre a camisa, está um dos funcionários do INCRA, seguido por Antônio Carlos dos Santos, mais conhecido como Antônio de Dôca, vereador da cidade de Terra Nova – PE, e filho da senhora Raimunda dos Santos, assentada do P.A. Mororó. No centro da

A reunião entre os funcionários do INCRA, incluindo o assentado Fernando Ribeiro, e o Secretário da Agricultura, João Bosco Ferreira da Silva, foi um marco significativo na reconstrução da relação entre o assentamento Mororó dos Peixotos e o governo federal. Este encontro não apenas simbolizou o restabelecimento do diálogo entre ambas as partes, mas também sinalizou uma reaproximação do poder federal com o governo local no que diz respeito à efetivação da Reforma Agrária no município.

A escolha de realizar a reunião em um prédio da prefeitura, em vez de nas dependências do próprio assentamento ou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como comumente era feito, pode ser interpretada de diversas formas. Por um lado, pode indicar o comprometimento da administração local com o assentamento, reforçando os laços estabelecidos entre o governo municipal e o assentamento, visando diferentes objetivos. Por outro lado, também pode evidenciar o interesse e disposição dos próprios assentados em fomentar a parceria estabelecida entre o assentamento e o município, uma vez que essa também traz benefícios para os agricultores, como a atenuação de problemas existentes no assentamento, como a seca por exemplo.

Um dos entraves mais persistentes enfrentados pelos agricultores do assentamento desde a sua criação é a prolongada ausência de chuvas na região. O assentado Fernando Ribeiro conta em seu depoimento, que antes mesmo da ocupação da fazenda Mororó, a estiagem já era identificada como obstáculo para as futuras atividades agrícolas do P.A., e que por vezes, até mesmo os moradores da cidade, questionavam os acampados sobre a decisão de viverem em uma área tão escassa de recursos hídricos, utilizando expressões como: "vocês são doidos, vão pra um lugar daquele morrer de sede" (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida). Entretanto, a situação de seca da região se agravou consideravelmente entre os anos de 2012 e 2013, período no qual em Pernambuco foram registradas poucas e mal distribuídas precipitações pluviométricas, principalmente no sertão, resultando em aumentos insignificantes nos níveis de água em praticamente todos os reservatórios utilizados para abastecimento (Asfora; Lima; Lacerda, 2017).

---

imagem, de camisa preta e óculos, está o Sr. Fernando Ribeiro, assentado e atual vice-presidente do assentamento, seguido de outro funcionário do INCRA e do Sr. João Bosco Ferreira da Silva (à extrema direita), Secretário da Agricultura do município.

A persistente baixa da pluviosidade experimentada em Pernambuco a partir de 2012 se estendeu pelos anos seguintes até o momento atual da elaboração da presente pesquisa. Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2020, mais de 70% do território pernambucano se encontrava em situação de seca, sendo que dentre os 184 municípios que integram o estado, 114 estavam em posição de emergência devido a desastres naturais (Folha de Pernambuco, 2020). A redução das chuvas e a consequente queda das reservas hídricas se mantiveram durante todo o ano de 2021, levando o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, a declarar estado de calamidade em 55 cidades do estado.

No ano de 2023, a crise desencadeada pela escassez de precipitação voltou a se agravar, atingindo uma extensão alarmante de 88% de todo território da região Nordeste, levando 106 municípios de Pernambuco a declararem estado de emergência, incluindo a cidade de Terra Nova. Diante desse cenário, reuniram-se em Recife – PE, na sede da Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), representantes governamentais do Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Bahia, Paraíba, Ceará e Pernambuco, com o intuito de debaterem propostas para reverter os problemas causados pela seca. Na ocasião, o Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco, José Almir Cirilo, chamou atenção para o aumento da crise no estado explicando que: “O quadro de escassez hídrica que é demonstrado pelo monitor de seca, ele vai se tornando mais vermelho, o que significa níveis mais acentuados de seca, então efetivamente isso vai aumentar ao longo dos próximos meses” (Diário de Pernambuco, 2023).

A ausência de chuvas em Pernambuco vivenciada ao longo dos últimos tempos ocasionou impactos negativos consideráveis sobre parte da população e dos meios de subsistência do estado. Atividades agrícolas, como o cultivo do milho e do feijão, sofreram quedas substanciais na produção a partir de 2012 (Asfora; Lima; Lacerda, 2017), afetando severamente a sustentabilidade de muitas comunidades da agricultura familiar. Além disso, no setor agropecuário, houve uma notável diminuição do rebanho bovino, gerando uma consequente redução da bacia leiteira do estado, e um aumento no preço dos produtos lácticos (G1, 2023). No entanto, é importante destacar que no assentamento Mororó dos Peixotos, apesar de ser reconhecida como um problema, a seca e seus efeitos não foram sentidos com tanta intensidade como em outras regiões, em grande parte devido às medidas proativas tomadas pela prefeitura local.

Conforme discutido no segundo capítulo, o fornecimento de água potável para o assentamento Mororó é formalmente realizado por meio de subsídio federal, através do programa Operação Carro-Pipa (OCP), comandado atualmente pelo Exército Brasileiro. Este programa é direcionado aos municípios que se encontram em estado de calamidade pública devido à estiagem, sendo executado pelas organizações militares dos estados e regiões afetados pela seca. No contexto do sertão pernambucano, onde está situado o P.A. Mororó, a condução do programa Operação Carro-Pipa está a cargo do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (72º BIMtz), sediado na cidade de Petrolina, Pernambuco. O objetivo primordial do 72º BIMtz é planejar, coordenar e fiscalizar a captação, o transporte, a desinfecção e a distribuição de água potável no sertão pernambucano, das quais as mediações rurais da cidade de Terra Nova fazem parte, como ilustra a figura 5 a seguir:

**Figura 5** - Calendário de fornecimento de água realizado pelo 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (72º BIMtz) no assentamento Mororó dos Peixotos, entre novembro de 2023 e novembro de 2024

CALENDÁRIO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA - 72º B I MTZ																																				
MUNICÍPIO:		TERRA NOVA										PERÍODO:		01/11/2023 ATÉ 30/11/2024																						
PIPEIRO:		EDELGARD JANUÁRIO PEREIRA										CAP. PIPA M:	15,00	MANANCIAL:																						
PLACA:		JRT6068										TELEFONE OME:	(87)988123336	(302) - IBO BELEM DO SAO FRA PE																						
COR DO VEICULO:												NÚM. CARTÃO:	134198	DISQUE-DENÚNCIA:		LACRE DM:		7152																		
LOTE:		LOTE - 04 TERRA NOVA										TELEFONE PIPEIRO:	(87)988767640	LACRE PIPA:																						
GCDA	LOCALIDADE	RESPONSÁVEL	MAN.	Nº Cartão	Pop	Dist	Car	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	
71375	ASSENTAMENTO MORORO	ANDERSON TAVARES TAVARES VIEIRA	302	1169895	100	111	4	1																												
100373	FAZENDA SUSSUARANA 1	AURIA MARIA PEIXOTO	302	3020347	100	74	4	1																												
19394	RANCHARIA	BRASILINO JOAO DOS SANTOS	302	5246370	98	119	4																													
71378	TRINCHEIRA	MARIA HELENA SILVA ALVES	302	3020484	43	90,5	2																													
SOMA								341	394	14	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1



EDELGARD JANUÁRIO PEREIRA  
CONTRATADO



2º SGT AILTON CORREA PEREIRA  
CHEFOP ENTREGA DE CALENDÁRIO DE FORNECIMENTO

**FONTE:** Secretaria da Agricultura de Terra Nova – PE, 2023.

De acordo com o cronograma de distribuição de água acima, delineado pelo 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (BIMtz), entre novembro de 2023 e novembro

de 2024, estão programados para ocorrer quarenta e oito abastecimentos no assentamento Mororó dos Peixotos, a serem realizados nos dias 2, 9, 17 e 23 de cada mês. Levando em consideração que cada abastecimento é realizado por carros-pipa com capacidade para 12 mil litros, estima-se que cada família assentada tenha cerca de 400 litros de água disponíveis em suas cisternas semanalmente, ou seja, aproximadamente 57 litros de água para consumo diário. Esses números revelam uma lacuna entre a real oferta de água no assentamento e a proposta do programa Operação Carro-Pipa, que define a disponibilização mínima de 20 litros para consumo de cada beneficiário (Gonzaga; Júnior; Torre, 2020).

Tendo em vista que a grande maioria dos núcleos familiares do assentamento Mororó são constituídos por mais de dois indivíduos, é possível afirmar que 57 litros de água não são suficientes para atender a demanda requerida para as atividades cotidianas de uma família composta por três ou mais pessoas. Além disso, essa quantidade está significativamente abaixo da recomendação estabelecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que estipula que cada pessoa deve ter acesso a pelo menos 50 litros de água limpa por dia para garantir sua sobrevivência e bem-estar (Cerqueira; Albuquerque; Sousa, 2017).

Diante desse cenário, a fim de impedir que a população do assentamento Mororó sofra com a falta de água e com os efeitos da seca, a prefeitura da cidade de Terra Nova, por meio de iniciativa e recursos próprios, tem disponibilizado mais quatro carros-pipas adicionais destinados ao assentamento. Ao contrário do programa federal executado pelo Exército, a água cedida pelo poder municipal pode ser utilizada tanto no consumo, quanto nas atividades agrícolas e pecuárias do assentamento. Tal complemento tem se tornado de extrema importância para os assentados, principalmente em extensos períodos de estiagem e grave crise econômica, pois a água enviada pela prefeitura permite que agricultores reguem seus quintais produtivos, preservando-os e garantindo a manutenção de algumas práticas agrícolas reservadas a subsistência das famílias assentadas, como o plantio de feijão e milho, por exemplo.

Ao que consta em alguns dos depoimentos dos assentados, a atividade pecuária também é uma prática garantida pelo incentivo da prefeitura no abastecimento de água do assentamento. Segundo relatos, além de disponibilizar água potável nas cisternas das famílias, o poder municipal também oferece carros-

pipas com finalidade de abastecer o açude coletivo do assentamento e assegurar o consumo dos animais, evitando que estes padecem durante as prolongadas estiagens e que os agricultores tenham possíveis prejuízos financeiros com a perda do rebanho. Sobre o processo de fornecimento de água destinado ao reservatório do assentamento, a agricultora Raimunda Gomes dos Santos conta o seguinte:

A gente tem açude grande lá no mato [...] e aí a prefeitura dá o [carro] pipa pra colocar agua no açude pros animais. As vezes a gente bota o gás, outras vezes a gente paga a diária do motorista. A água do [carro] pipa é por conta da prefeitura. Ela [a prefeita] deu essa ordem a nós e a gente faz desse jeito. Aí é muito bom né. Só é falar com eles e o pipa vem. Passa o domingo todim aqui botando água e não falta água pros bichos nem pra gente (Depoimento da assentada Raimunda Gomes dos Santos, em entrevista a nós concedida).

De acordo com o que foi declarado pela assentada Raimunda dos Santos, requerer água para o açude do assentamento é um processo muito simples, uma vez que a relação entre assentamento e prefeitura é muito aberta e “sem besteira”, como pontua a agricultora. Conforme seu relato, para conseguir o fornecimento, é necessário apenas que o assentado se dirija a secretaria de agricultura do município e solicite um carro pipa durante qualquer domingo ou feriado do mês, períodos em que os motoristas estão oficialmente disponíveis para realizar trabalhos extras.

Uma vez agendado o atendimento, a prefeitura disponibiliza o carro-pipa, e paga a diária do pipeiro interessado no serviço, uma quantia avaliada em torno de 200,00 R\$ (duzentos reais) segundo o depoimento da Sr. <sup>a</sup> Raimunda dos Santos. O motorista é então autorizado a realizar cerca de 9 abastecimentos, ou seja, aproximadamente 108 mil litros de água, e os assentados ficam responsáveis em pagar pelo combustível do veículo e fornecer comida durante o dia em que o motorista estiver abastecendo o açude. Quando ocorre do carro-pipa já estar abastecido, ou de a prefeitura já ter custeado provisoriamente pelo combustível, fica a cargo dos assentados a quitação da diária do pipeiro, que geralmente é dividida entre os agricultores que têm interesse na cheia do açude.

O sistema de fornecimento de água ao assentamento realizado pela prefeitura funciona de forma regular e aparentemente satisfatória, chegando até mesmo a superar a constância e a qualidade do abastecimento urbano, feito através da empresa Compesa. O assentado Fernando Ribeiro, que trabalha no Sindicato dos

Trabalhadores Rurais da cidade de Terra Nova, conta em seu relato que costumava transportar água do assentamento para sua residência na zona urbana, pois na cidade, comumente faltava água nas torneiras. Sobre essa situação o agricultor comenta:

Teve um tempo aí que na cidade abriam as torneiras e não tinha água nem pra lavar as mãos, mas no assentamento, lá em casa, água nunca faltou. Às vezes eu trazia os garrafões de água lá de casa pra rua porque não tinha. Quando eu abria a torneira chega chiava (Depoimento do assentado Fernando Ribeiro, em entrevista a nós concedida).

A agricultora Raimunda dos Santos corrobora o apontamento de que o assentamento é bem abastecido pela prefeitura, se mostrando permanentemente contra a ideia de outra empresa assumir tal responsabilidade. Segundo a assentada, há um interesse declarado da administração local em trazer saneamento básico para o assentamento, principalmente no que se refere à distribuição de água potável. No entanto, ela se opõe a essa ideia, argumentando que a Compesa, empresa cotada para executar o projeto, não possui capacidade para manter um padrão de qualidade constante, assim como tem sido feito pela prefeitura de Terra Nova - PE. Em seu depoimento a Sr. <sup>a</sup> Raimunda Gomes dos Santos conta:

A gente tem água aqui de pipa, mas vem da prefeitura. Nunca faltou água aqui nas cisternas. Nós bebe água de cisterna e eles [poder local] estão lutando para botar água encanada. Só que eu não sou a favor. Não concordo muito não, sabe por que? Por que a Compesa não é que nem a Celpe [companhia de energia elétrica]. Ela [Compesa] não dá um serviço de qualidade. Por que a Celpe, faltou energia, você ligou pra eles, a energia chega. E a Compesa, você passa de mês sem água e ela não tá nem aí. Não dá nem as caras (Depoimento da assentada Raimunda Gomes dos Santos, em entrevista a nós concedida).

No contexto da inconstância da prestação de assistência técnica por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), principalmente durante os anos sombrios do governo Bolsonaro, a prefeitura Municipal de Terra Nova - PE se consolidou como uma entidade paradoxalmente confiável. Embora possa ter seus próprios interesses políticos em jogo, é muitas vezes a única instituição na qual os assentados podem confiar para obter ajuda e manter a sustentabilidade do assentamento. Desde 2017, a não ser pela construção do postinho de saúde realizada

pela própria prefeitura em 2022, a estrutura física do assentamento Mororó dos Peixotos parece ter estagnado, refletindo a falta de suporte técnico contínuo, assim como a ineficácia ou mesmo ausência de políticas públicas federais em prol da efetivação da Reforma Agrária. No entanto, apesar das dificuldades, os assentados continuam vivendo na esperança de um futuro melhor, confiando na capacidade de superação e na possibilidade de um apoio consistente, tanto por parte do governo federal atual, quanto por parte das autoridades locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo desta pesquisa empreendeu uma análise abrangente das diversas fases e complexidade subjacente aos procedimentos envolvidos na seleção de terras para a constituição do assentamento Mororó, assim como na mobilização dos agricultores para participarem deste empreendimento. Ademais, a investigação histórica das ocupações de terras em Pernambuco possibilitou uma compreensão mais aprofundada da dinâmica da luta dos trabalhadores rurais pela garantia de acesso à terra no estado, a qual é conduzida por meio da mobilização de diversos movimentos sociais, cada qual com sua própria estrutura e abordagem, moldadas pela conjuntura histórica e pelas demandas específicas de suas comunidades.

Neste contexto, tornou-se evidente que não há uma abordagem universal que prescreva os passos a serem seguidos durante o processo de luta pela construção de um projeto de assentamento. Cada movimento rural engajado na causa da Reforma Agrária desenvolve suas próprias estratégias de atuação na reivindicação por terra. As táticas adotadas, como revelado pelos resultados da pesquisa a partir do estudo realizado sobre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) ao longo do primeiro capítulo, foram influenciadas tanto pelas experiências acumuladas por estes movimentos, quanto pelas suas construções ideológicas e políticas, alterando-se ou mesmo se reformulando totalmente, de acordo com o período e as reivindicações populares, assim como ocorreu com a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.

A pesquisa também revelou que os movimentos sociais do campo, incluindo os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, desempenham não apenas o papel de espaços de socialização, mas também se configuram como locais onde se constrói um ideal político muitas vezes distante da realidade do pequeno agricultor Sem Terra. Ao se engajarem em um movimento de luta pelo acesso à terra, os trabalhadores rurais passam a reconhecer e reivindicar seus direitos, um processo exemplificado pelos agricultores que hoje residem no assentamento Mororó dos Peixotos. Esta luta não se limita à fase de ocupação, mas se intensifica durante o período de acampamento e continua mesmo após a conquista do assentamento, pois cada uma

dessas etapas apresenta desafios e demandas específicas como demonstrado ao longo de todo segundo capítulo.

No contexto de um assentamento da Reforma Agrária, as demandas que surgem só encontram resposta por meio de uma intensa luta e reivindicação. Mesmo após o estabelecimento do assentamento Mororó dos Peixotos, os assentados se viram obrigados a se mobilizar para obter infraestrutura básica, como estradas, acesso à água potável, construção de moradias e transporte escolar. Esta conjuntura ressalta que a luta nessas comunidades é contínua e ininterrupta. Nesse sentido, o assentamento Mororó dos Peixotos se transformou em um espaço de resistência, conforme definido por Feliciano (2006, p. 119), tornando-se um ponto de partida em um processo contínuo de luta pela afirmação da sobrevivência dos assentados enquanto classe social.

O terceiro capítulo da pesquisa elaborou uma análise sobre a identidade dos Sem Terras do assentamento Mororó dos Peixotos, destacando a importância da memória coletiva para sua construção. Através das entrevistas conduzidas com os assentados, tornou-se evidente que o espaço do assentamento se transformou também em território de reconstruções de identidades, pois sua conquista permitiu aos agricultores se enxergarem enquanto sujeitos sociais e politicamente reconhecidos. A partir das coletas dos relatos, percebeu-se que as experiências vivenciadas durante o processo de construção do assentamento desempenharam um papel crucial na consolidação da visão de mundo dos agricultores e na compreensão de seus papéis como agentes de transformação social. Além disso, essas experiências foram fundamentais para uma mudança de consciência em relação às suas próprias identidades, ou seja, a imagem que os assentados possuem de si mesmos, conforme definido por Pollak (1992), cuja conceituação foi aplicada ao longo do estudo. Apesar de bem estabelecidas e conectadas, as identidades dos trabalhadores rurais do assentamento Mororó, estão em constante mudança, pois, os elementos que as constroem sofrem alterações cotidianamente, influenciadas pelo contexto social e político a nível local, regional e nacional.

As entrevistas realizadas com os assentados proporcionaram ainda uma visão íntima das transformações sociais, econômicas e culturais vivenciadas por estes indivíduos após a conquista da terra. Além disso, a pesquisa revelou a relevância dos órgãos governamentais no processo de desenvolvimento do assentamento, destacando tanto os desafios enfrentados quanto as conquistas alcançadas em

termos de infraestrutura, assistência técnica e acesso a políticas públicas. A realização do estudo tornou evidente que a atuação dessas instituições, principalmente a nível local, foi determinante para a construção e solidificação do assentamento Mororó, assim como para a melhoria da qualidade de vida dos assentados. Estas descobertas destacam a importância da cooperação entre a comunidade e as instituições governamentais para o sucesso e a sustentabilidade de projetos de Reforma Agrária como o assentamento Mororó dos Peixotos.

Em contrapartida, a contextualização do assentamento frente ao cenário político da Reforma Agrária dos últimos anos evidenciou a importância de problematizar as questões estruturais que envolvem a distribuição de terras no Brasil. A forma e distinção sob as quais as questões do campo são tratadas de acordo com cada governo vigente, tornam nítido que as políticas de aplicação da Reforma Agrária ainda têm muito que evoluir. É injusto, incorreto e até mesmo contrário aos princípios institucionais que as pautas relacionadas ao acesso à terra sejam negligenciadas ou enfraquecidas de acordo com o contexto político e os interesses dos governantes. A instabilidade e a inconsistência nas políticas agrárias contribuem para a perpetuação da desigualdade no acesso à terra e para a desestruturação de projetos de assentamento já consolidados, tal qual o Mororó dos Peixotos. Portanto, é fundamental que haja um compromisso contínuo e consistente por parte do Estado em garantir o acesso equitativo à terra e promover políticas agrárias que atendam às necessidades e aos direitos dos agricultores, independentemente das mudanças de governo.

A elaboração deste estudo sobre o assentamento Mororó dos Peixotos, principalmente fundamentado na análise das memórias dos assentados, destacou a relevância da História Oral como metodologia acadêmica. Esta abordagem contribuiu significativamente para a compreensão do processo de formação e desenvolvimento desses espaços, assim como para compreender o impacto exercido na vida das famílias envolvidas. A coleta de relatos não apenas permitiu reconstruir a história do assentamento e as trajetórias pessoais dos agricultores nesse processo, mas também ressaltou a importância da preservação das memórias coletivas como parte essencial da identidade histórica do assentamento e da região.

Diante do exposto, espera-se que esta pesquisa propicie uma ampliação nos horizontes de reflexão e discussão acerca da relevância dos assentamentos rurais enquanto arenas de resistência, mobilização política e edificação de estruturas sociais

mais equitativas e inclusivas. Que as reflexões aqui traçadas sirvam para fomentar um diálogo substancial sobre a centralidade dos assentamentos rurais na construção do tecido social e que a história do assentamento Mororó dos Peixotos possam inspirar novas pesquisas, políticas públicas e ações em prol da Reforma Agrária e da dignidade no campo.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de Reforma Agrária**. Fortaleza: UFC, 2000. Apresentação. IPA 2023. Disponível em: <<https://site.ipa.br/apresentacao/>>. Acesso em: 26, jan. 2024.
- ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ALVAIDES, N. K.; Scopinho, R. A. De sem-terra a sem-terra: memórias e identidades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 288–297, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Ry9sDwyTKqV6XrBxrDMqXKC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 abr. 2024
- ANDERSON, Perry. “O Brasil de Lula”. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 91, p. 29, nov, 2011. Disponível em: <<https://novosestudos.com.br/produto/edicao-91/#gsc.tab=0>>. Acesso em: 7, abr. 2024.
- ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; Sobrinho, Fernando Luiz Araújo. O Avanço do Neoliberalismo e a Reforma Agrária Brasileira. **Geopauta**, Vitoria da Conquista, ano 2022, v. 6, p. 24, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/geop/a/pBGhNqQGxCSFdwgNWVc3MBk/>>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas Camponesas: Formação, Luta e Enfraquecimento. *In* Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação, V, 2010, Maceió. **Anais [...]**. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-historia/2626747>>. Acesso em: 22, abr. 2024.
- ARAÚJO, Tânia B. **Descentralização e Reforma Agrária: um processo em discussão**. Brasília: 1998. Projeto de cooperação técnica INCRA/IICA. Mimeo. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/handle/11324/11732>>. Acesso em: 23, abr. 2024.
- ASFORA, Marcelo Cauás; Lima, Maurílio; Lacerda, Mauro Roberto de Souza. Diagnóstico da seca 2011-2016 em Pernambuco: impactos e políticas de mitigação. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, n. 44, p. 247-274, jun. 2017 Disponível em: <[https://seer.cgee.org.br/parcerias\\_estrategicas/article/view/855](https://seer.cgee.org.br/parcerias_estrategicas/article/view/855)>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- BERGAMASCO, Sonia Maria; Norder, Luiz Antônio Cabello. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRAGON, Ranier. Bolsonaro incrementa verba para ruralistas e reduz quase a zero a Reforma Agrária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8, set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/bolsonaro-incrementa-verba-para->

ruralistas-e-reduz-quase-a-zero-a-reforma-agraria.shtml>. Acesso em: 21, mar. 2024.

BRAGON, Ranier. Incra sob Bolsonaro troca desapropriações e assentamentos por emissão de títulos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/incra-sob-bolsonaro-troca-desapropriacoes-e-assentamentos-por-emissao-de-titulos.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Senado Federal. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

BRITO, Eduardo Martins. **MST: Uma Análise De Seu Programa e Práticas Políticas Sob Os Governos Do PT**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

BRUNO, Regina. & Medeiros, Leonilde de. **Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos Rurais**. Brasília: INCRA/FAO/MDA, 2001.

BUDÔ, Marília Denardin. **A questão agrária e o MST no contexto de criminalização do social**. Tese (Mestrado em Pensamento Político Brasileiro) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

CARTER, Miguel. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 4, p. 124–164, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/102>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: Carvalho, J.M. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.

CERQUEIRA, Joaci dos Santos; Albuquerque, Helder Neves de; Sousa, Francisco de Assis Salviano de. Operação de «Carro Pipa» para convivência com a seca e o desperdício de água potável no Semiárido Paraibano. **Revista Espacios**, [s. l.], v.

38, n. 11, p. 19, 2017. 0798 1015. Disponível em:  
<<https://www.revistaespacios.com/a17v38n11/17381120.html#contenido>>. Acesso em: 1, abr. 2024.

CHONCHOL, M. E. F. de; D'Incao, M.C. (coord.). **Genèse d'une politique et gestion locale**: Des familles bóias-frias renouent avec la terre dans l' État de São Paulo. Paris: Cahiers du Brésil Contemporain, 1989.

CRÉDITO instalação. **Incra**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/credito>. Acesso em: 22 jan. 2024.

ERINALDO Vicente Cavalcanti; Soares, S. HISTÓRIA ORAL ENTRE REFLEXÕES E MEMÓRIAS: Revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico. **Revista Observatório**, v. 2, n. 2, p. 426–426, 30, mai. 2016. Disponível em:  
<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2126>>. Acesso em: 23, abr. 2024.

FARIAS, M. de F. L. de. O cotidiano dos assentamentos de Reforma Agrária: entre o vivido e o concebido. In: Ferrante, V. L. S. B.; Whitaker, D. C. A. (Org.). **Reforma Agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. São Paulo: UNIARA, 2008.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**: a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; JUNIOR, João Cleps; FILHO, José Sobreiro; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Izá. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 343, 2020. Disponível em:  
<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, 2000. Disponível em:  
<<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/issue/view/18>>. Acesso em: 4, abr. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. OSAL - Observatório Social da América Latina. **Debates**. Buenos Aires, ano IX, número 24, p. 73-85. 2008. Disponível em: <  
<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf&ved=2ahUKEwiF-cG09tiFAxUBq5UCHTUiAjkQFnoECBsQAQ&usq=AOvVaw21oH1w0MPbSrVBbuTvpEM>>. Acesso em: 23, abr. 2024.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos rurais: entre a cultura da dádiva e novas perspectivas de participação. In: **Congresso Brasileiro De**

**Sociologia**, 11., 2003, Campinas, SP. Disponível em:

<[https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=106&limit=50&limitstart=0&order=date&dir=ASC&Itemid=170](https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=106&limit=50&limitstart=0&order=date&dir=ASC&Itemid=170)>. Acesso em: 8 fev. 2024.

**FETAPE**. Disponível em: <<https://www.fetape.org.br/fetape>>. Acesso em 2, dez. 2023

FETAPE realiza doze novas ocupações nesse início de ano. **Jornal da Fetape**.

Recife, v. 2, n.10, 10, mai. 2006, p. 1. Disponível em:

<[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.fetape.org.br/imagens/jornal/Jornal\\_da\\_Fetape\\_Abril\\_2006\\_Internet.pdf&ved=2ahUKEwjI4q3XxqaFAxVJpZUCHaPdDnsQFnoECBAQAQ&usg=AOvVaw0uwNmkGUB-Is2VBtdmeS\\_u](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.fetape.org.br/imagens/jornal/Jornal_da_Fetape_Abril_2006_Internet.pdf&ved=2ahUKEwjI4q3XxqaFAxVJpZUCHaPdDnsQFnoECBAQAQ&usg=AOvVaw0uwNmkGUB-Is2VBtdmeS_u)>. Acesso em: 3, abr. 2024.

FETAPE segue firme e atuante na luta pela regularização fundiária e no combate à violência no campo. **Revista Fetape**: Edição Especial 60 anos, Recife, abr. 2023, p. 23. Disponível em:

<<https://www.fetape.org.br/imagens/publicacoes/REVISTAFETAPE.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

FILHO, George Avelino. Clientelismo e Política no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 38, v. 1, p. 229, mar, 1994. Disponível em:

<<https://novosestudos.com.br/produto/edicao-38/>>. Acesso em: 5, abr. 2024.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GONZAGA, Josimar Torre; Junior, Eden Cavalcanti de Albuquerque; Torre, Elizangela Alves. Contribuição Social Do Exército Brasileiro Na Distribuição De Água Potável Na Região Semiárida Do Nordeste Brasileiro: Estudo De Caso No Município De Frei Martinho - Paraíba, Brasil". **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 576–595, 2020. Disponível em:

<[https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao\\_ambiental/articloe/view/7390](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/articloe/view/7390)>. Acesso em: 1, abr. 2024.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias**: Resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Incra retoma terras de quase 100 mil assentados. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/incra-retoma-terras-de-quase-100-mil-assentados-bjatjz0k0vyxmvnk6nazq85e6/>>. Acesso em: 31, jan. 2024.

**JORNAL Pastoral da Terra**, Edição Especial. Ano 44, Nº 244, abr, 2020. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/81-edicoes-de-2020/14205-jornal-pastoral-da-terra-numero-244-especial>>. Acesso em: 14, mar, 2024.

KYRILLOS, Aimé. Estados do Nordeste se unem para buscar soluções de convivência com a estiagem. **Diário de Pernambuco**, Recife – PE, 4, dez. 2023. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2023/12/nordeste-sofre-com-a-seca-e-representantes-buscam-solucoes.html>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

LACERDA, Nara. Retrospectiva 2019: O MST na mira de Bolsonaro e o aumento da violência no campo. **Brasil de Fato**. São Paulo – SP. 30, dez. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/30/retrospectiva-2019-or-o-mst-na-mira-de-bolsonaro-e-o-aumento-da-violencia-no-campo>>. Acesso em: 19, mar. 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 1. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LIMA, Wellington Santana. **O MST e a questão democrática em Pernambuco e no Brasil: Práticas internas e perspectivas para a sociedade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Campina Grande. Campina Grande, 2008.

MARQUES, Hugo. Governo Bolsonaro registra queda histórica de invasões de fazendas. **Veja**, São Paulo, 29 dez. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/governo-bolsonaro-registra-queda-historica-de-invasoes-de-fazendas>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTEI, Lauro. Reforma agrária e programas de assentamentos rurais. In: Brasil, Ministério do desenvolvimento Agrário. Núcleo de estudos Agrários e desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate**. Coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain et al. Brasília: neAd, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabiola. **História oral: como fazer, com o pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MIRANDA, Priscila. Em PE, seca causa morte de rebanho e derruba em 70% a produção de leite. **G1 Pernambuco**, Recife – PE, 20, mar. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/03/em-pe-seca-causa-morte-de-rebanho-e-derruba-em-70-producao-de-leite.html>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MISNEROVICZ, José Valdir. Importância dos acampamentos na luta pela terra e Reforma Agrária popular no MST. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária** - Curitiba - PR - 1 a 5/11/2017. Disponível em: <<https://singa2017.wordpress.com/anais-do-singa-2017/gt-06/>>. Acesso em: 17, abr. 2024.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das ligas camponesas do Brasil (1969). In: Stedile, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do Quilombo na África. In: **Revista USP**, n. 28, São Paulo, 1996. Disponível em: [https://biblio.fflch.usp.br/Munanga\\_K\\_OrigemEHistoricoDoQuilomboNaAfrica.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_OrigemEHistoricoDoQuilomboNaAfrica.pdf). Acesso em: 17 abr. 2024.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **Uma leitura dos conflitos na produção do assentamento Rural da fazenda Jupira no município de Porto Feliz**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PASQUETTI, Luis Antônio. **TERRA OCUPADA: Identidades Reconstruídas 1984 - 2004**. 2007. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PAULA, Valdete Padilha Batista de; Rodrigues, Maria Emilia. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e a luta por justiça social no campo. **Caderno Intersaberes**, São Paulo, n. 10, v.7, 28, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1080/880>>. Acesso em: 23, abr. 2024.

PESQUISA revela que brasileiros condenam invasões do MST. **Canal Rural**, 2009. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/agricultura/pesquisa-revela-que-brasileiros-condenam-invasoes-mst-42785/>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 23, abr. 2024.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. A Liga: Resistência e Organização Política Dos Trabalhadores Rurais (1962-64). **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 17–49, 2018. Disponível em: <<https://erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17756>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

RAPCHAN, Eliane Sebeika. **De identidades e pessoas**: um estudo de caso sobre os sem terra de Sumaré. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia.

**RELATÓRIO de Gestão do INCRA**, 2019, p. 36. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/prestacao-de-contas>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

**RELATÓRIO de Gestão do INCRA**. Exercício 2007. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/incra2007.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ROMEIRO, Adhemar; Guanziroli, Carlos Enrique; Sergio Leite. **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda (o relatório da FAO em debate). Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a Reforma Agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. **Dados**, vol. 47, nº 3, 2004, p. 473–503. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/L9pyczRwGxZPQ8wvLBxqyLp/?lang=pt>>. Acesso em: 23, abr. 2024.

SANTOS, Aristides. A Reforma Agrária no Governo Lula. **Jornal da FETAPE**. Ano 3, n. 14, set. 2007. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www.fetape.org.br/imagens/jornal/Jornal\\_da\\_Fetape\\_Agosto\\_2007\\_Internet.pdf&ved=2ahUKEwjf9qy\\_9iFAXWEqZUCHc4LAPwQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw0tcpPh9OKJFjlbPiSofGDk](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www.fetape.org.br/imagens/jornal/Jornal_da_Fetape_Agosto_2007_Internet.pdf&ved=2ahUKEwjf9qy_9iFAXWEqZUCHc4LAPwQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw0tcpPh9OKJFjlbPiSofGDk)>. Acesso em: 23, abr. 2024.

SANTOS, Erlando Marques dos. **Lutas sociais, memória e espaço de resistência camponesa no assentamento Bartolomeu em Bonito de Santa Fé- PB**. 2015. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2015.

SAUDER, Sérgio. O significado dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. In: Brasil, Ministério do desenvolvimento Agrário. Núcleo de estudos Agrários e desenvolvimento Rural. **Assentamentos em debate**. Coordenação Caio Galvão de França, Gerd Sparovek. Colaboradores Antônio Márcio Buainain et al. Brasília: neAd, 2005.

SECA avança em Pernambuco e atinge mais de dois terços do território. **Folha de Pernambuco**, Recife - PE, 22, out. 2020. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/seca-avanca-em-pernambuco-e-atinge-mais-de-dois-tercos-do-territorio/159167/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SEIBEL, Erni; Oliveira, Heloísa. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 138, Abr, 2006. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/17989>>. Acesso em: 5, abr. 2024.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, jun/2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/fmTgynDdws3VBpWCVBm59Dn/>>. Acesso em: 3, abr. 2024.

SILVA, José Gomes da. Ocupação e invasão. In: Görgen, Frei Sérgio (Coord.). **Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra em Porto Alegre**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SILVA, Paulo Andrade Caetano da. **Sindicalismo em Pernambuco em tempos de ditadura: relações dissonantes entre senhores de engenho/usineiros e trabalhadores rurais em Catende durante a ditadura militar (1963-1968)**. 2021. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

**SITE Genealogia Pernambucana**. Disponível em: <<https://www.araujo.eti.br/familia.asp?numPessoa=20644#inicioCorpo>>. Acesso em 04, jan. 2024.

SOARES, Luiz Felipe. **Unidade versus pluralidade: a construção política da representação sindical da categoria agricultor familiar em Pernambuco**. 129f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SOUZA, Eliton Felipe de. A memória como ferramenta para uma historiografia regional. *Revista de História Regional*, v. 27, n. 1, 24 jun. 2022. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/871>>. Acesso em: 23, fev. 2024.

SOUZA, Maria Antônia. **A formação da Identidade Coletiva: Um estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema**. 251f. (Dissertação de Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação/UNICAMP, 1994.

SOUZA, Miriam Karine; Jacob, Carlos Eduardo; Gama-Rodrigues, Joaquim; Zilberstein, Bruno; Cecconello, Ivan; Habr-Gama, Angelita. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. **ABCD Arq Bras Cir Dig**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abcd/a/PZYGqFG7mwwDH9sBzZjZ4Vw/?lang=pt&format=pd>>. Acesso em: 23, abr. 2024.

TODOROV, Tezvetan. **Memoria Del mal, tentación Del bien** – lindagación sobre El siglo XX. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

VALVERDE, Thiago Pellegrini; Silva, Denise Vital e. O voto facultativo como verdadeira expressão da democracia no Brasil. In: **Direitos fundamentais e democracia II** [Recurso eletrônico on-line], organização CONPEDI/UFSC; coordenadores: Vita, Jonathan Barros; Maliska, Marcos Augusto. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <

<http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=124>>. Acesso em: 9, fev. 2024.

VIEIRA, Tatianny Lorena. **Programa Minha Casa Minha Vida: Continuidade Da Cultura Política Da Dívida**. 2013. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia - GO.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

ZANELLA, Francis Casagrande; Piccin, Marcos Botton. Assentamentos rurais, poder público local e a legitimação de novos beneficiários de política pública em um contexto municipal. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 46, 16 out. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41910>>. Acesso em: 23, mar. 2024.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Roteiro de questões para entrevista semidirigida aplicadas durante as entrevistas com os assentados do assentamento Mororó dos Peixotos – PE

- 1) Como era a vida antes de ser assentado (a)? Onde vivia, com o que trabalhava?
- 2) Você participou do processo de ocupação que iniciou a formação do assentamento? Se sim, o que lhe motivou a montar acampamento?
- 3) Como foi a fase de ocupação? Como eram organizados os acampamentos? Quais dificuldades enfrentadas?
- 4) Como você se vê enquanto parte desse processo?
- 5) Quem ou quais organizações contribuíram positivamente para a criação do assentamento? Qual foi o trabalho exercido por essas organizações?
- 6) Você acha que o governo da época contribuiu para a criação do assentamento? Por quê?
- 7) Atualmente, como é a vida no assentamento? Quais atividades realizadas?
- 8) Sua vida está melhor agora como assentado (a)? Se sim, o que mudou?
- 9) Como você se sentia enquanto indivíduo antes de conseguir seu lote de terra?
- 10) Como se sente agora enquanto indivíduo, tendo sua terra para plantar, colher e criar?
- 11) As famílias assentadas têm acesso à educação, saúde e saneamento básico?
- 12) As famílias têm acesso a crédito para desenvolver as terras?
- 13) Atualmente, quais as organizações que ajudam o assentamento a crescer e se desenvolver? Como elas ajudam?
- 14) A prefeitura tem exercido algum papel na construção e crescimento do assentamento? Se sim, o que tem sido feito?
- 15) Quais as dificuldades que as famílias assentadas enfrentam nos dias de hoje?
- 16) A organização do assentamento é feita de forma coletiva ou individual?
- 17) Na sua opinião, a organização coletiva do assentamento é importante? Por quê?
- 18) Possui outra moradia, em outro lugar, além do assentamento?
- 19) Já pensou em deixar seu lote de terra e se mudar do assentamento? Por quê?

## APÊNDICE B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS COM OS ASSENTADOS

### 1) RELATO DE ANTONIO DE JESUS PARENTE

#### **Como era a vida do senhor antes de ser assentado? Onde vivia, com o que trabalhava?**

Antes de ser assentado morava em Terra Nova, depois que me casei né, fui embora pra Terra Nova. Em tempo de solteiro, era lá na Serrita, lá no Baixio do Fumo, mas depois que me casei vim pra Terra Nova e minha vida em Terra nova depois que me casei foi muita pesada. Quando nasceu minha primeira menina, que foi Joseane, doente, e eu sem ter um tostão. Através do finado João Vidal comecei a comprar um *bixim*, matando e apurando pra pagar o dono, e o *ganhozim* pra ir mantendo minha casa. Mas sofrida, muito sofrida essa vida. Eu não era aposentado, sofria muito, muito, muito, muito mesmo.

Aí foi quando surgiu o assentamento que depois de tudo eu entrei nele né. Um não pôde, e eu entrei nele. Aí foi quando começou melhorar minha vida. Não tava aposentado, mas quando eu vim pra aqui, vim pra debaixo de um pé de imbuzeiro que tinha aqui, que aqui não tinha casa, não tinha nada. Eu peguei a família, trouxe pra debaixo desse pé de imbuzeiro aí, e passamos um bocado de dias. Puxamos um fio de energia de lá de João Januário, só pra ter um bico de luz ali debaixo do imbuzeiro, e aí eu comecei a ficar por aqui. Tudo era mato, não tinha casa, não tinha nada, foi quando surgiu.

Aqui sempre se candidatava um presidente do assentamento, foi quando um dia eu me botei a me candidatar para presidente. Aí nessas alturas, parece que os outros não queria eu, não sei por que, e botaram mais dois. Mas eu ganhei dos dois deles. E foi por aí que o assentamento começou a sair, durante esse tempo que eu passei sendo presidente, por que isso aqui, na receita federal, não constava assentamento, aqui constava só mata. Mas quando eu entrei, já começou a surgir as casas, começou a surgir essas cisternas, começou a melhorar a vida do assentamento, e hoje eu tô aqui no céu. Aposentado eu, aposentado a mulher, e graças a Deus hoje eu me encontro no céu nesse assentamento.

**O senhor lembra o ano que virou presidente?**

Agora ai ... Eu acho que... Já tem 13 anos que eu moro aqui, e isso eu tinha três anos que eu tava aqui, quando eu entrei pra presidente.

**Como foi a fase de ocupação? Como eram organizados os acampamentos? Quais dificuldades enfrentadas?**

O assentamento aqui, eles fizeram um acampamento lá do outro lado, naquele pé de serrote. Fizeram umas barraca e ficaram lá esperando que o INCRA vinhesse pra resolver esse negócio e eles passaram muito tempo lá. Quando o INCRA veio e organizou, surgiu uma história de que quem tivesse uma casa na rua, não podia ter um lote aqui, ai fizeram uma nova eleição pra 17 que não pôde ser. Pra 17 não, pra 7, que não podia ser. Ai foi quando houver uma eleição lá na rua e eu entrei nesse assentamento, foi quando eu vim pra aqui.

A dificuldade aqui era triste meu filho. Vou começar logo pelo estudo. Tinha uns menino aqui que estudava, como os fi de João Raposo ali que estudava, mas não tinha carro pra ir pra rua. O carro só tinha lá em Djalma. E eu tinha um carrinho *véi* aqui, que quando eu vim da rua, eu já trouxe um carrinho *véio* pra aqui, era *véim*, mais trouxe. E eu era quem levava esses alunos lá pra Djalma todo dia, sem ganhar nenhum tostão, eles nunca me deram. Meu carro era tão velho que eu andava era no boião, três quilômetros daqui. Três quilômetros daqui lá, e eu todo dia colocava eles dentro. Eles nunca me deram nem um boião pra eu levar esses menino, e meu carro era a boião, que eu não podia botar gasolina. A vida era aperreada, mas eu ia deixar eles lá todo dia, todo dia. Tá aí eles pra contar a história, João Raposo é um e ele sabe disso. Era sofrido, quando nós chegamos aqui era muito sofrimento. Hoje, graças a Deus, aqui mudou muita coisa.

**Como o senhor se vê enquanto parte desse processo?**

Rapaz, sobre o que era o assentamento, e sobre o que ele é hoje, eu me enxergo muito bem. Aqui foi onde eu comecei a criar meus *bixim*, que eu não trouxe nada da rua. Aqui é onde eu crio minha vaquinha, eu crio minhas ovelhinhas, eu crio uma cabrinha, depois que eu tô aqui. Então hoje, a vista daqueles aperreio que eu já passei, hoje eu não tenho mais.

**Quem ou quais organizações contribuíram positivamente para a criação do assentamento?**

Aqui teve um camarada que ajudou muito esse assentamento, ajudou muito a nós chegar onde nós chegemos, que foi o nosso amigo Laerte Freire. Eu não conto as vezes que ele comia feijão com farinha aqui. Sendo prefeito de Terra Nova debaixo desse alpendre aqui, numa mesinha veia, comendo feijão mais nós aqui e planejando as coisas.

Na época que ele tava ajudando nós aqui, ele era o prefeito. Até hoje ele ainda ajuda muito. Aqui eu ainda preciso de um carro pra ir pra Petrolina, pra Ouricuri, e ele manda. Quando ele não mandava, ele mesmo vinha dirigindo, pegava e levava. Eu não posso negar isso, e pra mim foi o melhor prefeito e até hoje, como pessoa, pra nós aqui é uma grande homem.

**O que o senhor pensa sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova?**

Olha, o sindicato aqui tem Fernando, que é lá do sindicato, que ajuda a gente assim numa palavra, numa coisa de dentro do sindicato, ele é quem ajuda. Quem faz alguma coisa aqui é Fernando que trabalha lá dentro. Agradeço muito a ele por que minha mulher hoje é aposentada, agradeço a ele. Que não precisou ela sair daqui de dentro de casa pra canto nenhum, que ele preparou tudo dentro do sindicato, que por sinal eu pago. E o banco Bradesco, o gerente do banco Bradesco, disse a mim: “deixe de pagar sindicato, você não tem mais precisão de pagar sindicato não”, antes de Vanda [esposa] se aposentar. Eu disse: “mas o meu já vem descontado, por que foi eu que quis e não deixo de pagar, por que eu não preciso hoje pra mim, mas preciso pro que é meu”. Precisei pra minha mulher e o sindicato deu toda assistência do mundo, tá ela aposentada ai, quer dizer, eu não deixo de pagar o sindicato nunca, porque nessa parte o sindicato ajuda numa palavra, através de Fernando, através de João.

**E sobre o papel do INCRA aqui no assentamento, o que o senhor tem a falar?**

Rapaz, o papel do INCRA aqui é o seguinte. Antes, quando o INCRA estava funcionando, que sempre vinha um fiscal do INCRA aqui, até era bom. Mas a partir de dois anos pra cá, não teve mais INCRA aqui. Não apareceu mais ninguém do INCRA

aqui. Quando eles tava sempre dando assistência aqui, o INCRA, vou lhe contar. Eu sei que é puxado um pouco, mas eu vou contar.

Aquelas roça que tem ali, dessas casas ali pra lá, ali era uma roça comum, para todos. E o chefe do INCRA, que dava assistência daqui, não aceitava se dividir. Lá ninguém podia se dividir. Foi na época que entrei como presidente. E eu fiz aquela roça desse lado aqui. A primeira que foi feita aqui foi ela. Eu fiz sem ordem deles. Aí os outros começaram fazer. Fernando fez aquela de lá e começaram a fazer. Todo mundo tem seu quintal ali, uns maior e outros mais pequenos, mas todo mundo tem. Quando o [chefe do Incra] chegou aqui deu brabo: "quem foi que fez isso daqui?". Disseram: "foi Antônio Parente". Ele baixou o carro aqui, parou bem ali. "Com qual ordem você fez aquela divisão?". Aí eu fui e procurei a ele: "o que é que o senhor acha?. Nessa época eu criava aqui umas cento e tantas cabeças de bode. "Eu crio aqui uma cento e tanta cabeça de bode e a outra parte do assentamento não cria uma galinha. Minha criação come esse pasto todinho, e eles não se lucram. Eu inventei de fazer aquilo ali [divisão do terreno] e cada um tá fazendo o seu. Quem não cria nada, eu compro o pasto dele, ele ta se lucrando também". Aí ele [representante do INCRA] disse: "pois vamos pra uma reunião". Aí fomos, lá pra baixo daquele pé de imburana. Quando chegamos lá ele fez uma pergunta ao povo: "o que vocês acharam dessa opinião dele de dividir isso aqui?". Aí todo mundo respondeu por uma boca só: "muito bom, foi bom demais, por que eu não crio nada, mas ele compra o pastinho que tem aqui, meu pasto tá me dando uma rendazinha", por isso ficou. Todo mundo hoje tem seu quintal ali, através disso.

### **O senhor acha que o governo da época contribuiu para a criação do assentamento?**

Olhe, eu não conto bem do governo estadual, mas do federal sim. Eu estou aqui hoje através de Lula, se não fosse Lula eu não estava aqui. Esse assentamento foi criado por Lula. Eu tenho o começo da minha história aqui dentro, de uma criatoriozinho, que ainda veio do tempo de Lula. Que ele abriu a mão pra gente fazer uns empréstimos, umas coisas, e nós fizemos, e começamos a criar alguma coisa aqui através de Lula. Se não fosse Lula nós não teria era nada aqui. Se fosse por Bolsonaro ele já tinha derrubado eras as cercas. Foi no poder de Bolsonaro que o INCRA deixou de participar aqui e eu acho que tem alguma coisa haver com Bolsonaro.

Você vê meu filho o caso da minha mulher, coitada, que é aleijada. Em uma entrevista que fui fazer em Ouricuri com ela, para renovar... Não era pra aposentar, era só pra renovar o auxílio doença que ela recebia. Quando eu cheguei lá era um filho de uma égua de um *caba* Bolsonarista doente. E negou! Deu não! Foi que Laerte foi mais eu em Petrolina, e a mulher lá em Petrolina ainda deu, três meses. E eu acho que ela era Bolsonaro também, mas ainda deu três mês, por que viu a situação dela.

**Atualmente, como é a vida no assentamento? Como o senhor vê a vida hoje aqui no assentamento?**

Olhe, aqui é como eu acabei de dizer ainda agora. Hoje aqui eu me encontro em casa. Quando eu entrei aqui eu não me encontrava em casa, eu era um morador. Mas hoje eu não me encontro mais morador. Hoje eu me encontro dono de uma casa. Por as terras nós não tem documento ainda, mas as casas nós tem, que eu mesmo já reconstruí, com as minhas forças. Já fiz quartos, banheiro, alpendre. Tudo isso com meu esforço daqui [do assentamento], com recurso tirado daqui mesmo, não foi de canto nenhum não, foi daqui mesmo. A divisão das terras que nós fizemos, através do INCRA. Nesse tempo que eu fui presidente, eu briguei, briguei, briguei, até que conseguimos a dividir. Ele hoje é dividido, cada um tem sua linha. Só não tem o documento ainda, mas tem sua linha tem tudo. Aqui cada um sabe onde é que manda. E eu me encontro muito bem porque depois que eles dividiram, eu já botei uma roça acolá, que é no final dessas cercas ai. Fiz um açude lá que não foi com dinheiro meu, mas foi sim. Laerte me deu o trator e eu coloquei o óleo. E eu fiz um açude lá que não seca, é difícil. E naquela roça dali debaixo eu tenho outro açude grande. O da li é grande, também com meu esforço. Aquelas roça que tem ali, não tem nada do INCRA não, aqueles arame ali tudo é meu, foi tudo eu que comprei. Então, se eu comprei tirado daqui mesmo eu tive algum lucro do assentamento. Eu hoje eu me encontro outra pessoa daquele tempo que eu vivia la em Terra Nova, sofrido. Hoje eu me encontro outro homem.

**Sua vida está melhor agora como assentado? Se sim, o que mudou?**

Ta sim! Claro que tá. Muito melhor, muito do que o tempo que eu vivia na rua. Quando eu morava na rua, eu já disse o resultado do meu sofrimento. E hoje, o meu resultado que eu vivo hoje, graças a Deus. E tem mais uma coisa. Tem gente aqui no assentamento, que tem uma história de dizer, que tudo que botou aqui dentro foi

trazendo de fora. Mas eu digo diferente. Tudo que eu tenho hoje, foi adquirido aqui dentro. E a única coisa que não foi era meu carrinho velho, que eu já trouxe um carrinho velho de lá, mas ainda hoje meu carrinho é renovado. Esse daqui hoje é um 2006. Já renovei com coisa tirada do assentamento, não foi de fora não. Eu morava na rua de aluguel, hoje eu moro no que é meu, por que daqui eu tenho certeza que ninguém me bota pra fora. Hoje eu me encontro com 72 anos, realizado da minha vida. Não quero outra vida melhor pra mim.

### **As famílias assentadas têm acesso à educação e a saúde?**

Tem! Tem, e vou lhe dizer por que. Exatamente através do nosso amigo, vou tornar a falar de novo, do nosso amigo Laerte Freire. Nós tem até um posto de saúde aqui, olhe aí, de frente a minha casa. Que todo mês vem um médico aqui, consultar todo mundo. E no caso de não ter um médico aqui, eu não conto as vezes que se adoecer um aqui, como já adoeceu, fora de hora, meia noite, meu carro vai deixar na rua, no hospital. Já fui muitas vezes. E não é fretado não! Se for por doença eu vou, não paga um tostão. Agora se for pra ir beber cachaça, aí eu nem vou.

### **Atualmente, quais são as organizações que ajudam o assentamento a crescer e se desenvolver?**

A única organização que tem aqui é Fernando, do sindicato, porque vereador nós não temos aqui pra ajudar. Laerte Freire até hoje ajuda. E Fernando mais João, que em palavra ajuda muito também o assentamento. Em outro sentido, Laerte Freire ajuda todo tempo, o que você precisar aqui. Eu mesmo tô aqui nesse instante, se eu precisar de qualquer coisa dele, eu pego esse telefone e ligo pra ele e na mesma hora eu sou atendido. Então não posso falar desse homem. Esse homem pra mim é um herói.

### **Quais as dificuldades que as famílias assentadas enfrentam nos dias de hoje?**

Aqui, pelo menos na minha casa, eu não encontro hoje dificuldade para sobreviver. Eu mesmo não encontro. Mas, no assentamento, tem muitos que encontram muita dificuldade. Até o transporte uma hora dessa. Na hora de arar uma terra, que nós aqui não tivemos essa condição de possuir ainda um trator, que já era pra ter. Mas não sei por que o assentamento até agora não adquiriu. As dificuldades daqui é essas. Quando bate a chuva a gente não poder arar uma terra, não ter um trator, até eu sofro com isso né. Mas, as dificuldades maior aqui é essas né. Nem todo mundo aqui

tem seu transporte pra ir pra rua, numa hora de doença, uma coisa. Ai eu sei que passa por essas necessidades.

**O senhor acha que a organização do assentamento é feita de forma coletiva ou individual?**

É individual. Vamos dizer que aqui são trinta assentados [líderes das famílias]. Vamos dizer que aqui tem vinte e três. Os outros não mora nem aqui. Dos vinte e três, oito combina bem as coisas e o resto faz por conta própria o que eles acha que tá certo. Aqui hoje não tem união. Teve até um dia que Laerte fez uma reunião aqui e disse: “enquanto vocês não se unirem, o assentamento não vai pra frente”. De briga, de viver uma diferente um com outro, aqui não existe isso. Até aqui não. Mas, no ponto de sentar e conversar e dizer o que é que é pra fazer aqui no assentamento, isso não existe. Cada um faz por conta própria.

**Na sua opinião, a organização coletiva do assentamento é importante?**

Mas é demais! Se todo mundo fosse unidos, vou partir por aqui da minha voz, que minha voz é essa. Se todo mundo fosse unido, o assentamento aqui era outro assentamento, mas aqui nunca tiveram união. Nessa parte nunca tiveram união.

**O senhor possui moradia em outro lugar, além do assentamento?**

Não tenho em canto nenhum, só aqui mesmo.

**Já pensou em deixar seu lote de terra aqui e se mudar para outro lugar?**

Nossa senhora me defenda! Só se for pra eu morrer cedo, e eu quero durar mais um trinta anos pra frente. Se eu sair daqui eu to morto. Acho que foi o presente maior que Deus me deu, e através do nosso presidente Lula, foi isso aqui pra mim. Não existe outra moradia pra mim a não ser essa daqui. Rua, Deus me livre de eu ir mais. De lá eu já vim sofrendo e aqui eu vivo no céu.

## **2) RELATO DE EDNALDO JOSÉ DA SILVA**

### **Como era a vida do senhor, antes de vir morar aqui no assentamento?**

Minha vida, antes de eu vir morar aqui. Eu toda vida fui agricultor. Agricultor né. Trabalhei como chapeador no Ceasa, trabalhei com Edvanildo, trabalhei com Marcos, trabalhei com Luiz de Luca. Trabalhei com cebola né. Toda minha vida foi com cebola. Aí quando eu cheguei aqui, de lá pra cá, eu não arrumei mais nada. Depois que eu saí de lá pra cá, eu não arrumei mais nada. Por que tem projeto aqui, criaram, e eu não tirei nem um real. Fizeram projeto de vinte e cinco mil, fizeram de doze, fizeram de três, e eu não tirei nenhum. Nenhum!

Antes eu morava em Terra Nova, eu tinha uma casa e vendi. Vendi porque eu tive que vender pra pagar a energia aqui. Porque quando eu não tinha nem o Bolsa Família, não tinha nada, botaram um poço acolá e puxaram da minha casa. Aí quando pensou que não, veio duzentos reais e pouco. Eu não tinha um real, porque eu não tinha o Bolsa Família ainda. Aí foi obrigado eu vender minha casa pra pagar. Paguei mil e quinhentos reais de energia.

### **Como foi o processo de ocupação e acampamento aqui no assentamento?**

Quem começou foi meu irmão, João. Ai João, ele não pôde, porque a mulher dele, você sabe, era contratada né. A mulher dele era contratada. Ele veio, botou meu cunhado, ai meu cunhado cresceu as vistas, aí João derrubou ele né. Aí ele veio e me chamou, eu tava até no ceasa carregando uma carrada de cebola. Aí ele foi e me chamou: “Ednaldo, você pode ir?”, eu disse: “posso”, pronto. João passou aqui um bocado de tempo, mas já que ele comprou um terreninho, eu fiquei aqui. Aqui é em meu nome. Ai escute só. Aqui hoje em dia, eu não posso fazer nada, porque é ainda no nome da mulher.

O acampamento era feito de lona, lá fora. Só podemos entrar aqui quando o INCRA deu ordem. Quando o INCRA deu ordem de entrar. Era lá fora, daqui mais ou menos um quilômetro, dá um quilômetro daqui pra lá. Mas era na lona. Quando o INCRA deu ordem aí entraram pra dentro. A gente trazia água da rua, uma garrafinha d'água, e vinha de bicicleta da rua, uns vinha e outros voltava. Ficava debaixo de lona quente, uma lona preta.

### **Como o senhor se enxerga hoje como morador do assentamento?**

Eu vou dizer a você, o *caba* não pode nem se enxergar. O *caba* tem que cegar, porque aqui, ninguém ajuda ninguém. Se eu precisar de uma coisa hoje, os maior aqui não ajuda não, se jeito nenhum. Se você quiser resolver alguma coisa. Olha, eu vou dizer logo a você, a semente, pra mim não veio. Pra mim não veio semente esse ano. O seguro safra, não vem. Ai o que é que você acha disso ai?

Só teve uma pessoa aqui, eu vou dizer a você aqui, só teve Beto que chegou, eu tava aqui de noite, ele chegou e disse: “Ednaldo, assina aqui”, quando Beto era presidente: “assine aqui, se não tirar, tanto faz, é so uma assinatura”, e eu tirei, no tempo de Beto. Agora nos outros, nunca tirei mais nada.

### **Como se escolhe o presidente daqui do assentamento?**

O seguinte é esse, eu digo a você, é por que aqui se tivesse um presidente de gabarito, que dissesse assim, mas o presidente é sempre o mesmo. Sempre o mesmo o presidente. Mas não tem quem queira se lançar como presidente não.

### **Na sua opinião, quais foram as pessoas ou organizações que contribuíram para a criação do assentamento?**

O INCRA chegou aqui, e eu já falei até pro INCRA mesmo, eu fui e falei: “vem cá, você jogou a gente aqui e não fazem nada pela gente”, aí o INCRA foi e disse: “não, você entrou aqui por que quis”. Então o INCRA aqui não tá ajudando em nada, por enquanto não.

### **Qual sua opinião sobre o governo Lula na época em que o assentamento foi criado?**

O presidente Lula e Dilma contribuíram para a criação do assentamento. Foi eles dois. Lula até hoje tá lutando pra isso, pra você ter sua casa própria, fazer a coisa dos assentamento e tudo, e Marina Silva também está ajudando.

### **Atualmente, como é a vida do senhor aqui no assentamento? Quais atividades o senhor realiza, como é viver aqui?**

Aqui, eu vou dizer a você. Eu posso criar galinha, posso criar um porco. Eu faço uma broca. Mas só que hoje eu não posso, porque eu tenho uma hérnia de disco, tenho desvio na coluna, tenho gordura no fígado, tenho gordura no sangue. Ai eu

posso trabalhar mais? Não posso!. Eu tô caçando um meio. A vida aqui é sofrida, porque aqui você não acha um dia de serviço. Um dia de serviço aqui, se você tiver precisando, você não encontra. Na rua não falta um real no Bolso, eu trabalhava todo dia. Eu era novo, eu tinha o que? Tinha 30 e poucos anos, hoje eu tenho 46, 47 que diga. Eu trabalhava, mas hoje não aguento mais trabalhar, o negócio é esse.

**Como o senhor se sentia antes de conseguir seu lote de terra no assentamento?**

Eu vou falar a verdade, minha vida era tranquila. Certo que minha vida hoje é tranquila também, mas lá eu tinha minha vida, tinha minha casa, tenho minhas filhas lá, e hoje, eu tô aqui sozinho. Hoje quando aqui chega os amigos, está bom, mas quando eu estou só eu me sinto depressivo.

**O senhor e as famílias aqui do assentamento têm acesso à educação e a saúde?**

Tem! Acesso a educação tem. O ônibus da prefeitura vem buscar os alunos. E a saúde, ela vai vir o mês que entra, porque o agente de saúde está de férias, mas o mês que entra o agente de saúde vai voltar e vai vir médico aí. O posto de saúde vai voltar a funcionar no mês que entra.

**O senhor teve ou tem acesso à crédito, empréstimos, para poder desenvolver a terra?**

Eu vou dizer a você, eu não! Eu não tive não. Eu não tive acesso aos vinte e cinco mil, mas tem gente que teve. Eu não tive acesso a projeto nenhum. Isso por que eu fui burro, que botei o nome da mulher também, botei o nome da mulher no cadastro, ai só sai se ela assinar. Eu nunca fui casado, mas ela pra vê minha ruína não assina, pro nome dela sair. O INCRA disse que com cinco anos saia, já tá bem com 20 anos. Isso foi em 2017 e até hoje nada.

**Na sua opinião, existe alguma organização que ajuda o assentamento a crescer atualmente?**

Ajuda, a derrubar! A derrubar, agora pra crescer não. A prefeitura mesmo, para mim nunca fez nada, mas para o coletivo já fez. Fez pros outros, mas para mim não. A prefeitura já fez barreiro aqui no assentamento, já fez trilhos de cerca, estrada, e tudo ai, mas pra mim não. Só minha cisterna que é sempre abastecida, quando eu peço a João Bosco o pipa vem, isso aí eu não vou negar não, abastece. nunca faltou

água aqui. Quando não vem do exército, vem da prefeitura, e graças a Deus nunca faltou água. Só quando eu quero lavar a cisterna mesmo.

**Quais são as dificuldades que o senhor e o restante das famílias assentadas enfrentam aqui no assentamento nos dias de hoje?**

A dificuldade hoje é o transporte pra ir pra rua, pra se deslocar daqui pra rua. Eu recebi duas coisas pra fazer fisioterapia e não fiz porque eu não tinha condições de ir fazer fisioterapia. Era no dia de quarta-feira e não tinha transporte pra ir. Eu perdi duas fisioterapias, uma do ombro e outra da coluna lombar.

**Os assentados em geral não conseguem utilizar o transporte escolar para se deslocar para a cidade? O senhor não conseguiria ir no ônibus que leva os alunos?**

O ônibus leva, eu consigo, mas o negócio é esse: quando o ônibus chega lá, já tá em cima da hora. E eu chegando lá, vou tomar um banho ainda, vou tomar café, aí já passou da hora.

**O senhor acha que a organização do assentamento é feita de forma coletiva ou individual?**

Aqui é Deus por si e o Diabo por todos! Aqui ninguém ajuda ninguém não. Não tem nada coletivo aqui não, se você quiser se mexer, se mexa só. Se você precisar de uma ajuda, se tiver morrendo, não ajuda não. Eu vou dizer a você, nós tava trabalhando nessas casas aqui. João precisou de 100 reais pra fazer uma feira pra seus filhos. Com dez dias ele ia receber o dinheiro. Chegou na associação, pediu cem reais emprestado pra fazer a feira, e a associação disse que não tinha dinheiro, tendo. A gente sabia que tinha. Ai isso aí é associação?

**Na sua opinião, se a organização do assentamento fosse coletiva, vocês viveriam melhor?**

Com certeza! Era melhor.

**O senhor possui outra moradia em outro lugar, além dessa aqui no assentamento?**

Não, possuo não.

**O senhor já pensou em deixar o seu lote de terra aqui e se mudar para outro lugar?**

Nunca!

**Mesmo com todas dificuldades relatadas pelo senhor, nunca pensou em deixar o assentamento?**

Eu só saio daqui com o pé na bunda. Daqui eu não saio não. Saio nada. Eu gosto daqui, mesmo com toda dificuldade, eu gosto daqui. Gosto. Na rua tem aqueles movimentos de moto de noite, e aqui é sossegado.

### **3) RELATO DE FERNANDO JOSÉ RIBEIRO**

#### **Como era a vida do senhor antes de ser assentado? Onde vivia, com o que trabalhava?**

Era bem mais difícil por que eu morava aqui na fazenda Pau de Colher aqui próximo de Terra Nova, mas, morava na terra do meu sogro né, mas que a terra é pouca né, não dava nem pra eles trabalhar e eu só tinha o direito praticamente do chão da casa que morava né, não podia criar nada, não tinha como, então eu tinha vontade de arrumar um lugar pra mim que eu pudesse fazer o que eu quisesse, plantar, criar né, então quando apareceu foi muito bom, então eu achei que foi de grande importância pra minha vida, melhorou bastante, por que a gente tinha que trabalhar arrendado nas terras dos outros aguentando humilhação, pagando, arrendando tinha que pagar né, e ainda aguentava humilhação né, a gente queria trabalhar aí diziam: “não trabalhe aqui não, aqui já é de fulano de tal” então foi a liberdade, só trouxe melhorias.

#### **O senhor participou do processo de ocupação que iniciou a formação do assentamento? Se sim, o que lhe motivou a montar acampamento?**

Sim. Justamente nessa pergunta que eu tinha respondido né por conta que foi uma chance que surgiu é... surgiu, foi convidado se quisesse, que era aberto pra quem quisesse então eu pensei é a chance que eu tava procurando, porque jamais eu teria, nem eu e nem ninguém que tá lá teria condições de comprar um terreno daqueles pra hoje você dizer que é seu, então eu não teria oportunidade, então foi a oportunidade boa e a gente abraçou essa oportunidade muito boa.

#### **No caso, quem fez o convite para vocês foi o Sindicato?**

Foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova. Primeiro o ex dono das terras Antônio Sampaio foi ao sindicato e conversou com o secretário político agrícola e agrário né do sindicato, no caso era Marcos de Djalma, Marcos Freire né, então ele entrou em contato com a FETAPE e a FETAPE é coligada com o sindicato né, e a FETAPE organizou e deu os procedimentos tudo que precisava pra poder acontecer, mas disse que ia demorar um ano, quase um ano, não foi nem um ano, quase um ano mas foi rápido. A gente fazendo reuniões no sindicato pra organizar né,

saber, foi organizado a associação, saber quem era o presidente, o secretário, tesoureiro, enfim, toda diretoria, pra que pudesse organizar né, as coisas.

**Qualquer pessoa que quisesse participar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova, poderia fazer parte do projeto de assentamento?**

Qualquer pessoa poderia participar, desde que não tivesse terra e estivesse apta ao trabalho. Não poderia ser gente com cargo na prefeitura, ou funcionário seja do que fosse. Tinha que ser uma pessoa com profissão de agricultor e que desenvolvesse alguma atividade na agricultura. Só pessoas agricultoras e acima de dezoito anos.

**Como foi a fase de ocupação? Como eram organizados os acampamentos? Quais dificuldades enfrentadas?**

Era assim, a dificuldade era grande por que a gente morava numa região muito longe de lá, era o que? 22 quilômetros ou até mais um pouco, da localidade [...]. Não tinha quantia, mas a gente organizou botar cinco por dia pra que todo dia tivesse as pessoas, por que a gente tinha que trabalhar, não poderia ficar todo dia lá, então a gente fez em forma de rodizio, combinou, então todo dia ia cinco pessoa, quando chegava no final voltava de novo pro começo, todo mundo tinha seu dia já garantido né, todo dia da semana a gente já sabia “eita tenho que me programar que tal dia é o dia que eu vou”. Teve reuniões pra organizar isso, dividida, todo mundo concordou por que foi melhor, porque em vez de você ir dois, três dias, você ia só uma vez por semana, e tava lá, tinha alguém lá pra se acontecesse alguma coisa tá lá pra responder, então foi assim. E foi muito dificultoso, muito difícil, que aquele tempo o principal transporte que a gente tinha era uma bicicleta velha, ninguém tinha moto, ninguém tinha carro, ninguém tinha nada [...] e até isso hoje a gente .... Hoje quem não tem uma moto tem até uma moto e um carro ou duas motos, mudou totalmente.

Foram criados barracos de lona, um barranquin de lona quente, aquela lona preta que era pegando fogo. A gente ficava, fazia um fogo lá próximo assim que não ficasse muito forte pra não queimar, não dá incêndio. A gente cozinhava comida, outros levava boia fria né, levava cozida de casa, e a gente cozinhava lá mesmo. Levava água, muito difícil a situação, mas ficava lá. Ai descansava, quando fosse à tarde voltava de novo. Muito longe pra ir e voltar de bicicleta, mas sei que foi muito bom. A gente ia de manhazinha e só voltava assim de cinco horas da tarde, que não

corria risco de ir mais ninguém fiscalizar né, por que se o INCRA, alguém do INCRA fosse lá fiscalizar e não encontrasse ninguém, ia vê que as pessoas não tinha interesse né, então poderia já não dar certo.

A gente enfrentava muito preconceito. O pessoal falava quando a gente passava nas estradas: “para onde que vocês vão?” A gente dizia “a gente vai ali para um acampamento de um assentamento”. Aí eles rebatiam: “vocês são doidos? Isso aí nunca vai acontecer, vocês nunca vão ganhar nada”. Desestimulava né. Aí tinha muitos que era um pouco fraco ficava assim, mas eu sempre fui o coordenador da associação, o presidente, e as vezes eu também achava, mas eu não desanimava porque eu dizia assim “minha gente, nós não temos nada a perder [...] se acontecer maravilha, e se não acontecer o que nós estamos perdendo?”. E deu certo! E deu certo!

### **Como o senhor se vê enquanto parte desse processo?**

Eu acho assim, eu acho que contribui muito, contribuo até hoje, e me sinto bem por contribuir, por fazer parte dessa história que eu sei que um dia vai ficar né. E eu comecei, não desisti, e sempre estimulei pra que desse tudo certo e pra mim é muito bom, eu me sinto satisfeito com isso, por eu ter dado início. E não é fácil essa luta de você lidar com muita gente, cada um com o pensamento diferente, muita gente com o pensamento negativo e você conseguir passar e mostrar depois que tudo dar certo. Muito pessoal dizia “a que não dá certo”, mas eu dizia “vai dar certo”. Às vezes eu também achava, mas eu não dizia, porque se você disser vai desmanchar. Muita gente desistiu... desistiu e entrou outros sabe? Começou aí, quando viram a dificuldade... aí alguém dizia: “não vai não, isso é besteira, não dá certo vocês ganhar nada lá”, e aí teve gente que saiu. Teve gente que saiu e depois voltou [...] teve gente que saiu, aí depois entrou outras pessoas no lugar e depois não teve mais como voltar, se arrependeram, mas assim, quem saiu que não voltou foi quem perdeu, pois os que ficaram só teve a ganhar.

### **Quem ou quais organizações contribuíram positivamente para a criação do assentamento? Qual foi o trabalho exercido por essas organizações?**

Primeiramente foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que foi a parceria que ainda hoje temos né, essa parceria com o sindicato, eu faço parte de lá, mas na época eu não fazia, mas aí comecei na associação [...] e hoje faço parte de lá,

contribuo sempre, faço parte do conselho também, municipal, junto com a nossa associação, o sindicato e a FETAPE. A FETAPE que é o pai dos sindicatos né, no caso, que a gente ainda hoje tá na luta por melhorias.

O sindicato, como se diz, foi o pontapé inicial, que foi onde organizou, convidou as pessoas que conhecia, que sabia que aquela pessoa não tinha uma terra, vivia trabalhando humilhado nas terras dos outros, então ele convidou, selecionando as pessoas. Eu fui um dos que quando soube foi, comecei participar e ele foi muito bom, a contribuição dele, por que se não fosse o sindicato ter organizado eu mesmo não teria entrado que não sabia, nem ia saber né. E aí a FETAPE, através do sindicato, foi organizando, dizendo como era que a gente ia fazer. A gente teve muita visita da FETAPE, as pessoas que vinham saber como era que tava e dizer como era que a gente tinha que fazer. INCRA de Petrolina a gente foi, muitos tinha protestos lá, e aí a gente era convidado juntamente como a FETAPE. Mas aquele protesto sempre passífico. A gente ocupou muito o prédio do INCRA de Petrolina, que era o que a gente faz parte até hoje, mas aquela coisa, tudo passífico. A gente ia pra somar.

**Os protestos que vocês participaram em Petrolina, NA SEDE DO INCRA, aconteceram na mesma época que vocês estavam acampados?**

Foi antes e depois. Sempre que precisava, a gente se articulava. A FETAPE juntava os sindicatos das regiões tudo, arrumava os ônibus e vinha de Serra Talhada para cá. Então a gente ia de madrugada, precisava sair de madrugada para chegar lá cedinho, e juntava com os que estavam lá [em Petrolina]. Quando tinha uma negociação, que íamos reivindicar alguma coisa, só entrava aquela pessoa. Tinha uma comissão que entrava para falar lá com o chefe. A gente combinava antes de ir: “olha, se precisar chamar, você quem vai, e vocês vão para somar, para ajudar”. Então, ia a pessoa da FETAPE, juntamente com a pessoa lá do INCRA e alguma daquele assentamento, o representante do assentamento. Íamos para reivindicar alguma coisa, alguma melhoria. Mas tudo pacífico, ninguém ia brigar com ninguém.

**O senhor acha que o governo da época contribuiu para a criação do assentamento? Por que?**

Muito, muito. Além de Lula sempre ajudar aos agricultores na pobreza, por que sempre foi sindicalista né, então conhecia os movimento. Então ele foi de grande iniciativa pra que desse certo, como é hoje. Por exemplo, quando Lula saiu foi tudo

abaixo, até hoje a gente tá engatinhando, por que parou assistência técnica do assentamento, não foi mais ninguém, dizem que não tem um carro pra alugar e botar gasolina, então a gente fixou a deus dará. No governo de Bolsonaro a gente ficou nessa situação, não tinha um carro, a gente vivia abandonado, deixaram por conta lá. Na época do governo Lula saiu muita coisa, foi as casas, a terra, tinha muita coisa. Você veja que a gente ganhou quintais produtivos, cisternas pra gente colocar água no assentamento, se não fosse as cisternas que tem lá em cada casa, a gente não tinha como viver lá, não tinha. O povo dizia “não, vocês são doidos, vão pra um lugar daquele morrer de sede. Lá nunca vai água, nunca vai nada, não vão ter energia” diziam desse jeito pra desestimular mesmo e tudo foi fácil. Eu pedi energia antes das casas, faltava mais ou menos uns seis meses, quando começaram a construir a energia chegou. Através do INCRA veio as cisternas pra cada casa uma, o quintal produtivo, os arames pra fazer aquele quintal e deixar as casas tudo cercada, então tudo através do INCRA e através do presidente Lula que foi quem tava lá e dava prioridade a essas coisas. Abriu muitos assentamentos, muitos mesmo, e muita gente que quis melhorar melhorou, só que tem aqueles casos daquelas pessoas que ficam esperando ... “há, Lula deu a terra, deu isso, mas Lula devia dar o salário”. A exemplo de Vila Junco, que lá o pessoal era dono de terra que por causa da transposição foram colocados pra fora de suas terras, então foi dada as casas lá e ficaram pagando, Só que nós era diferente. Teve gente que foi pensando que nós era assim. “Há, e agora? Deu a casa, deu a terra, e a feira? ” Quer dizer, ensine a pescar, mas não dê o peixe pronto, porque tem gente que é desse jeito. Muita gente pensava desse jeito, que ele [LULA] ia dar o salário também pra fazer a feira, quer dizer que não ia fazer mais nada. Ele [LULA] deu as penas pra você caminhar, quem quis caminhou, quem não quis tá pior do que o que tava.

**Atualmente, como é a vida do senhor no assentamento? Quais atividades são realizadas?**

Hoje tá assim um pouco difícil, por conta da escassez de chuva né, porque lá é propício para o criatório de caprinos e ovinos e também pra bovinos, só que, a falta de água é muito grande por que tem sido uns períodos escassos de chuva, ai fica muito difícil a gente plantar, colher alguma coisa. Mas também não é só lá, é na região inteira né. As dificuldades que a gente passa lá é só pela falta de chuva, porque o

terreno lá é bom e tudo que plantar dá, mas precisa de água e sem a água a gente não vai pra lugar nenhum.

### **A vida do senhor está melhor agora como assentado?**

Muito, muito mesmo. Mudou muito. Como eu tinha falado antes né, antes eu ia numa bicicletinha velha pra lá, e hoje eu cheguei a comprar já duas motos, tirada na loja. Tenho um *carrim* pra fazer a feira, o *carrim* não é novo mas serve, então tenho minhas coisas; meus criatórios que eu não tinha. Lá eu crio de tudo um pouco, mas diziam “não dá pra viver aqui, como é que vive num lugar desses?”. Por exemplo, lá hoje que não tem alguma coisa, mas se Terra Nova ou um lugar nem aqui tem, a gente vai.

### **Como o senhor se sentia enquanto indivíduo antes de conseguir seu lote de terra?**

Eu me sentia, como que se diz [...] mais fraco né, por que você ter vontade de desenvolver alguma coisa, alguma atividade, mas você não tem como. Por que você depender de coisas dos outros, você trabalha numa terra hoje, você arrenda, mas ano que vem o dono já não aceita mais, você vai ter que pra outra, você fica bolando, você não pode se estabilizar. Por exemplo, até pra plantar não dá certo, como você vai criar alguma coisa nas terras alheia? Ninguém da terra pra você criar não né. Então, melhorou bastante, se não fosse a seca eu digo a você, eu estarei muito bem, mas graças a Deus tô estável, estável e muito melhor. Tenho certeza que se não tivesse acontecido não estaria, eu não teria chegado onde eu cheguei.

Eu me sentia fraco antes, não tinha uma casa, morava numa casinha de taipa pequena, numa tapera, que hoje nem existe mais, e eu não tinha como sair. Através do assentamento hoje eu tenho uma casa na rua, a casa daqui, ajeitei a casa que eu morava antes, desmanchei e fiz outra pra quando precisar. Então, tudo isso é coisa que eu jamais imaginava. Hoje quando eu olho assim eu digo “menino, o que eu já passei”. Morava numa casa de três cômodos, um quarto que quando tinha duas pessoas, tinha que uma sair pra outra poder entrar, não dava pra passar um pelo outro. Dois filhos, a mulher e eu, no caso, quatro pessoas dentro dessa casa, era um desconforto. Uma casinha baixa, sem segurança nenhuma. Hoje minha casa é uma maravilha, boa, eu ajeitei, aumentei, do jeito que eu quis fazer né. Agradeço a Deus sempre por esses acontecimentos e ainda voltando, tudo isso aconteceu no governo

do PT, por que se não fosse [...] Dentro do outro governo a gente fez foi perder um monte de coisa. Parou, estagnou, a gente não ia pra lugar nenhum.

Agora eu me sinto muito bom, me sinto mais realizado. Por que ninguém se sente bem se não tiver uma moradia digna, uma casa pra quando começar um preparado de chuva você não precisar ficar com medo dessa casa não resistir. Você criar filhos, como eu tinha dois meninos pequenos, naquela situação era muito difícil. A situação era tão difícil na época que eu criei meus meninos dando leite de cabra, leite de cabra é maravilha, saudável, mas eu criei com ele justamente por que não tinha outro leite e ainda peguei cabra emprestada viu, pra você vê a situação como era. Eu pegava cabra dos conhecidos, dos amigos, dizia “você não tem cabra aí não que esteja boa de leite, que de pra tirar leite? ”. Eu ficava cuidando dessas cabra pra poder tirar o leite e da os meninos por que eu não teria condição de comprar, sendo que o leite da cabra é excelente, mas eu não tinha a cabra, eu tinha que pegar dos outros. Você veja a situação como era. Hoje eu tenho vaca, hoje eu tenho cabra, tenho ovelha né, não preciso dessas coisas, mas naquele tempo a situação era tão difícil que chegou a esse ponto.

### **As famílias assentadas têm acesso à educação, saúde e saneamento básico?**

Tem sim. O carro da escola vai buscar todo dia, vai buscar de manhãzinha, de onze horas já vai de novo, volta pra pegar os da tarde, cinco e pouco já vai deixar novamente. Transporte toda maravilha. E a saúde a gente acessa aqui a cidade, PSF, e nunca falta nada. A gente sempre quando vem é atendido. O postinho lá não funciona assim como deveria ser, mas a gente tem esperança que ainda possa funcionar, já foi um grande avanço e o resto tá tudo maravilha.

No distrito do Guarani, que é quase cidade, lá é difícil, os médicos não passam um mês, dois, sai, então imagina lá no sítio.

### **Vocês do assentamento tiveram acesso a crédito para desenvolver as terras?**

Tivemos sim, Branco do Nordeste financiou. Na época financiou crédito de até 25 mil, depois do assentamento já formado muito tempo. Antes a gente não sabia nem qual era a terra, a gente sabia que tinha uma terra, mas não sabia onde era, não tinha sido demarcada. Então quando foi demarcada, que todo mundo ficou sabendo onde era a sua terra, foi feito os projetos, mas passou muito tempo.

Quem demarcou foi o INCRA, mas já foi agora em 2017 que foi feito a remarcação, botou cada um no seu lugar.

As casas já tinham desde muito tempo, só que era assim, não se podia fazer nada por que, de repente você ia fazer alguma coisa, depois aquilo não era seu, podia pertencer a outra pessoa, então a gente ficava de mãos amarradas, sem poder fazer nada. Depois que foi dividido, pronto, eu vou pra minha, o outro vai pra outra e assim por diante. Na minha terra, o que eu quiser fazer eu faço.

Aí o banco foi, fez um projeto, através da DELTA PROJETOS também, e a gente cercou uma boa parte. Tem muito pra ser cercado ainda, porque é muita terra. A gente cercou aquela área que a gente trabalha e aí tudo mudou, ficou melhor.

### **Atualmente, quais as organizações que ajudam o assentamento a crescer e se desenvolver? Como elas ajudam?**

A prefeitura foi fundamental por conta que ajeta as entradas, fez os acessos que a gente não tinha, porque como você sabe lá é muito difícil. O pessoal quando falava pra ir pro assentamento, até um pipa pra ir deixar água, dizia “lá no Mororó eu não vou não”, por que a estrada era ruim. Quando eu comecei ir pra lá, eram 7 cancelas, quando você abre e fecha 7 cancelas, daria 14, e eu passei os anos tudim abrindo essas cancelas e fechando todo dia **[risos]** Mas aí depois, conseguimos a liberdade, através da prefeitura que fez esse corredor, as outras cancelas foram tiradas esse ano, agora mês de agosto foi tirado as duas últimas que tinha.

Essas cancelas faziam medo. Eu ia de moto, às vezes a noite, aí você tinha que parar. Se alguém quisesse lhe esperar? Você tinha que parar de todo jeito. Hoje não! A gente *munta* numa moto aqui, vai num carro, não tem esse negócio de você descer e tá abrindo nada. E foi a prefeitura que fez as estradas e arrumou o arame pra gente fazer o cercado, uma parceria muito boa, que também se não fosse, a gente não conseguiria não.

### **A prefeitura tem exercido algum papel na construção e crescimento do assentamento?**

Muito, muito, muito mesmo. Pronto, através desses postinhos de saúde, da água. A água sempre a gente recebeu, nunca faltou. Hoje a água em Terra Nova está boa, mas teve um tempo aí que na cidade abriam as torneiras e não tinha água nem pra lavar as mãos, mas no assentamento, lá em casa, água nunca faltou. Às vezes

eu trazia os garrafões d'água lá de casa pra rua por que tinha. Quando eu abria a torneira chega chiava.

A prefeitura, ela deu suporte, e ainda hoje dá, porque se não fosse... Só a gente sozinho a gente não anda né, a parceria é muito boa. Prefeitura, Sindicato, FETAPE, junta tudo e sei que tudo dá certo.

### **Quais as dificuldades que as famílias assentadas enfrentam nos dias de hoje?**

A seca é o grande vilão de todos, fora ela, pode ser que tenham outros problemas, mas eu não estou lembrando. Mas a seca é o começo de tudo, por que se tiver chovendo você desenvolve o criatório, você desenvolve a agricultura, você desenvolve tudo. E sem a chuva não vai nada. Com a chuva você pode plantar alguma coisa e trazer para vender, uma hortaliça, uma melancia, um feijão, um milho, a barata, a macaxeira, enfim, tudo. Agora a seca é a grande vilã, sempre foi, em todos os locais, e lá não é diferente.

### **Para o senhor como é feita a organização do assentamento? De forma coletiva ou individual?**

Agora eu não vou mentir pra tu, a forma coletiva o pessoal não se ajuda não. E o individual a gente sabe que também não dá muito certo, por que a gente as vezes quer organizar, falar uma coisa ... por exemplo, essas estradas, a gente sempre falou “gente, vamo ajudar, vamos comprar arame pra cercar o perímetro *todim*, fazer uma *manga* todinha”, mas aí as pessoas ficam botando empecilho: “por que eu não planto nada, por que eu não crio, ai vou dar, vou doar, sendo que eu não uso”. Primeiro a gente tem que criar o local, mas aí tem gente que fica segurando e ainda dá conselho pra outras pessoas “faz não, deixa pra lá”.

No começo tudo coletivo, pra poder dar certo, só que depois que a carruagem já tava decolada, andando, é que quando aparece situações que a gente precisa de todo mundo, tem algumas que são resistentes, mas não todos. Mas assim, em todos os setores tem aquelas pessoas que nem vai e nem quer que você vá. Por exemplo, você fala “vamos ajeitar ali uma estrada que caiu uma grota pros carros passar” aí dizem “vou não, isso aí é a prefeitura”. Mas quem vai passar somos nós, quem vai sofrer somos nós. Não é a prefeita que vai botar o carro na estrada e quebrar, ela nem anda aqui, quem vai usar as estradas somos nós. Eu vejo cair um pé de árvore na estrada e as pessoas dizer: “não, manda alguém da prefeitura vir”, mas eu vou ficar

sem passar, esperando que a prefeitura mande? A estrada é minha, eu que vou passar.

**Na opinião do senhor, a organização coletiva do assentamento é importante?**

É importante. É importante demais.

**O senhor possui outra moradia, em outro lugar, além do assentamento?**

Sim. Eu tenho uma casa na rua, mas a minha moradia fixa é no assentamento. É aonde eu faço tudo, onde desenvolvo as atividades todas lá, tudo é lá. A outra casa é só pra uma dia assim que precisar.

**Já pensou em deixar seu lote de terra e se mudar do assentamento?**

Não, nunca pensei. O lugar bom é aonde você aumenta, você cresce. Tem muita gente que é ingrata, eu vejo gente lá que saiu e ta morando na Baixa da Compesa, ai eu te pergunto, você deixar lá sua casa, deixar sua terra, pra morar em Terra Nova? Nada contra de você ter uma casa, eu sou exemplo, eu tenho, e fui um dos primeiros que comprou por que precisava. Meu menino estuda em Salgueiro e quando vinha tinha que ficar nas casas. Mas pra eu dizer: “vou morar em Terra Nova, não!. E tem outra, eu sair lá do assentamento, de um lugar maravilha, que até nessa quentura é bom de você ficar lá, por que não é tão quente, é ventilado; pra vir morar aqui? Não estou com preconceito, mas eu acho assim, não é uma coisa adequada. Deixar sua casa lá, seu criatório. É muito melhor lá que você desenvolve, você cria uma galinha, cria um bode, você cria uma ovelha, faz o dinheiro vendendo e ta lá.

As pessoas que eu falo conseguiu uma casa na rua através do assentamento. Essas pessoas também eram como eu, moravam numa casinha de taipa em estado de pobreza mesmo. Foram pro assentamento, receberam a casa, recebeu tudo, quando melhorou que já dava pra comprar uma casa aqui na rua, correu. Dizem: “vou lá no assentamento só fim de semana que lá não é lugar de gente, não presta”. A bondade de lá é a tranquilidade, por exemplo, você pode trabalhar a semana todinha, mas você chega lá e se quiser dormir de dia você dorme, não tem ninguém pra perturbar. É muito bom, muito bom mesmo. Não deixo lá nunca.

**Fernando Ribeiro narra de forma livre a respeito do processo de criação do assentamento Mororó dos Peixotos:**

Era quase 3 mil hectares de terra, não é fácil você vender pra uma pessoa só particular, então ele tentou vender por que ele não queria deixar pra ninguém, ele não tem fi, não teve nenhum, ele não queria deixar pros subrim né então o que aconteceu, ele procurou saber se não tinha como o sindicato falou com FETAPE e a FETAPE organizou pra inscrever lá na reforma agraria pra se apropriar né, então teve quase, foi um ano de prazo que ele deu ainda que você não podia entrar, a gente ficou lá fora, lá no corredor acampado .;e fizemos em forma de rodizio, era trinta ai todo dia ia cinco pessoas, todo dia ia cinco, por que não era pra entrar, mas também não era pra ficar sem ninguém lá, se chegasse alguém, uma fiscalização a gente tava lá. Nesse tempo a gente ia tudim de bicicleta por que não tinha nenhuma pessoa que tivesse uma moto veia pra se andar, Eu ia de bicicleta, quando chegava lá cansado não tinha nem como a gente fazer nada, ia só para a rede, comia e se deitava para ver se criava coragem para voltar de tarde. Ai assim, não podia entrar de jeito nenhuma na propriedade, se não poderia ele [o proprietário] se arrepender e a gente perdia né, então só foi dada a emissão de posse, quando começou a hastear bandeira lá, no dia 06 de abril de 2006, antes a gente ficou aqui. Então aqui no sindicato a gente fazia as reunião, fazia as reunião aqui NO sábado, e ai No dia 6 foi dada a emissão de hasteamento da bandeira de lá, no dia 06 de abril de 2006. E só veio a pessoa lá do INCRA para dizer assim: “pode entrar”, no dia 19 de dezembro de 2006 [...] Foi um oficial lá, e no papelzinho disse: “pronto vocês podem entrar. Entrem, pode fazer lá alguma coisa, fazer algum plantio”. Foi em dezembro de 2006. ai em 2007 a gente já começou nas terras que já era apta pra plantio, a gente já começou plantando feijão, plantando milho.

**Na época que vocês iniciaram a agricultura, existiam moradias no espaço?**

Não. A moradia começou a se articular em 2008; 2009 começou a construir e em 2011 passamos a morar. Aí tive os primeiros moradores. O primeiro morador foi Antônio Parente, seu tio, e depois João Raposo mais Cleidinha. Eu fui o terceiro. Eles eram lá na outra rua, deserta, não tinha ninguém. O povo dizia que eu não ia, mas eu dizia: “minha gente, se não for perde, tem que ir”. Aí diziam assim: “duvido que ele vá, ele diz assim mas ele não vai”. Eu dizia: “eu vou, para dar exemplo”. Aí quando foi dia 11 de abril de 2011 eu fui, tô lá até hoje. Depois outros começaram a chegar.

#### **4) RELATO DE OSMIR ROBERTO DA SILVA**

##### **Como era a sua vida antes de ser assentado? Onde você vivia e com o que trabalhava?**

Eu vivia na roça, servindo de alugado pra um e pra outro. Quando precisava de plantar uma roça de feijão, uma roça de cebola, quando a gente queria era um sacrifício maior do mundo né. Não era bom não, a vista de hoje, não vou dizer que era bom não. Hoje mesmo nunca lugar seco que nós ainda teve, ainda me sinto melhor. Antes de vir pro assentamento eu trabalhava de morador pra um cidadão e fazia de tudo lá, e ele ainda reclamava da gente, achava que ele tava certo. Eu era doido para entrar aqui e os colegas daqui dizia que não tinha mais vaga. Aí quando foi um certo dia, meu cunhado que já andava para cá precisou sair, porque disseram que não podia beneficiar duas pessoas da mesma família ao mesmo tempo. Aí quando ele disse que ia sair, eu disse: “rapaz, pois se você ceder sua vaga para mim, eu dou nem que seja uma feira depois quando as coisas melhorar. Te dou um negócio aí”. Ele disse: “Se for para ceder para outra pessoa de fora, eu cedo para você que é meu cunhado”. Mesmo o pessoal daqui sem querer, ele disse que só cedia se fosse para mim. O pessoal daqui não queria que eu entrasse, só queriam colocar o pessoal da barra [sitio do município], a panelinha deles, mas todos quebraram a cara, porque meu cunhado disse que só cedia se fosse para mim. Aí cedeu. E eu comecei a andar para cá

##### **Você lembra como foi a fase de ocupação e acampamento e quais as dificuldades enfrentadas?**

Com certeza! Quando eu cheguei eu encontrei um pouco de vestígio. Barracas no meio do caminho, os paus enfiados, lonas velhas, o começo do sofrimento né. O acampamento ficava lá fora da roça, na entrada, onde hoje é o corredor. Debaixo das lonas, debaixo dos pé de pau. A água era difícil, as condição. Transporte pra gente vir pra cá, que ninguém tinha, praticamente. Era tudo de bicicleta, era alguns, um ou outro, que tinha uma motinha, o resto era tudo de bicicleta. Pra vir, tinha que passar o dia e voltar, porque não tinha onde dormir.

##### **Como você se vê enquanto parte desse processo de criação do assentamento?**

No dia de hoje eu me vejo muito mais melhor e muito do que o que eu vivi antes, como eu ja lhe disse no começo. Tenho sossego, graças a Deus. Tenho aonde a gente criar né, um porquinho, um bode, uma coisa e outra. No dia de hoje, na vida que eu hoje eu vivo, graças a Deus, é melhor e muito do que a vida que eu ja vivi.

### **E como você enxerga sua atuação na construção do assentamento?**

Eu fui muito importante para o assentamento, porque até mesmo eles, depois de vê quem era a gente, é porque não querem abrir a boca e dizer, mas já se serviram muito de nós. Teve muito deles aqui que já se serviram muito de nós, principalmente de mim, quanto de Antônio, teu tio. Muito, muito mesmo, é por que eles não tem coragem de abrir a boca e dizer ou agradecer. Mas até quando foi pra Antônio entrar mesmo, eles barraram, e Antônio sem querer. Quem botou Antônio aqui praticamente foi eu. Ele sem querer e eu dizia: “Antonio, vamo”, e ele sem querer. O pessoal sem querer, o pessoal da Barra, e Antônio sem querer, e eu trazendo os meninos a força, os filhos de Antônio: “vamos, que na hora que surgir uma vaga eu boto um de vocês”. E aí fui trazendo os meninos, e Antônio dizendo que não vinha, que não vinha. Aí nesse negócio de eu trazer os menino pra cá, foi indo, foi indo, até ele foi pegando o gosto. Quando foi um dia, teve uma certa reunião, e encaixaram ele. Sem querer querendo, mas encaixaram ele também. Mas o pessoal ainda botando gosto ruim pra ele não entrar. Mas ele entrou, com uma brincadeira de nada ele entrou e deu certo.

Tanto minha participação foi importante pra mim, quanto pra eles também. É que eles não abrem a boca em dizer, mas a gente já fez muito favor a eles aqui, fizemos muito favor, é por que eles não tem coragem de abrir a boca de dizer “mas antes a gente tivesse colocado eles no começo”. Que o que eu e Antônio já fizemos pra muita gente aqui, Deus sabe. Eles não abre a boca pra dizer não, mas Deus sabe, e nós também sabe, né. Nós também sabe. *Rancar* borrego de gente ai, cabrito que eles não sabia arrancar e tudo, e nós já fizemos tudo isso aqui.

### **Na sua opinião, quem, ou quais organizações, contribuíram positivamente para a criação do assentamento?**

Na minha mente, quem deu a maior força pra nós aqui foi Marcos de Djalma. Hoje eles também não abre a boca pra dizer não, mas eu não esqueço do que ele fez por nós no começo. Que só não tamo melhor, porque eles não *ouçe* ou não ouviram o que Marcos de Djalma dizia.

### **O que era que Marcos de Djalma dizia?**

Pronto. Logo nos começo mesmo veio um projeto aí pra gente fazer um açude, e Marcos dizia: “o dinheiro tá na conta, tem que fazer esse açude de imediato, quando fizer libera o dinheiro”. Teve uns e outros com medo que disseram: “não, enquanto não liberar o dinheiro não traz as máquinas”. E ele ele era quem tomava de conta dos trator de uma *caba* do Ceará, que ainda hoje ele toma. Ai ele disse: “se quiser eu mando descer os trator pra cá e vamo fazer o açude, vamo fazer”. Era um açude grande. Nessa época, se tivesse feito do jeito que ele disse, era pra ser outro. Porque quando veio sair mesmo, quando veio liberar o dinheiro pra sair, ele já tava fora. Outras e outras pessoas se meteram pelo meio, e no que deu? Ao invés de fazer um açude, que era pra ser um açude, praticamente fizeram uma barreiro, sem serventia. Mas na época que Marcos de Djalma tava por dentro, que queria fazer, se tivessem ouvido e apoiado que nem ele queria, talvez nós fosse outro hoje, fosse bem mais melhor.

### **Sobre o papel e atuação do INCRA aqui no assentamento Osmir, você tem algo a comentar?**

No começo o INCRA foi muito bom, no começo foi muito bom. Ele sempre no começo deram assistência a gente aqui e serviu muito. Mas de certos tempos pra cá. Pronto, vamos dizer assim, da época em que Bolsonaro entrou pra cá, sem querer falar de política. Mas, da época que ele entrou pra cá, quebrou as pernas de nós aqui. Praticamente nós tamo abandonado.

### **Já que entramos no assunto política, o que você pensa sobre o governo da época em que o assentamento foi construído?**

Foi Lula que deu a nós de mão beijada isso aqui.

### **Atualmente como é a vida aqui no assentamento?**

Como eu já lhe disse, aqui é bom, muito bom, e era pra ser melhor. Mas a vista do que já passei atrás, aqui pra mim eu tô no céu, um pedaço do céu aqui pra mim, graças a Deus.

### **Quais são as atividades que você realiza aqui no assentamento Osmir?**

Quando chove o *caba* planta um feijãozinho né, às vezes um milho. Planta também uma melancia, nem que seja pra perder. Mas o que eu acho bom é que eu posso criar em cima do que é meu, ou pouco ou muito, eu crio, com trabalho, com dificuldade, mas eu crio, porque eu não tinha onde criar antigamente né. Aqui a gente quer matar um bichinho pra gente comer, a gente mata, sem precisar comprar caro, que nem os outros compra lá na rua, no mercado. Porque depois que sai da roça, do criador, aí vira ouro. Aqui o *cabra* vem comprar não vale nada, mas no mercado vira ouro. Mas é assim mesmo, nós tamo aqui é pra sustentar os outros.

**Como você se sentia e se enxergava como indivíduo, antes de conseguir seu lote de terra aqui no assentamento?**

Se sentia obrigado né, trabalhando de diária pros outros, que depois que eu tô aqui nunca mais eu trabalhei de diária pra ninguém. E humilhado quando queria plantar um pedacinho de roça, como eu já lhe disse. Pra criar, uma vez eu recebi um dinheiro de um projeto de que eu fiz, tive que vender, porque não tinha onde botar. Meu pai tinha um pedaço de terra, eu comprei e botei lá, mas aí era longa da rua, não tinha casa pra morar, a dificuldade era grande e a onça começou a comer. Ai tive que trazer e botar na rua, porque não podia vender os bicho porque era dinheiro de projeto. E aí na rua o *caba* só via um e outro dizendo: “ei, fulano tá judiando de teus bicho ali”, “ei, ciclano tá batendo em teus bicho”, fui obrigado a vender. Aí depois que cheguei aqui não, graças a Deus.

Hoje não! Hoje eu me sinto feliz. O *caba* tem onde criar aí sossegado.

**As famílias assentadas têm acesso à educação e à saúde?**

Tem assim. Graças a Deus isso ai pra nós não falta não. Era pra um médico vir pra cá uma vez por mês, mas por enquanto o posto não foi inaugurado ainda, não tem nada em contrato pra ele. Mas na cidade quando a gente chega é bem atendido. E a educação, o ônibus vem buscar, graças a Deus é difícil faltar. Quando dá o prego é dois, três dias, concerta.

**Vocês aqui no assentamento têm acesso a crédito para desenvolver a terra e criar?**

Antigamente tinha, e o que teve direito a tirar não desenvolveu e não empregou quem não quis. Mas agora, por enquanto, estamos parado né. Estamos precisando.

**Você acha que essa desestimulação em relação aos créditos nos últimos tempos, tem a ver com o governo?**

Tem sim, principalmente com o governo de Bolsonaro. Depois que ele entrou fechou as portas, que nem eu lhe disse. Ele desatualizou o INCRA, que era quem andava pra cá, e dava assistência a nós. Era quem podia né, correr atrás, mas por enquanto, fechou as portas mesmo. Mudou muita coisa depois que o Bolsonaro entrou, aí o *caba* teve que se virar. Eu não gostava de criar porco, mas quando foi um certo dia, eu comprei um porco e uma porca. Quando eu cheguei aqui Antônio disse: “Rapaz, eu acho que essa porca tá amojada”. E eu queria matar o diabo da porca e deixar o porco. Mas eu segurei o diabo da porca. Comprei os dois na época, por 450 e ele me deu 15 dias de prazo. Quando a porca pariu, eu vendi a porca com os 5 bacurim por 1.100 conto. Eu tenho nojo de mexer com lavagem. Se eu mexer perto da hora do almoço eu não almoço mais. Se mexer perto da hora da janta eu não janto. Mas aí eu disse: “Eu vou ter que começar a criar nem que seja na ração cara”. Por que mesmo criando na ração cara, quando a porca pare ou o cabra mata, vende e dá pra suprir.

**Na sua opinião, quais são as organizações que ajudam o assentamento a crescer e se desenvolver atualmente?**

Rapaz, as organizações aqui se não for a mãozinha de um político que de vez em quando vem aqui e dá um palpite mesmo, não tem outra mais não. Se não fosse Laerte Freire aqui nós tava frito, tava lascado na vida. A sorte é ele.

**Na sua opinião, a prefeitura municipal de Terra Nova, a administração atual, tem exercido algum papel no desenvolvimento do assentamento?**

Tem sim né. Porque Laerte faz, mas é com autorização da prefeita, é com ordem dela, é incluído né, porque graças a Deus é o grupo deles, é um só. Tem sim. Água quando a gente precisa, um pipa d'água, uma coisa e outra, nunca deixaram faltar. As água é sobrando ai, graças a Deus. Pra beber, pra tomar banho, pra dar os

bixo. A prefeitura ajudou na construção do posto de saúde. Doou bastante arame pra nós cercar aqui, cerquemos porque a prefeita mais Laerte deu o arame.

**No seu ponto de vista, quais são as dificuldades que as famílias, incluindo a sua, enfrentam aqui no assentamento atualmente?**

Aqui é só a falta de um açude grande mesmo pra gente poder dizer assim: “hoje a gente tem onde morar, e trabalhar e plantar o que quiser. Produzir mais e mais. É só a falta de um açude grande, que a gente precisa muito aqui.

**Na sua opinião, a organização do assentamento é feita através da coletividade ou da individualidade?**

Era pra ser coletivo aqui, mas infelizmente agora tá praticamente individual. Porque depois que o povo chegou aqui eles cresceram os *zói* é cada um por si, e a ambição tomando de conta, mas antigamente era coletivo. Se brincar, era muito melhor do que hoje. Hoje é como se cada um pudesse viver cada um por si, mas a união é muito importante. Se fosse tudo unido, tudo por uma boca só, eu creio que era pra ser muito, muito melhor. O assentamento seria mais desenvolvido, com certeza.

**Você já pensou em deixar seu lote de terra aqui no assentamento e se mudar para outra localidade?**

Nunca. Aqui o sossego é melhor dez mil vezes. O sossego, a paz, e eu tenho a liberdade que eu quero.

## **5) RELATO DE RAIMUNDA GOMES DOS SANTOS**

**Como era a vida da senhora antes de ser assentada? Onde a senhora vivia, com o que trabalhava?**

Trabalhava de roça, plantava cebola, arroz. Plantava milho, feijão. Minha vida era essa.

**E a senhora morava onde antes vir para cá (assentamento)?**

Fazenda Espinho

**A senhora participou do processo de ocupação que iniciou o assentamento, na época do acampamento?**

Sim. A gente participou. A gente passou um ano fora da roça sem poder entrar na roça, por causa que não tinha ordem de poder entrar na roça. Aí fazia uma barraquinha e ficavam nas barracas. Agora a gente não vinha. As mulher não vinha, nem os filhos. Quem vinha era meu esposo. Passamos um ano sem entrar dentro da propriedade.

**A senhora lembra como era organizado esse acampamento? Quais foram as dificuldades que vocês enfrentaram?**

Muita dificuldade, muita dificuldade, muita dificuldade. Porque a gente se ocupou, nem podia sair, nem recebia nada, mas a gente nunca desistiu. Porque a gente tinha vontade de ter um palmo de terra e o único meio de arrumar foi assim .

**Como a senhora se vê enquanto parte desse processo?**

Muito bem. Vivo do meu esforço, do meu trabalho, mas acho bom aqui porque aqui foi o único lugar que eu morei que eu gostei, foi aqui.

**Quais são as organizações, ou pessoas, que contribuíram para a criação do assentamento?**

Foi a Delta que faz parte do INCRA. Ela sempre acompanhava a gente. Quem fazia as visitas depois que a gente entrou, quem fizeram as casas. Aí a Delta ficou fazendo a visita todos os meses e às vezes algum recurso que vinha pra gente. Mas foi pouco,

poucas coisas que veio. Veio o apoio mulher, umas receberam e outras não; veio o apoio homem, o da mulher era três mil reais, para pagar com seissentos, e o do homem era cinco mil pra pagar com mil, parece. Ai sei que o que a gente recebeu aqui foi isso. Disseram que ia ter uma feira, que iam dar a feira todo mês, mas nunca saiu essa feira, saiu uma vez. Uma vez saiu essa feira e nunca mais. Mas a gente ficou aqui. Aí veio o projeto de vinte e cinco mil, pra fazer os lotes. Aí a gente fez os lotes, pronto, tá tudo loteado ai.

**Como a senhora enxerga o papel do INCRA aqui no assentamento?**

O INCRA ele não vinha aqui não, era poucas vezes que ele vinha. Ele só vem mesmo quando é pra fazer a DAP e pronto. E agora mesmo, depois desse COVID que teve, aí pronto. Depois dessa doença do Corona, nós vive aqui por conta de nós.

**A senhora acha que o afastamento do INCRA tem relação com o governo?**

Não! Eu acho que antes de Bolsonaro já era assim. Tá com doze anos que estamos aqui e o INCRA nunca foi muito presente, nunca foi muito presente. A verdade é essa, nunca foi muito presente. Só que a gente tá aqui, mas o INCRA mudava. Tinha hora que era em Petrolina, tinha hora que era em Recife, depois não sabia mais onde era, e ficou difícil. Tinha muitas reunião antes de sair os vinte e cinco mil, mas depois que saiu os vinte e cinco mil que a gente loteou, ai tapou. É nós por conta de nós mesmos. Não é por que vivemos recebendo nada do governo não. Nós estamos aqui porque nós já recebemos os vinte e cinco mil e a gente paga mil e oitocentos por ano, dos vinte e cinco mil que a gente tirou. Pronto, estamos pagando. Quando nós terminar de pagar aí o terreno é nós. Agora que o que eles diz é que quando a gente sair, quem for embora, ou para de pagar, vai sem nada, pede tudo que fez aqui. Dizem que é, agora não sei.

**Qual sua opinião sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Nova?**

Foi ele que fez o assentamento. Foi o Sindicato de Terra Nova. Foi através do Sindicato.

**Na época que o assentamento foi criado, o governo federal do país era comandado pelo ex-presidente Lula? O que a senhora pensa sobre esse governo?**

Através do Governo de Lula, as coisas ficou mais fácil pra gente, por que saiu o assentamento. A gente tinha muita vontade de um dia possuir um pedacinho de terra e foi onde eu achei. Eu tenho meus 77 anos e foi o único meio que eu achei durante esses anos tudinho foi isso

**Atualmente como é a vida aqui no assentamento? Quais são as atividades que a senhora realiza?**

Rapaz, eu crio criação, eu crio vaca, eu crio porco, eu crio galinha. E eu queria na minha vida era ganhar um pedaço de terra, num lugar sossegado, que eu pudesse cuidar dos meus bichinhos, que eu sempre gostei de criar. E aonde eu morava, eu não tinha como criar e agora aqui eu tenho.

A vida aqui é tranquila. Os vizinhos são tudo bom, maravilhoso. Aqui não tem mastigado, não tem conversa, não tem fuxico, não tem história. Aqui é tranquilo, cada qual cuida de sua vida. Uma hora dessa aqui não tem ninguém nas ruas. Quando dá de noite tá todo mundo em suas casas, mas todo mundo cuidando de suas vidas. Ninguém olha pra vida de ninguém. Agora se você precisar, na hora que você dá um grito chega meio mundo de gente pra lhe ajudar, com certeza. Aqui tem essa bondade, aqui. Eu mesmo moro aqui e não me arrependo não. Nunca me arrependi. Acho tão bonzinho.

**Sua vida hoje está melhor do que era antes?**

Está! Eu acho melhor.

**Como a senhora se sentia quando morava na fazenda Espinho? Antes de vir morar no assentamento.**

Eu morava na terra de minha sogra, mas eu nunca gostei de lá. Eu me sentia mal, porque eu nunca gostei de lá. Morei quarenta e quatro anos e nunca gostei. Nunca, não teve um dia pra eu dizer assim: “eu amo esse lugar”. Nunca amei o lugar. Nunca. Tenho casa lá, mas eu não vou pra lá. Ai os outros dizem: “mulher sai daqui e vai morar na sua casinha”, mas eu vou? Duvido eu ir.

**E como a senhora se sente hoje?**

Bem! Tranquila. Aqui é longe da rua, mas se a pessoa adoecer e não der tempo chegar no hospital da rua, depois é porque tinha que morrer, porque só é meia

hora pra gente chegar lá né?. Agora que antes de eu vir para aqui, eu tive que comprar meu transporte, porque sem transporte aqui não dá. Por que é muito longe pra ir pra rua. Mas a gente tendo um transpotinho, uma moto ou um carro? Oxe meu Deus do céu, vai a hora que quiser.

**As famílias aqui no assentamento têm acesso a educação e a saúde?**

Tem, porque estudam na rua. Os meninos daqui estudam em Terra Nova. O carro dos alunos vem que o prefeito é maravilhoso. A gente não pode dizer nada com a prefeita por que ela é maravilhosa. Era um, depois saiu, e chegou o outro. Ainda é melhor. E graças a Deus que a secretaria de Terra Nova dá muita atenção a nós, muito, muito. O prefeito quando era Laerte e agora Aline do mesmo jeito. Nós somos bem recebidos pela prefeitura.

**As famílias têm acesso a crédito para desenvolver a terra, comprar animais?**

Não, a gente nem tentou isso, por que a gente ficamos só com isso mesmo. Esse empréstimo de vinte e cinco mil, que é do INCRA, do terreno. Que com vinte e cinco anos a gente tá com o terreno pago, livre, que é da gente. E ai a gente não tirou mais dinheiro em banco não. Eu mesmo não tiro não. Os outros que quiserem fazer suas coisas, façam. Mas se quiser fazer, faz.

**Hoje em dia a senhora acha que existem pessoas ou organizações que são importantes para o assentamento?**

O pessoal daqui é tudo um pessoal maravilhoso, e a prefeitura ajudou muito a gente, porque aqui já tem posto de saúde. Como você viu aqui já tem posto de saúde, ali perto de Antônio Parente, aí já é uma ajuda. Eles querem muito ajudar, só que a comunidade que é que não se une, porque a união faz a força. E quando uns quer de um jeito e outros querem de outro jeito, termina não dando certo. O que tem de errado aqui só é isso. Mas se não fosse isso aí, pronto. Se fosse combinado, se todo mundo combinasse, era bom demais. Mas a coisa mais ruim de se lutar é com gente.

**Já que a senhora falou da prefeitura, qual o papel exercido pela prefeitura para o crescimento do assentamento?**

A gente tem água aqui de pipa, mas vem da prefeitura. Nunca faltou água aqui nas cisternas. Nós bebe água de cisterna e eles estão lutando para botar água encanada. Só que eu não sou a favor. Não concordo muito não, sabe por que? Por que a Compesa não é que nem a Celpe não. Ela não dá um serviço de qualidade. Por que a Celpe, faltou energia, você ligou pra eles, a energia chega. E a Compesa, você passa de mês sem água e ela não tá nem aí. Não dá nem as caras, ai é desse jeito.

Eu morei esse tanto de ano lá no Espinho e tinha água encanada, meu papel da Compesa vinha todo dia, ou todo dia, todo mês, e água *deuzulive*. Ei vim para aqui e ainda veio papel de agua pra mim de lá, eu disse!: “pode tirar essa água daí, já tá com quatro anos que eu não moro mais ai e ainda vem papel pra mim?”. Depois que eu to aqui eu já paguei uma conta de setecentos, sem eu morar lá. Disseram que só cortam a água se eu derrubar a casa. Eu vou derrubar uma casa de bloco? Por que minha casa lá é de bloco. Eu vou derrubar? Disseram que só corta a água se eu tirar a casa, por que ta cadastrada, então como o cadastro deles pra lá. E paguei uma conta de setecentos pra poder tirar esses vinte e cinco mil, por que meu nome tava no SPC, por causa da Compesa. Mas eu de besta não botei ela no pau, por que eu devia ter colocado ela no pau, por que merecia. Depois quando veio o apoio mulher, de novo eu paguei oitocentos pra poder eu tirar os três mil. Porque tinha que ter o nome limpo e tava no SPC de novo. E eu sei que tá lá no SPC de novo. Se tiver de novo, agora eu não aguento mais não. Vai fazer quatorze anos que nós estamos aqui e eu pagando água lá, a casa fechada.

### **Quais são as dificuldades que as famílias assentadas enfrentam no assentamento nos dias de hoje?**

Só a seca mesmo, por que está em todo canto. A gente pega água do açude, que a gente tem um açude lá no mato, que a firma fez um açude grande pra gente. E aí a prefeitura, já vou meter a prefeitura de novo. A prefeitura dá o pipa pra colocar água no açude pros animais. Às vezes a gente bota o gás, outras vezes a gente paga a diária do motorista. A água do pipa é por conta da prefeitura. Ela [a deu essa ordem a nós e a gente faz desse jeito. Aí é muito bom né. Só é falar com eles e o pipa vem. Passa o domingo todim aqui botando água e não falta água pros bichos nem pra gente. A gente paga a diária dele e pronto. Ai a gente se junta, como ela botou nove pipas de água, pra pagar duzentos reais a ele, oxen, bem ligerinho. Mas tudo isso é gratidão a prefeitura, que ela dá o pipa e a gente só paga a diária do menino.

**O que a senhora pensa sobre a organização aqui do assentamento?**

Aqui é cada um por si. Cada cá cuida da sua vida, tem sua luta, tem seu trabalho.

**E para resolver as coisas que dizem respeito ao assentamento?**

Não é isso que digo, que é difícil, por causa que quando dois concorda, três não concorda. Ai não faz nada, não sai do canto, fica parado. Por que não resolve.

**E a senhora acha importante a organização ser coletiva?**

Acho muito importante, porque a união faz a força. A união faz a força.

**A senhora já pensou em deixar o seu lote de terra aqui e se mudar do assentamento?**

Nunca pensei! Sou muito realizada aqui. Os meninos pelem pra eu ir embora *puntar* eles, ficar perto deles, mas eu não vou não. Eles dizem que é longe pra virem aqui, eu digo: "venham se quiserem". Daqui eu não saio. Como que eu saio? Eu tenho minhas vaquinhas, minhas criaçõzinha, meus porcos, quem é que vai cuidar? Eu vou sair daqui e deixar meus *bichim* ai pra morrer de fome e de sede? Não meu filho, eu sou responsável por minhas coisas. Eu me firmei aqui e daqui não saio não, só pro cemitério e quando Deus quiser.

## ANEXOS

### ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **“TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO”**: MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO **ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS - PE**, desenvolvido pelo aluno Antônio Edson Parente da Silva, sob orientação da professora **ANA LUNARA DA SILVA MORAIS**, como pré-requisito para produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), junto ao curso de História da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, UNIDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (UACS)**

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **investigar como ocorreu o processo de atuação dos camponeses assentados e dos órgãos governamentais responsáveis, na criação, desenvolvimento e manutenção do assentamento Mororó dos Peixotos, localizado na zona rural da cidade de Terra Nova, no Pernambuco. E se faz necessário por contribuir para a construção da História Local do município, colocando em perspectiva uma das comunidades mais importantes que o forma, a comunidade dos Sem Terra do assentamento Mororó dos Peixotos.**

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao (s) seguinte (s) procedimentos: **Serão elaboradas algumas perguntas que nos possibilitarão entender como o assentamento Mororó dos Peixotos se formou e se firmou, pensando na experiência e história de vida do entrevistado, buscando perceber, em síntese, os caminhos e desafios traçados desde a criação do assentamento, até sua consolidação.** Os riscos envolvidos com sua participação são: **Em se tratando de riscos; pensando na subjetividade de cada entrevistado (a), existe o sentimento de constrangimento e/ou violação de aspectos que perpassam o universo privado de cada um. De todo modo, atentamos para o fato de que nosso diálogo tentará ser o mais cuidadoso e empático possível, para que o momento das entrevistas sejam um construto positivo tanto para os**

**participantes, quanto para o estudo científico. Desse modo, nos comprometemos a caminhar dentro dos preceitos éticos, levando em conta, antes de tudo, o bem-estar e a confortabilidade do entrevistado. Os benefícios da pesquisa serão: possibilitar que os assentados, por meio das suas próprias memórias de luta pelo acesso a terra, tenham sua importância reconhecida perante a sociedade local, ao ponto que se tenta também afastar o estigma de criminalização que os movimentos sociais de acesso à terra carregam.**

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **ANA LUNARA DA SILVA MORAIS**, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa****Nome: ANA LUNARA DA SILVA MORAIS****Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)****Endereço Profissional: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n - Casas Populares,  
Cajazeiras-PB****E-mail: ana.lunara@professor.ufcg.edu.br****Dados do CEP****Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da  
Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a  
rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares,  
Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.****Email: cepcfpuufcgcz@gmail.com****Tel: (83) 3532-2075**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**LOCAL E DATA**

---

**Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal**

---

**Ana Lunara Da Silva Morais**

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CFP

<p>UFCG - CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CAMPUS DE CAJAZEIRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE</p>	
---	---

### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** "TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO": MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS - PE

**Pesquisador:** ANA LUNARA DA SILVA MORAIS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 77049623.9.0000.5575

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.677.427

#### Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa "TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO": MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS - PE sob responsabilidade de ANA LUNARA DA SILVA MORAIS (CAAE: 77049623.9.0000.5575). A realização do presente trabalho se dará por meio do rigor metodológico da História Oral. O tipo de entrevista que será adotada, corresponde majoritariamente às entrevistas temáticas semi dirigidas, aquelas que tratam diretamente sobre a participação dos entrevistados no tema escolhido, pelo carácter da pesquisa não existe definição de uma amostra no projeto.

Orientação aos relatores: elaborem um resumo da pesquisa, incluindo uma breve menção à metodologia que será utilizada. Sugerimos que copiem e cole as informações do corpo de texto do documento Informações Básicas.

#### Objetivo da Pesquisa:

##### 2.1 Objetivo Geral:

Investigar como ocorreu o processo de criação, desenvolvimento e

<b>Endereço:</b> Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n Bloco: CA I, Térreo, sala: 03
<b>Bairro:</b> Casas Populares <b>CEP:</b> 58.900-000
<b>UF:</b> PB <b>Município:</b> CAJAZEIRAS
<b>Telefone:</b> (83)3532-2075 <b>Fax:</b> (83)99189-7466 <b>E-mail:</b> cepcfpufcgcz@gmail.com

UFCG - CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES - CAMPUS DE  
CAJAZEIRAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 6.677.427

manutenção do assentamento Mororó dos Peixotos - PE, a partir das memórias dos camponeses assentados.

**Objetivos específicos:**

Compreender como os assentados, através das suas vivências e memórias, se enxergam enquanto construtores e moradores do assentamento.

Discutir o papel exercido pelos órgãos governamentais responsáveis no desenvolvimento do assentamento;

Problematizar o contexto político da reforma agrária no qual o assentamento foi criado.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos envolvidos com sua participação são: como trata-se de uma pesquisa que envolve seres humanas, e como será realizado entrevistas, pode acontecer do participante voluntário não se sinta à vontade ou mesmo constrangido com alguma pergunta, mas, é importante salientar que a referente pesquisa está pautada com responsabilidade e ética, buscando sempre o bem-estar dos envolvidos. Os benefícios da pesquisa serão: Colaborar para a produção de uma memória histórica sobre a desapropriação do assentamento e as respectivas mudanças que tal acontecimento acabou desenvolvendo, onde esses sujeitos poderão enxergar o reconhecimento da importância que o local e os assentados possuem, tentando afastar a predefinição de movimentos de resistência vinculados a marginalização, além do mais, contribui para a produção historiográfica da cidade de Paulista – PB.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O presente projeto de pesquisa trata-se de um trabalho de reivindicação e luta pelos assentamentos, esses lugares símbolos de resistência da batalha rural, e da formação ou reformulação das identidades dos camponeses. ao apresentar os assentamentos e cada lote dos sem-terra como mais do que unidades e áreas de produção, e sim territórios conquistados pela resistência.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Abordando o lado social, percebo que um trabalho sobre o Assentamento do Mororó dos Peixotos se constituiu como necessário, pois os assentados merecem ter

**Endereço:** Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n Bloco: CA I, Térreo, sala: 03  
**Bairro:** Casas Populares **CEP:** 58.900-000  
**UF:** PB **Município:** CAJAZEIRAS  
**Telefone:** (83)3532-2075 **Fax:** (83)99189-7466 **E-mail:** cepcfufcgcz@gmail.com

**UFCG - CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES - CAMPUS DE  
CAJAZEIRAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE**



Continuação do Parecer: 6.677.427

seus esforços reconhecidos e sua luta legitimada. Trazer para nível nacional o nome e a história do assentamento também me

parece muito relevante, pois é uma oportunidade de estender as memórias dos seus integrantes para outros públicos que naturalmente não teriam acesso aos moradores localizados no interior do sertão de Pernambuco

**Recomendações:**

Especificar a natureza do trabalho, em nenhuma parte do texto fica claro se este é um projeto de Iniciação científica, TCC ou um projeto pessoal (livre).

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto de pesquisa "TUDO ERA MATA, NÃO TINHA NADA LIMPO": MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO DO ASSENTAMENTO MORORÓ DOS PEIXOTOS - PE, número 77049623.9.0000.5575 e sob responsabilidade de ANA LUNARA DA SILVA MORAIS atende aos preceitos éticos recomendados para trabalhos que envolvem seres humanos e, portanto, somos favoráveis à sua APROVAÇÃO.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Solicitamos que o relatório do presente projeto de pesquisa seja enviado a este CEP em um prazo máximo de seis meses a contar da sua data de aprovação.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2190709.pdf	10/01/2024 17:43:13		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/01/2024 17:42:06	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	10/01/2024 17:38:54	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	10/01/2024 17:38:32	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	10/01/2024 17:38:19	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2190709.pdf	04/12/2023 17:13:00		Aceito

**Endereço:** Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n Bloco: CA I, Térreo, sala: 03  
**Bairro:** Casas Populares **CEP:** 58.900-000  
**UF:** PB **Município:** CAJAZEIRAS  
**Telefone:** (83)3532-2075 **Fax:** (83)99189-7466 **E-mail:** cepcfufcgcz@gmail.com

**UFCG - CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES - CAMPUS DE  
CAJAZEIRAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE**



Continuação do Parecer: 6.677.427

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEmass.pdf	04/12/2023 17:11:55	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	04/12/2023 17:08:14	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Outros	ANUENCIA.pdf	04/12/2023 17:08:14	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Recusado
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2190709.pdf	09/08/2023 17:53:06		Aceito
Outros	RESULTADOS.pdf	09/08/2023 17:51:51	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.pdf	09/08/2023 17:50:47	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	PESQUISADORES.pdf	09/08/2023 17:48:38	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/08/2023 17:48:01	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/08/2023 17:48:01	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Recusado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	09/08/2023 17:45:09	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	09/08/2023 17:45:09	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Recusado
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	09/08/2023 17:44:21	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	09/08/2023 17:43:47	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.docx	09/08/2023 17:43:18	ANA LUNARA DA SILVA MORAIS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n Bloco: CA I, Térreo, sala: 03  
**Bairro:** Casas Populares **CEP:** 58.900-000  
**UF:** PB **Município:** CAJAZEIRAS  
**Telefone:** (83)3532-2075 **Fax:** (83)99189-7466 **E-mail:** cepcfufcgcz@gmail.com

UFCG - CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES - CAMPUS DE  
CAJAZEIRAS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 6.677.427

CAJAZEIRAS, 29 de Fevereiro de 2024

---

**Assinado por:**  
**Paulo Roberto de Medeiros**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n Bloco: CA I, Térreo, sala: 03  
**Bairro:** Casas Populares **CEP:** 58.900-000  
**UF:** PB **Município:** CAJAZEIRAS  
**Telefone:** (83)3532-2075 **Fax:** (83)99189-7466 **E-mail:** cepcpufcgcz@gmail.com